

# América SOCIALISTA

EM DEFESA DO MARXISMO

Nº 20 - ABR 2022



Ucrânia, 2022



Ucrânia, 1933



A questão ucraniana, que muitos governos e tantos "socialistas" e mesmo "comunistas" têm tratado de esquecer ou relegar às profundidades da história, acha-se novamente na ordem do dia, desta vez com força redobrada. (Trotsky, 1939)

“É necessário desmascarar para a classe trabalhadora de todos os países (...) a **mentira organizada pelas potências imperialistas** (...) do ponto de vista econômico, financeiro e militar”.

(2º Congresso da Internacional Comunista)

# América **SOCIALISTA**

EM DEFESA DO MARXISMO

## **REVISTA AMÉRICA SOCIALISTA - EM DEFESA DO MARXISMO**

Edição em português, nº 20

**Diretor:** Serge Goulart

**Editora:** Maritania Camargo

**Tradução:** Fabiano Leite e Fernando Leal

**Revisão:** Bruna Reis, Felipe Libório, Francine Hellmann,  
Gilmara Martins, Mateus Tavares, Mayara Colzani

**Capa:** Evandro Colzani

**Diagramação:** Henrique de Macedo

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)**

A512 América socialista: em defesa do marxismo / Corrente  
Marxista Internacional. - Vol. 12, n. 20 (abr. 2022). -  
São Paulo, SP: Editora Marxista, 2022  
52 p.

Semestral.  
Vol. 1, n. 1 (abr. 2009) -  
ISSN 2764-0752

1. Marxismo. 2. Socialismo. 3. Luta de classes. 4. Revolução.  
I. Corrente Marxista Internacional.

CDD 335.4

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422**

**Abril de 2022**

### **Livraria e Editora Marxista**

Rua Dom José de Barros, 17, São Paulo/SP. CEP: 01038 900

Telefone: (11) 3104 0111

[www.livrariamarxista.com.br](http://www.livrariamarxista.com.br)

[www.marxismo.org.br](http://www.marxismo.org.br)

[contato@marxismo.org.br](mailto:contato@marxismo.org.br)

# Bem-vindos

Você tem em mãos a 20ª edição da Revista América Socialista - Em Defesa do Marxismo, com textos históricos e inéditos sobre os fundamentos econômicos da sociedade, o mito do “livre mercado” confrontado com a economia socialista planejada, o legado do trotskismo no Brasil, a questão ucraniana, as guerras, as questões nacionais, o imperialismo e o papel nefasto do stalinismo num texto de Leon Trotsky e ainda um recorte de pontos fundamentais sobre a questão nacional e as colônias no 2º Congresso da Internacional Comunista.

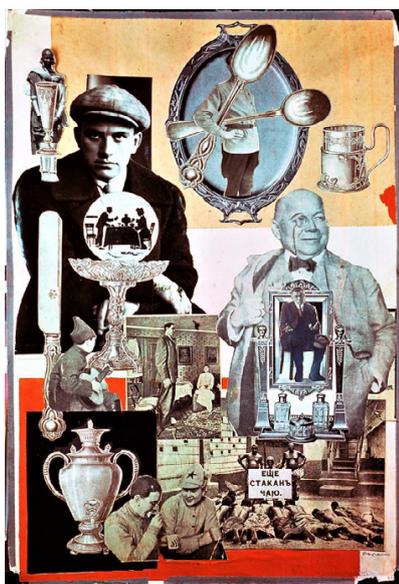
Tenha uma excelente leitura e nos ajude a divulgar a imprensa revolucionária.

## Arte de capa

A arte escolhida para a capa da 20ª edição da Revista América Socialista - Em Defesa do Marxismo é inspirada na técnica milenar do mosaico e na fotocoloragem. O mosaico é muito utilizado na arquitetura e em todas as demais artes, de quadros a esculturas. A palavra mosaico vem do grego e significa “arte da musa”, mesma origem da palavra música.

Durante o período revolucionário russo, o mosaico era muito utilizado na arquitetura como propaganda política em enormes murais, muitas dessas obras ainda existentes na Rússia. A fotocoloragem, ainda que com origem no mosaico, tem influência de vários outros movimentos artísticos modernos e está ligada à propaganda, um mosaico com outra roupagem. Alguns cartazes de fotocoloragem de Maiakóvski e Rodatchenko ficaram famosos na Rússia revolucionária. No Brasil as duas técnicas são muito populares e a arte do mosaico é famosa inclusive em obras como as calçadas de Copacabana de Paulo Werneck e obras de Portinari.

Para essa edição escolhemos a questão ucraniana como tema. Centralmente a capa remete ao texto de Trotsky que encerra esta edição. Boa Leitura!



# Índice



## Marxismo versus Libertarianismo a escola austríaca de economia

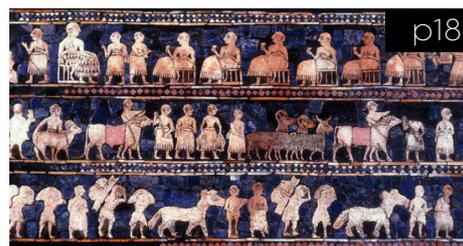
Adam Both

Um dos mitos mais antigos do capitalismo é o da eficiência do chamado 'livre mercado' e sua superioridade para uma economia socialista planificada. Em uma defesa da economia planificada, este artigo responde às ideias libertárias da Escola Austríaca de economia.

## As origens das classes sociais

Josh Holroyd e Laurie O'Connel

Durante a maior parte de sua existência, a humanidade viveu em sociedades sem classes com relações igualitárias entre indivíduos. Ao analisar o desenvolvimento das primeiras sociedades de classes, Josh Holroyd e Laurie O'Connell de classes, nos explicam como chegamos ao regime de opressão da atualidade.



p34



## Sobre o Trotskismo

Hermínio Sacchetta

Informe político dado por Sacchetta, em 1946, explicando o significado do trotskismo como continuação do marxismo, do bolchevismo, na luta pela revolução socialista internacional e em debate com os stalinistas do PCB.

## Teses e acréscimos sobre as questões nacional e colonial

2º CONGRESSO IC

A 3ª Internacional discutiu a ação do imperialismo sobre os países coloniais e semicoloniais, os países atrasados, e que ainda ameaça a humanidade. Por isso é tão atual a luta anti-imperialista, a Frente Única dos trabalhadores contra burguesia nativa submissa e seus amos imperialistas.



p47



## Sobre a questão ucraniana

Leon Trotsky

Diante da atual guerra na Ucrânia, retomamos um texto de Leon Trotsky de 1939. Um resgate que elucida a atual conjuntura, pois Trotsky relata os acontecimentos da coletivização forçada das terras na Ucrânia em 1932 e 1933 e o quanto a degeneração Stalinista tem impacto em nossos dias.

# MARXISMO VERSUS LIBERTARIANISMO

## A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA: OS FANÁTICOS DO LIVRE MERCADO DO CAPITALISMO

ADAM BOTH



No momento em que escrevo, a economia global encontra-se nas garras do caos e da crise – o resultado de um coquetel incendiário de oscilações voláteis na demanda, de anos de subinvestimento crônico e de gargalos induzidos por pandemias na produção e distribuição.

Alguns especialistas estão prevendo que levará anos até que os atrasos sejam resolvidos, a escassez de mão de obra seja preenchida e os preços se estabilizem. Enquanto isso, as famílias comuns enfrentam escassez de necessidades básicas, como alimentos e combustível, e a renda familiar real está sendo corroída pela inflação desenfreada.

Contradições insanas são aparentes em todos os lugares. Na Grã-Bretanha, por exemplo, 100.000 porcos devem ser abatidos e descartados como resíduos, devido à falta de açougueiros qualificados. Em outras palavras, a lógica fria da motivação do lucro está levando à morte inútil de um grande número de animais, enquanto as prateleiras dos supermercados ficam vazias.

Um exemplo semelhante pode ser visto no mercado imobiliário do Reino Unido, com o espetáculo repugnante de centenas de milhares de casas vazias sendo usadas como meios para a especulação, ao lado de um número semelhante de pessoas dormindo nas ruas, longas listas de espera para acomodações fornecidas pelos conselhos municipais, e uma terrível crise habitacional.

Em escala global, entretanto, a humanidade enfrenta uma crise existencial devido à catástrofe climática. Está claro que o capitalismo está matando o planeta. Mas os políticos representantes das grandes empresas não têm soluções para esse desastre iminente.

Todos esses eventos são uma bela demonstração da chamada “eficiência” e “dinamismo” do livre mercado; dos “rigores” da concorrência. Lançaram uma luz sobre a falência do capitalismo – um sistema de produção para o lucro, não para satisfazer as necessidades. E mostraram por que precisamos de uma alternativa socialista genuína, baseada no planejamento econômico, na propriedade pública e no controle dos trabalhadores.



Adam Smith (esquerda) e David Ricardo (direita)

Diante dessa anarquia e loucura, os defensores do livre mercado mais frenéticos certamente ficaram um pouco mais quietos recentemente – seja online, na mídia e nas ruas.

No entanto, a posição fundamental que eles defendem, sobre a eficiência do mercado, continua viva e bem dentro dos departamentos de economia das universidades e dos livros didáticos, onde os alunos são alimentados à força com uma dieta baseada na “hipótese do mercado eficiente”.

De acordo com essas “teorias”, a economia é pouco mais do que uma série de gráficos, equações e modelos matemáticos – um sistema idealizado que estaria em perfeito equilíbrio e harmonia, se não fosse por sindicalistas irritantes exigindo salários mais altos; banqueiros centrais imprimindo muito dinheiro e inflando bolhas; e políticos erguendo barreiras detestáveis ao livre comércio.

Na realidade, essas ideias são tão antigas quanto o próprio capitalismo. Podem ser rastreadas até a “Lei de Say”, atribuída a Jean Baptiste Say (um economista clássico francês do final do século XVIII/início do século XIX), que afirmou que a oferta cria sua própria demanda; que cada vendedor traz um comprador para o mercado.

A conclusão dessa suposta ‘lei’ é que o mercado deve ser deixado desobstruído e sem restrições, a fim de trazer equilíbrio à economia. Não importa as consequências sociais e os custos humanos – no “longo prazo” tudo estaria bem se apenas a “mão invisível” do mercado pudesse fazer sua mágica.

Esta é a premissa básica do capitalismo “laissez-faire” a que os libertários têm se agarrado ao longo das décadas, faça chuva ou faça sol.

## A ESCOLA CLÁSSICA

Até onde eles estão cientes de sua própria herança, as raízes teóricas do libertarianismo moderno podem ser encontradas na “escola austríaca” de economistas – cujos representantes mais infames foram Friedrich Hayek e seu mentor Ludwig von Mises.

Esses abertos reacionários, por sua vez, se viam como os verdadeiros herdeiros da escola liberal clássica da economia

burguesa, mais conhecida por figuras como Adam Smith e David Ricardo.

A escola clássica surgiu como um ramo da “economia política” – a economia como um campo específico de estudo, que evoluiu com a ascensão do capitalismo. Essa escola produziu pensadores que tentaram entender a economia de maneira científica; uma escola que procurou examinar o capitalismo como um sistema com suas próprias leis e dinâmicas.

E, embora confiassem no poder da abstração para descobrir essas leis, não desceram aos “modelos” matemáticos idealistas que não têm relação com a realidade, tão característicos dos economistas e acadêmicos burgueses de hoje.

Os economistas clássicos fizeram parte do Iluminismo do século XVIII: um movimento intelectual baseado em uma visão filosófica materialista, que tentava encontrar uma explicação para os fenômenos da natureza e da sociedade fundamentada na “razão” e na “racionalidade”.

O ponto alto da escola clássica veio com economistas britânicos como Smith e Ricardo, que investigaram questões-chave sobre o funcionamento do sistema capitalista, incluindo conceitos como valor, comércio, salários, aluguel e divisão do trabalho.

Seu liberalismo, por sua vez, refletia os interesses da burguesia britânica – ao fornecer uma justificativa teórica às políticas de livre comércio que sua classe capitalista nativa estava buscando para criar e dominar o mercado mundial.

Em termos de tentar entender teórica e cientificamente o capitalismo, Marx conscientemente continuou de onde Ricardo parou. É nesse sentido que Marx e Engels se referem às suas ideias como “socialismo científico” – eles se baseiam em uma visão materialista da história e da economia; e não em projetos utópicos de como a sociedade pode parecer.

Ao contrário de Ricardo, no entanto, o objetivo dos escritos econômicos de Marx não era representar os interesses da burguesia, mas armar teoricamente a classe trabalhadora e o movimento operário.

Partindo dos mesmos pressupostos de Ricardo e dos melhores economistas clássicos, Marx mostrou, nos três volumes de

O Capital – ao lado de muitos outros trabalhos sobre economia – como o capitalismo é crivado de contradições e inerentemente propenso a crises.

Ao empregar tal método, desenvolvendo as teorias dos economistas clássicos e extraíndo as conclusões lógicas nelas implícitas, Marx pretendia “*dar à burguesia um golpe teórico do qual nunca se recuperará*”<sup>1</sup>.

Marx havia demonstrado as conclusões que derivavam do desenvolvimento das idéias de Smith e Ricardo em uma base materialista e científica consistente. Ele mostrou como o capitalismo contém a semente de sua própria destruição, através da operação das próprias leis que os economistas clássicos haviam começado a descobrir.

Os economistas burgueses que seguiam Ricardo, portanto, foram forçados a retroceder: abandonando o método científico da escola clássica; recuando para o idealismo e mistificando o capitalismo.

Por esta razão, Marx chamou tais senhoras e senhores de economistas “vulgares”. Em vez de tentar explicar e compreender genuinamente o sistema capitalista, esses pensadores reacionários tornaram-se seus meros “apologistas”.

## OFENSIVA VIENENSE

No final do século XIX, a classe trabalhadora organizada estava em marcha. Sindicatos de massa e partidos socialistas foram construídos. Em 1889, a Segunda Internacional foi fundada para coordenar os esforços do movimento socialista internacional.

Essas organizações – pelo menos no papel – subscreveram as ideias do marxismo, do socialismo científico e da revolução.

A classe dominante podia sentir a ameaça desse movimento operário em ascensão e das ideias marxistas sobre as quais ele se apoiava, e começou uma contraofensiva ideológica total. O epicentro de seus ataques veio da Áustria – e em particular, da Universidade de Viena.

Viena, a principal capital do Império Austro-Húngaro, foi o lar de uma série de movimentos intelectuais, culturais e científicos, com o filósofo Ludwig Wittgenstein, o artista Gustav Klimt e o fundador da psicanálise Sigmund Freud entre as figuras famosas que conviviam nos cafés da cidade.

A Universidade de Viena, enquanto isso, tornou-se um foco de ideias reacionárias. Filosoficamente, foi um terreno fértil para o idealismo subjetivo de Ernst Mach, que até se tornou moda entre uma camada da intelectualidade russa e do movimento socialista.

Como resultado, Lenin sentiu a necessidade de lançar um forte contra-ataque contra Mach e seus seguidores, o que ele fez brilhantemente na forma de Materialismo e Empiriocriticismo – uma poderosa polêmica que simultaneamente expôs a esterilidade dessas visões subjetivistas, ao mesmo tempo em que fornecia uma defesa completa do materialismo.

No entanto, as ideias de Mach foram influentes no desenvolvimento posterior de outras tendências filosóficas perniciosas, como o positivismo lógico, conforme defendido pelo Círculo de Viena. E estes, por sua vez, deixaram sua marca em pensadores austríacos como Karl Popper, que explicitamente travou uma guerra contra o marxismo e o materialismo histórico.

## TEORIA DO VALOR-TRABALHO

Na frente econômica, o ataque austríaco da burguesia foi liderado por figuras como Eugen von Böhm-Bawerk, Friedrich von Wieser e seu tutor Carl Menger, que também foram influenciados pelo idealismo subjetivo que prevalecia na Universidade de Viena e seu entorno.

Seus tiros iniciais contra o marxismo foram disparados contra a "teoria do valor-trabalho" (LTV): a base da economia marxista, que fornece uma explicação para a lei do valor subjacente à troca de mercadorias (bens e serviços produzidos para fins de troca) e, portanto, a dinâmica do capitalismo.

No lugar da LTV, a escola austríaca tinha sua própria teoria: a teoria da utilidade marginal (MUT).

Baseando-se nas preferências individuais do consumidor, e não nos fatores sociais objetivos, a MUT era uma "teoria" subjetivista completamente não científica, que havia sido desenvolvida simultaneamente por vários economistas vulgares em toda a Europa, incluindo William Stanley Jevons, na Grã-Bretanha, Leon Walras, na França/Suíça, e Carl Menger, na Áustria.

A MUT contrasta fortemente com a LTV, que é uma teoria materialista que pode ser rastreada até Aristóteles. Em essência, esta última explica que é a aplicação do trabalho – e do tempo de trabalho – na produção que torna as coisas valiosas.

Esse conceito foi retomado e desenvolvido por economistas clássicos como Smith e Ricardo, formando o pilar fundamental de suas teorias econômicas. Marx, por sua vez, também se baseou na LTV, conferindo-lhe uma profundidade dialética que faltava à visão clássica.

O problema com as ideias de Smith e Ricardo era que, apesar de buscarem a



Ilustração da personagem de Robinson Crusoe do romance de Daniel Defoe. As condições de subsistência simplificadas da personagem naufraga são frequentemente usado pelos economistas burgueses.

"racionalidade" com base em uma abordagem científica, estavam imbuídas do individualismo do liberalismo burguês que eles e o Iluminismo representavam.

Eles deveriam ser aplaudidos por tentarem analisar o capitalismo como um sistema, com leis de movimento que podem ser descobertas e compreendidas. Mas para eles, esse sistema era simples e mecânico.

Em outras palavras, eles viam a economia como pouco mais do que uma soma de indivíduos trabalhando e trocando diretamente uns com os outros; homens isolados em uma ilha deserta, comparando o tempo de trabalho de várias tarefas produtivas em sua própria cabeça.

Neste modelo "Robinson Crusoe", existe um único indivíduo que é, ao mesmo tempo, o único produtor e o único consumidor. Onde as leis da troca devem ser examinadas, entretanto, é sobre a base de tratar o sistema capitalista

como uma mera versão ampliada de uma economia de escambo.

Por exemplo, o habitante encalhado de nossa ilha imaginária pode passar quatro horas cortando árvores para produzir uma jangada de madeira e outras quatro horas colhendo cem cocos; assim, eles concluiriam que uma jangada vale cem cocos.

Claramente, no entanto, este cenário hipotético abstrato está há um milhão de milhas de distância das realidades do capitalismo. Vivemos em uma economia composta não de indivíduos isolados, mas de classes: de trabalhadores que devem colocar comida na mesa ganhando um salário; e de capitalistas que empregam e exploram esses trabalhadores para obter lucro.

O comércio e a troca, por sua vez, não ocorrem diretamente entre produtores individuais, na forma de escambo, mas por meio de empresas e consumidores; isto é, através das

interações impessoais do dinheiro e do mercado – hoje em dia, e cada vez mais, entrando em plataformas fornecidas por monopólios gigantes como a Amazon.

## MARX E O VALOR

Por esta razão, Marx tomou esta premissa básica da LTV – que o trabalho é a fonte de todo novo valor – e a desenvolveu ainda mais.

Ele explicou que não é o tempo de trabalho individual, mas o tempo de trabalho socialmente necessário que torna as mercadorias valiosas: o tempo médio necessário para produzir uma mercadoria para o mercado, sob determinadas condições tecnológicas e históricas.

Essa percepção, por sua vez, foi a base para a teoria da exploração de Marx, que desvendou o mistério de onde vinham os lucros – um enigma que iludiu os economistas clássicos.

Em resumo, Marx delineou que os lucros dos capitalistas vêm da mais-valia, que por sua vez é simplesmente o trabalho não pago da classe trabalhadora.

O que os capitalistas compram do trabalhador, disse Marx, não é seu trabalho, mas sua força de trabalho – sua habilidade ou capacidade de trabalhar por um determinado período de tempo (uma hora, dia, mês etc.), pelo qual lhes é pago um salário em troca.

No decorrer da jornada de trabalho, porém, o trabalhador produz mais valor do que recebe na forma de salário; isto é, leva apenas uma fração do dia de trabalho para a classe trabalhadora, em média, produzir as mercadorias necessárias para manter e reproduzir sua própria força de trabalho.

O resto da jornada de trabalho, acima e além desse tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir a classe trabalhadora, constitui tempo de trabalho excedente e, portanto, mais-valia, que o capitalista recebe de graça.

A lei do valor, portanto, está por trás de todas as outras dinâmicas do capitalismo: o impulso dos patrões para intensificar o trabalho e extrair mais mais-valia da classe trabalhadora; o impulso para aumentar

a produtividade investindo em tecnologia, a fim de competir com outros produtores e, assim, obter superlucros; e a tendência inerente à acumulação, expansão e crescimento.

E o mais importante, essa mesma lei do valor também explica por que o capitalismo mergulha periodicamente em crises – crises de superprodução, que surgem devido às origens do lucro: o fato de que a classe trabalhadora, recebendo apenas uma fatia do valor que cria, nunca pode se dar ao luxo de comprar de volta todas as mercadorias que eles produzem. Ou, dito de outra forma, o fato de que, sob o capitalismo, as forças produtivas ultrapassam continuamente os limites do mercado.

## PREÇO VERSUS VALOR

A escola austríaca também pôde ver a importância da LTV para o marxismo. Eles, portanto, explicitamente procuraram focar seus ataques no que eles percebiam ser o ponto fraco do socialismo científico.

Se pudessem minar essa fundação, acreditavam eles, o restante da teoria marxista iria desmoronar – e com isso, todo o movimento socialista.

O discípulo de Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, tornou-se o campeão dos neoclássicos austríacos em sua batalha contra o marxismo. *“Ele reconheceu a ameaça iminente do socialismo marxista, tanto política quanto economicamente”*, escreve Janek Wasserman, autor de *The Marginal Revolutionaries*, uma biografia coletiva da escola austríaca, *“e tentou minar isso usando a teoria da utilidade marginal”*<sup>2</sup>.

Böhm-Bawerk fez várias críticas à LTV e ao marxismo, a maioria das quais baseada em um mal-entendido (potencialmente proposital) e em uma confusão em torno da diferença entre trabalho e força de trabalho; mas o mais importante, entre valor e preço. O próprio Marx havia diferenciado muito claramente entre eles.

Ele não negou o papel das forças de mercado – oferta e demanda – na determinação dos preços. Mas estes, explicou

Marx, eram como um ruído difuso em torno de um sinal subjacente.

Por trás da aparente aleatoriedade e caos dos preços, ele explicou, há uma ordem; algo lícito e objetivo. Em meio a essas flutuações e “acidentes”, em outras palavras, existe uma “necessidade”: a lei do valor.

*“Em meio às relações de troca acidentais e sempre flutuantes entre os produtos”*, explica Marx em *O Capital*, *“o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los se afirma como uma lei reguladora da natureza.*

*“Da mesma forma, a lei da gravidade se impõe quando a casa de uma pessoa desaba em cima dela. A determinação da magnitude do valor pelo tempo de trabalho é, portanto, um segredo oculto sob os movimentos aparentes dos valores relativos das mercadorias”*<sup>3</sup>.

Continuando a analogia de Marx com a lei da gravidade: o que vemos em termos de movimento planetário é apenas a aparência dos fenômenos. Mas subjacente a isso estão leis invisíveis, intangíveis – ainda que objetivas e materiais; leis que podem ser descobertas e compreendidas.

Tais leis não existem separadamente da natureza ou da sociedade; elas não estão codificadas no céu noturno, ou entrelaçadas no tecido da consciência e do comportamento humano. Em vez disso, elas são a dinâmica dialética e generalizada do movimento que surge das interações complexas que ocorrem dentro do sistema em questão.

A lei do valor, da mesma forma, não é algo atemporal e externo, mas é uma lei que só se afirma no ponto histórico em que a produção e a troca de mercadorias se generalizam, se universalizam e se tornam dominantes – de modo que a produção perde qualquer caráter individual ou particular, e os agentes do mercado são confrontados não uns com os outros, mas com um preço objetivo.

A troca de mercadorias, então, em média, é determinada pelo seu valor – isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário (SNLT) congelado em uma mercadoria. Isso



inclui tanto o “trabalho morto” incorporado e repassado na forma de matérias-primas, ferramentas e maquinário etc., consumidos no curso da produção; e o “trabalho vivo” adicionado pelo trabalhador, que é o único que cria novo valor.

As forças do mercado atuam para empurrar os preços acima e abaixo desse valor. Por exemplo, quando a demanda por uma determinada mercadoria excede a oferta disponível, seu preço aumentará acima de seu valor. E vice-versa quando a oferta excede a demanda.

Isso, na verdade, é o que acontece na maioria das vezes, com todo tipo de “distorções” – como a existência de monopólios – que impedem que oferta e demanda estejam em perfeito equilíbrio. Os preços, portanto, tendem a flutuar.

Mas essas oscilações tenderão a ocorrer em torno de algum tipo de média. Certas mercadorias sempre tenderão a ser trocadas por proporções maiores de outras. A menos que você tenha um carro realmente surrado ou uma caneta incrivelmente sofisticada, um carro normal tenderá a valer o mesmo preço de muitas canetas.

Quando a oferta e a demanda são consideradas em “equilíbrio”, em outras palavras, como Marx explica, é o SNLT que determina por que algumas mercadorias são mais valiosas do que outras.

A teoria da utilidade marginal, por outro lado, analisa apenas os preços; apenas na sua aparência superficial, e não sob as leis subjacentes do movimento. Como o cínico da obra de Oscar Wilde, os marginalistas “sabem o preço de tudo e o valor de nada”.

## MARGINALISMO E SUBJETIVISMO

Ao rejeitar a LTV, os partidários da MUT romperam conscientemente com o legado da escola clássica, que havia baseado sua análise do capitalismo na produção. Em contraste, a MUT agora olhava para o consumidor para determinar o valor das commodities.

*“Os marginalistas viraram a economia clássica de cabeça para baixo”, observa Wasserman em The Marginal Revolutionaries. “Em vez de focar no lado produtivo da economia, eles se voltaram para o consumo. É a satisfação dos desejos dos consumidores que importa para o valor, não o trabalho necessário para a produção”<sup>4</sup>.*

Em outras palavras, os defensores da MUT diziam que o valor era algo puramente subjetivo baseado na “utilidade” de uma mercadoria: a utilidade para o consumidor em relação a outras mercadorias, pelas “margens”.

“Valor é... a importância que bens individuais ou quantidades de bens têm para nós porque estamos conscientes de que dependemos deles para a satisfação de nossas necessidades”, afirmou Menger, segundo um panfleto produzido pelo Instituto Ludwig von Mises chamado de A Escola Austríaca de Economia: Uma História de Suas Ideias, Embaixadores e Instituições<sup>5</sup>.



Ironicamente, o Instituto Ludwig von Mises disponibilizou este panfleto gratuitamente online – uma admissão tácita de que tais ideias têm zero “utilidade” para a sociedade.

Wasserman, da mesma forma, fornece a definição sucinta de utilidade marginal de Wieser:

*“Simplificando, o valor de uma unidade individual [de um bem] é determinado pelo menos valioso dos usos economicamente permitidos dessa unidade”<sup>6</sup>.*

Marx, no entanto, também compreendia a importância de as mercadorias terem uma utilidade; um “valor de uso” para a sociedade. Se uma mercadoria não tem utilidade para ninguém, então ela não pode ser vendida. Como resultado, tal mercadoria não tem “valor de troca”; não tem preço. Seria completamente inútil.

Esta é a resposta à crítica trivial do chamado “paradoxo da torta de lama”, pelo qual os oponentes da economia marxista tentam ridicularizar a sugestão de que o trabalho é a fonte de valor. “Certamente então”, esses detratores perguntam, “se eu passar horas fazendo uma torta de lama, isso deve ser extremamente valioso?”

Mas tal afirmação é claramente falsa em dois aspectos, como Marx explicou mais do que adequadamente em antecipação. Em primeiro lugar, como mencionado acima, todas as mercadorias devem ter um valor de uso – uma utilidade – para serem trocadas e, portanto, ter um valor de troca.

E, em segundo lugar, novamente, mesmo que uma torta de lama fosse útil para qualquer pessoa, não é o tempo de trabalho pessoal ou individual investido em sua produção que a tornaria valiosa, mas o tempo de trabalho médio ou socialmente necessário para fabricar tal mercadoria em geral, dentro de determinadas condições históricas e tecnológicas.

Em outras palavras, o que vemos no capitalismo não são indivíduos comparando direta e subjetivamente os produtos de seu próprio trabalho pessoal uns com os outros. Em vez disso, tanto os produtores quanto os consumidores são apresentados a um preço objetivo no mercado.

Conforme destacado anteriormente, não trocamos por escambo, como Robinson Crusó em uma ilha deserta, mas por meio do dinheiro e do mercado.

Para voltar a um exemplo anterior, quando você procura coisas para comprar na Amazon ou no Google, você não é confrontado com uma dispersão de pequenos produtores, com quem você pode pechinchar. Em vez disso, você recebe (principalmente) uma escolha de fornecedores, que competem entre si para oferecer o preço mais barato possível; um preço que tenderá a um determinado nível para qualquer commodity que seja relativamente replicável.

Como, então, essa vasta multidão de mercadorias oferecidas pode ser comparada umas com as outras? O que é que determina, em última análise, seu valor de troca ou preço – a forma monetária de expressão de seu valor?

É claro que tal comparação não pode ser feita com base em sua utilidade, que é algo subjetivo e qualitativo. Cada tipo de mercadoria tem suas próprias propriedades e características físicas; suas próprias qualidades, específicas para seu uso potencial ou pretendido. Além disso, a utilidade de uma mercadoria varia muito entre os diferentes consumidores.

É importante ressaltar que, voltando ao exemplo acima, quem procura vender seus produtos online não os precifica de acordo com sua “utilidade” – nem do ponto de vista do produtor ou do consumidor.

Esses fornecedores raramente têm qualquer conexão pessoal com seus clientes, por meio da qual possam verificar a utilidade subjetiva de uma mercadoria.

Além disso, do ponto de vista do produtor, a questão toda é que a mercadoria não tem utilidade para ele; eles produzem apenas para fins de troca – para obter lucro, não para satisfazer quaisquer necessidades pessoais.

As mercadorias, portanto, não podem ser comparadas na base arbitrária de sua “utilidade”. O que é necessário, em termos de medição de valor, é uma qualidade comum que seja relativa, quantificável e objetiva. E a principal coisa que todas as mercadorias compartilham, o que permite que sejam



O cambista e sua mulher

comparadas na troca, explica Marx, é que elas são produtos do trabalho – em particular, do trabalho social.

### IDEALISMO VERSUS MATERIALISMO

No final, os marginalistas terminaram se enredando. Eles alegaram, por exemplo, que o valor era determinado pelas preferências subjetivas de indivíduos independentes. Mas o que, por sua vez, determina essas preferências subjetivas?

Claramente, nossas avaliações do valor de vários bens e serviços não estão programadas em nossos cérebros. Em vez disso, eles são o produto da experiência e das normas sociais. Temos uma expectativa de quanto as coisas devem custar, estabelecida a partir do acúmulo de conhecimento histórico sobre o preço de commodities comparáveis.

Os economistas da escola austríaca, porém, baseiam-se no indivíduo isolado, arrancado de todo contexto social. Reduzem a dinâmica do capitalismo ao comportamento de compradores e vendedores abstratos e a-históricos, não vendo que o todo é maior que a soma das partes. O valor, para eles, é explicado puramente em termos dos impulsos subjetivos do indivíduo.

Mas uma abordagem genuinamente científica da economia deve se basear na descoberta de leis objetivas, não na análise de caprichos subjetivos. Deve procurar desvendar a dinâmica do sistema capitalista: as leis que emergem das milhões de interações que ocorrem no curso da produção e troca de mercadorias – sem serem redutíveis a essas interações. De fato, as leis subjacentes se impõem à multiplicidade de interações de mercado.

Como Marx e os economistas clássicos antes dele, a escola austríaca também se via como descobridora das leis econômicas do capitalismo. Mas para eles, tais leis eram vistas como “verdades eternas” baseadas na “natureza humana” – não como o produto dialético de um modo de produção historicamente evoluído; isto é, de um estágio particular no desenvolvimento da sociedade.

Para os marxistas, as leis são a dinâmica geral subjacente dentro de um fenômeno ou sistema particular. As leis do capitalismo, a esse respeito, não são atemporais e absolutas. Eles não existem em um reino separado, ideal, imposto à sociedade de fora. No entanto, para idealistas como os austríacos, as leis econômicas são percebidas exatamente dessa maneira.

“Uma maçã cai da árvore e as estrelas se movem de acordo com a mesma lei – a da gravidade”, afirmou Emil Sax, contemporâneo de Menger e outro graduado pela Universidade de Viena. “Com a atividade econômica”, continuou ele, “Robinson Crusoe e um império com uma população de cem milhões seguem a mesma lei – a do valor”<sup>7</sup>.

De fato, austríacos posteriores, como Mises, até acreditavam que as leis econômicas eram atemporais e podiam ser elaboradas a priori, completamente divorciadas de qualquer contexto social ou evidência empírica. Mises chamou sua linha de pensamento de praxeologia – a teoria da ação humana, baseada no estudo de agentes econômicos “racionalis” e seu “comportamento proposital”<sup>8</sup>.

“O pescador e o caçador primitivos de Ricardo”, continua Marx, “são desde o início proprietários de mercadorias que trocam seus peixes e caças na

proporção do tempo de trabalho que se materializa nesses valores de troca”.

“Nesta ocasião”, observa Marx ironicamente, “cai no anacronismo de permitir que o pescador e caçador primitivos calculem o valor de seus implementos de acordo com as tabelas de anuidades usadas na Bolsa de Valores de Londres em 1817”<sup>9</sup>.

Como o “Robinson Crusoe” ou o “pescador primitivo” de Smith e Ricardo, todos os cenários hipotéticos escolhidos pelos marginalistas estavam completamente divorciados das realidades do capitalismo.

As obras de Böhm-Bawerk e Menger estão repletas de referências a tais exemplos abstratos, incluindo:

“Um homem sentado junto a uma fonte de água que jorra profusamente”; “um viajante no deserto”; “um colono cuja cabana de toras fica solitária na floresta primitiva”; “moradores de oásis”; “um indivíduo míope em uma ilha solitária”; “um agricultor isolado”; e “naufragados”<sup>10</sup>.

Da mesma forma, os marginalistas examinaram consistentemente bens marginais, como diamantes ou arte, para “provar” a correção da MUT.

A maior parte da economia capitalista, no entanto, não se dedica à produção de itens raros como anéis de diamantes, colares de pérolas ou belas obras de arte, mas à produção de uma abundância de mercadorias do dia a dia, com um preço que tende a um valor médio, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Para a escola austríaca, então, o mundo inteiro gira em torno do ponto de vista subjetivo do indivíduo. Esse idealismo subjetivo era um traço compartilhado com as correntes filosóficas retrógradas do período, como o positivismo de pensadores como Mach e os “positivistas lógicos” do Círculo de Viena.

Sobre tal base, no entanto, a classe dominante não poderia desafiar genuinamente o marxismo, com “teorias” que eram claramente uma mera apologia ao capitalismo – e não uma explicação dele.

### O DEBATE DO CÁLCULO SOCIALISTA

Apesar dos melhores esforços da escola austríaca, o movimento socialista continuou a crescer.

Esse processo foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial. Mas, dentro de alguns anos, o clima de patriotismo e nacionalismo deu lugar a outro de raiva e radicalização entre as massas, com o banho de sangue imperialista provocando uma onda de revoluções por toda a Europa – principalmente na Rússia, com a insurreição de outubro de 1917, liderada pelos bolcheviques, e na Alemanha quase exatamente 12 meses depois.

A classe dominante estava aterrorizada com esses desenvolvimentos revolucionários. Ao mesmo tempo, os defensores do capitalismo laissez-faire também estavam

preocupados com a crescente tendência ao planejamento estatal e ao monopólio, e longe da propriedade privada e da competição.

Com base nas experiências da Primeira Guerra Mundial, mesmo certas camadas da burguesia estavam sendo atraídas para a ideia de planejamento econômico. Diante da tarefa premente de vencer a guerra, os governos não se voltaram para o mercado para produzir armamentos e outros produtos essenciais, mas centralizaram a economia nas mãos do Estado.

*“Na Alemanha e na Áustria”, conta Janek Wasserman em The Marginal Revolutionaries, “os regimes estabeleceram conselhos de planejamento de guerra, apelidados de ‘socialismo de guerra’, para alocar recursos”.*

*“Pela primeira vez”, continua o biógrafo, “nacionalização e socialização tornaram-se posições políticas aceitáveis”<sup>11</sup>.*

Isso provocou uma nova onda de ataques de uma geração mais jovem da escola austríaca. Estes foram liderados por figuras como Mises, que a partir de 1920 iniciou o que mais tarde seria chamado de *“debate do cálculo socialista”*.

Mises pretendia mostrar que o socialismo, em suas palavras, não era *“correto na teoria, mas errado na prática”*, e sim *“errado na teoria e na prática”*.

Em resumo, Mises afirmou que o planejamento socialista era impossível, devido à pura complexidade da economia. A quantidade de cálculo necessária, argumentou ele, era demais para qualquer burocracia centralizada planejar.

Com tantas coisas para produzir e distribuir, afirmou Mises, apenas as informações fornecidas pelos sinais monetários de preços – por meio das forças do mercado – poderiam alocar recursos e mão de obra com eficiência.

Além disso, afirmou que qualquer envolvimento ou regulamentação estatal levaria a distorções de preços, impedindo o poder do mercado. A única solução, portanto, era permitir que o mercado totalmente livre e competitivo fizesse seu trabalho.

*“Uma vez que a sociedade abandona a livre precificação dos bens de produção”, Mises afirmou em seu livro Socialism, “a produção racional se torna impossível”.*

*“Cada passo que leva para longe da propriedade privada dos meios de produção e do uso do dinheiro”, concluiu o economista austríaco, “é um passo para longe da atividade econômica racional”<sup>12</sup>.*

Mas os exemplos muito concretos da União Soviética, de um lado, e da Grande Depressão, do outro, foram um duro golpe para esse argumento extremamente abstrato e idealista.

Como Leon Trotsky explicou em sua obra-prima A Revolução Traída, comentando sobre o enorme progresso

econômico realizado sob a economia planejada soviética:

*“Grandes conquistas na indústria; inícios enormemente promissores na agricultura; um crescimento extraordinário das antigas cidades industriais e a construção de novas; um rápido aumento do número de trabalhadores; um aumento do nível cultural e das exigências culturais: tais são os resultados indubitáveis da revolução de outubro, na qual os profetas do velho mundo tentaram ver o túmulo da civilização humana.*

*“Com os economistas burgueses não temos mais motivos para brigar. O socialismo demonstrou seu direito à vitória, não nas páginas de Das Kapital, mas em uma arena industrial que abrange uma sexta parte da superfície da terra – não na linguagem da dialética, mas na linguagem do aço, do cimento e da eletricidade”<sup>13</sup>.*

O livre mercado desenfreado, enquanto isso, levou ao colapso de Wall Street em 1929 e à subsequente Grande Depressão da década de 1930: a crise mais profunda da história do capitalismo – para a qual os austríacos não tinham uma explicação genuína nem uma solução.

---

*O que essas suposições representam, de fato, é o mesmo capitalismo ideal que Hayek e os libertários defendem: um mercado livre, com concorrência pura, sem distorções de preços e sem bolhas*

---

De fato, o remédio proposto pelos economistas austríacos parecia, para muitos no establishment, pior do que a doença: uma estabilização do padrão-ouro; orçamentos equilibrados; e livre comércio – todos com risco de aprofundar tendências deflacionárias, exacerbar o desemprego e prolongar a crise.

Em suma, os austríacos estavam propondo que os governos recusassem, pusessem todas as redes de segurança, apertassem os cintos e permitissem que a economia se *“autoajustasse”*. *“Sem dor, sem ganho”*, era o lema deles. Desnecessário dizer que tais políticas de extrema

DickClarkMises, Instituto Mises



Friedrich Hayek – Um dos principais defensores da escola austríaca.

austeridade não eram particularmente palatáveis para os políticos que buscavam eleições.

Ingressa, então, Friedrich Hayek, que tentou mudar os postes em resposta a esses eventos.

Em vez de ser impossível, Hayek agora afirmava em uma série de ensaios escritos entre 1935-40, o planejamento socialista era tecnicamente difícil; menos eficiente economicamente; e moral e politicamente indesejável<sup>14</sup>.

Em essência, porém, os argumentos de Hayek não eram diferentes dos de Mises; nem, de fato, de Adam Smith. Ou seja, se cada indivíduo perseguisse seu próprio interesse, então isso, através da *“mão invisível”* do mercado, traria os melhores resultados econômicos para a sociedade e, portanto, para todos.

Nenhuma autoridade de planejamento centralizada seria capaz de acompanhar o cenário incerto e em constante mudança de preferências e prioridades pessoais, sustentou Hayek. Somente o mercado livre, por meio das informações de preços, poderia processar cálculos tão dinâmicos e complexos.

Para provar seu ponto, no entanto, Hayek atacou principalmente não o socialismo genuíno, mas sua caricatura stalinista, de planejamento burocrático de cima para baixo, que existia na União Soviética naquela época.

Por sua vez, em vez de demonstrar a correção de suas próprias ideias, Hayek dedicou seus esforços principalmente a atacar aqueles que defendiam o planejamento socialista de várias formas.

Estes caíram principalmente em dois campos: ou o dos apologistas da burocracia stalinista – figuras como o comunista inglês e o economista de Cambridge Maurice Dobbs; ou o dos reformistas e acadêmicos como Oskar Lange e Fred Taylor.

Enquanto os primeiros faziam vista grossa aos desastres econômicos que se desenvolviam na União Soviética, devido aos efeitos sufocantes da burocracia, os segundos eram proponentes do chamado *“socialismo de mercado”*: uma economia mista utópica, baseada em uma mistura confusa (permanente)



Leon Trotsky em 1918.

de propriedade comum, planejamento centralizado e mercado capitalista.

Hayek teve pouca dificuldade em criticar severamente esses cabeças ocas. Já que ele próprio não carecia de deficiências intelectuais. E, sem uma base sólida na teoria marxista sobre a qual basear suas refutações, essas pessoas ficaram se debatendo com as polêmicas de Hayek.

## TROTSKY SOBRE A PLANIFICAÇÃO

A única pessoa que poderia oferecer uma defesa genuína do planejamento socialista – juntamente com uma explicação adequada para os perigos pertinentes da burocracia – era Leon Trotsky. Isso ele fez em A Revolução Traída; e também em um maravilhoso artigo intitulado A economia soviética em perigo.

Neles, Trotsky delineou brilhantemente tanto as conquistas da economia planejada soviética (como citado anteriormente), como também como esse potencial estava sendo sufocado pelo crescimento canceroso da burocracia stalinista.

É importante ressaltar, no entanto, que Trotsky também discutiu a natureza dessa burocracia, fornecendo uma explicação materialista de como ela ofuscou – e inviabilizou – as conquistas da Revolução de Outubro.

Em suma, escreveu Trotsky, a ascensão da burocracia não foi um produto inevitável do planejamento socialista, como Hayek e os austríacos sustentaram idealisticamente, mas foi o resultado da tentativa de construir o socialismo em condições de atraso econômico e isolamento, como visto na Rússia:

*“A base do controle burocrático é a pobreza da sociedade em objetos de consumo, com a resultante luta de cada um contra todos. Quando há mercadorias suficientes em uma loja, os compradores podem vir quando quiserem. Quando*

*há pouca mercadoria, os compradores são obrigados a ficar na fila. Quando as filas são muito longas, é necessário nomear um policial para manter a ordem. Tal é o ponto de partida do poder da burocracia soviética. Ela ‘sabe’ quem deve receber algo e quem tem que esperar”<sup>15</sup>.*

Ironicamente, a única vez que Hayek se envolveu com os argumentos de Trotsky foi quando foi conveniente para ele extrair citações seletivamente desses escritos, arrancando-os completamente do contexto para satirizar seus oponentes.

Por exemplo, em “A economia soviética em perigo”, Trotsky faz uma série de afirmações completamente corretas, dizendo que “é impossível criar a priori um sistema completo de harmonia econômica”; e que não existe “mente universal... que possa registrar simultaneamente todo o processo da natureza e da sociedade” para “elaborar a priori um plano econômico impecável e exaustivo”.

O que Hayek deixa de mencionar, no entanto, é o que se segue a essas passagens, onde Trotsky passa a explicar quais medidas são necessárias para planejar com sucesso a economia em uma base socialista – acima de tudo, a necessidade de democracia, controle e gestão dos trabalhadores.

*“Somente a regulação contínua do plano no processo de sua realização, sua reconstrução parcial e total pode garantir sua eficácia econômica”, formula Trotsky.*

*“A arte do planejamento socialista não cai do céu nem se apresenta plenamente nas mãos com a conquista do poder. Esta arte só pode ser dominada pela luta, passo a passo, não por alguns, mas por milhões, como parte integrante da nova economia e cultura”<sup>16</sup>.*

Além disso, Trotsky continua explicando que tal Estado operário teria que utilizar as informações fornecidas pelos sinais de preços de mercado na transição do socialismo para o comunismo – isto é, na transição da escassez para a superabundância – a fim de verificar onde há as maiores carências e, portanto, onde o investimento é mais urgente.

*“Os inúmeros participantes vivos da economia, estatal e privada, coletiva e individual”, explica Trotsky, “devem informar suas necessidades e sua força relativa não apenas por meio das determinações estatísticas das comissões do plano, mas pela pressão direta da oferta e da demanda.”*

*“O plano é verificado e, em grande medida, realizado através do mercado. A regulação do próprio mercado deve depender das tendências que se manifestam por meio de seu mecanismo. As plantas produzidas pelos departamentos devem demonstrar sua eficácia econômica por meio do cálculo comercial. O sistema da economia de transição é impen-sável sem o controle do rublo. Isso pressupõe, por sua vez, que o rublo esteja ao par. Sem uma unidade monetária firme, a contabilidade comercial só pode aumentar o caos”<sup>17</sup>.*

Trotsky mais tarde reiterou esses mesmos pontos em A Revolução Traída. “Uma economia planejada não pode se basear apenas em dados intelectuais”, comenta. “O jogo da oferta e demanda permanece por um longo período como uma base material necessária e um corretivo indispensável”<sup>18</sup>.

De fato, Trotsky previu esses problemas de antemão. Já em 1922, ele enfatizou que métodos de planejamento puramente socialistas “não podem ser criados a priori, através da cogitação, ou dentro de quatro paredes de escritórios”<sup>19</sup>.

Entre o capitalismo e uma sociedade de superabundância plenamente socialista, explicou ele, existiriam várias etapas de transição, nas quais os métodos do mercado não podem ser totalmente dispensados.

## POLÍTICA E ECONOMIA

Trotsky estava de acordo que o planejamento burocrático de cima para baixo não poderia funcionar. E ele também aceitou a necessidade dos sinais dos preços – mas apenas como um guia temporário, na transição do socialismo ao comunismo, à medida que o dinheiro, o mercado, o Estado e as classes murchavam; ou, nas palavras de Engels, como “o governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela condução dos processos de produção”<sup>20</sup>.

É claro que qualquer semelhança formal entre as posições de Hayek e Trotsky sobre essa questão era totalmente superficial. Na realidade, os dois teóricos vinham de perspectivas de classe completamente opostas. Hayek criticava o planejamento soviético burocrático a partir da direita; Trotsky, da esquerda.

A esse respeito, é totalmente insincero que os libertários (de então e de agora) usem Trotsky – que foi categórico em sua defesa da União Soviética e das conquistas da Revolução de Outubro – em apoio às suas ideias reacionárias.

*“Apesar de sua herança de atraso, apesar da fome e da lentidão, apesar dos erros burocráticos e até das abominações”, afirmou Trotsky, comentando sobre o Estado operário degenerado na Rússia, “os trabalhadores de todo o mundo devem defender com unhas e dentes sua futura pátria socialista que este Estado representa”<sup>21</sup>.*

Ao mesmo tempo, enquanto Hayek e Lange e outros estavam envolvidos em discussões abstratas sobre projetos idealistas, vemos como Trotsky abordou a questão do planejamento econômico de forma dialética e materialista.

Uma economia totalmente socialista, ele enfatizou, não poderia ser implementada de cima, de acordo com planos sonhados na mente de uma camarilha burocrática, mas surgiria das condições materiais legadas pelo capitalismo, depois que a classe trabalhadora tivesse tomado o poder.

A pré-condição para utilizar as forças do mercado e os sinais dos preços como uma bússola para direcionar o planejamento socialista, enfatiza Trotsky, portanto, é que

a revolução tenha abolido o capitalismo, apoderando-se das principais alavancas da economia e as colocando nas mãos de um Estado operário.

Em outras palavras, em vez do planejamento burocrático stalinista, ou do chamado “socialismo de mercado”, é preciso haver um plano socialista genuinamente racional envolvendo um sistema de democracia, controle e gestão dos trabalhadores.

Com o tempo, à medida que as forças produtivas se desenvolvem, a propriedade comum se expande e os antagonismos econômicos diminuem, as informações desse sistema de democracia operária substituiriam gradualmente a necessidade dos sinais monetários dos preços.

Ao invés de ser guiada pelas forças do mercado, a própria classe trabalhadora organizada indicaria o que poderia e deveria ser produzido; onde o investimento deve ser priorizado; e como a mão de obra e os recursos materiais devem ser distribuídos.

Durante todo o tempo, representantes eleitos responsáveis e revogáveis utilizariam todos os melhores e mais recentes métodos da ciência, tecnologia, técnica, planejamento, dados, logística e contabilidade herdados do capitalismo moderno.

O ponto importante, enfatizou Trotsky, é que o “problema” do planejamento socialista não é o “cálculo econômico”, como Hayek e Mises haviam afirmado. Da mesma forma, intelectuais como Lange erraram ao se concentrar nesse detalhe. Não é simplesmente uma questão de construir computadores maiores e melhores. Não podemos calcular nosso caminho para o comunismo.

A economia não é um conjunto de equações simultâneas a serem resolvidas, ou um modelo de computador que pode ser programado de cima para baixo. Tampouco é uma coleção de indivíduos abstratos, isolados e atomizados em uma hipotética ilha deserta.

Em vez disso, a economia é um sistema vivo, que respira, composto de carne e sangue. São pessoas comuns tentando colocar comida na mesa; tentando fazer face às despesas.

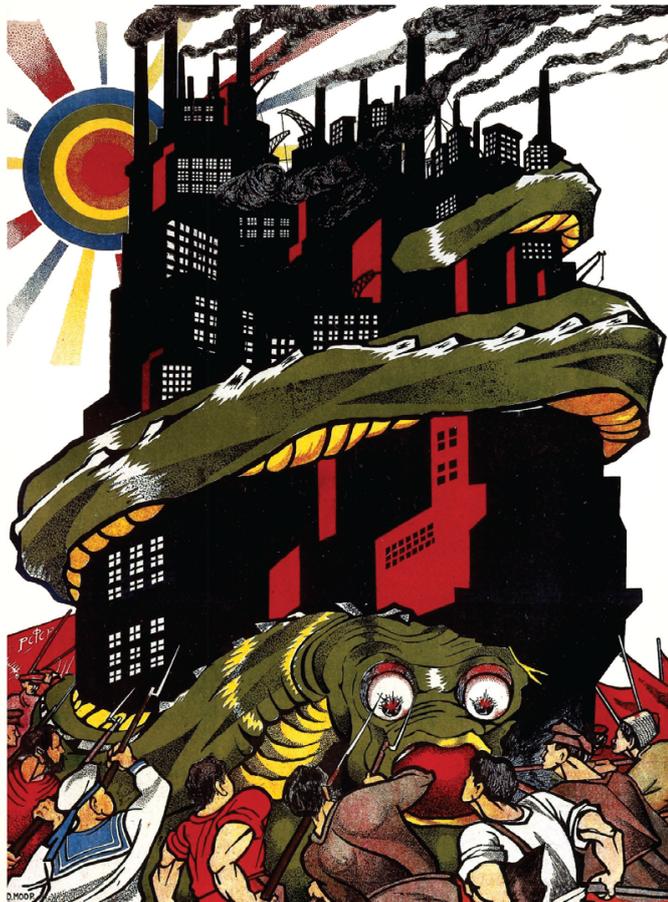
Acima de tudo, é uma luta entre classes opostas e seus interesses materiais: entre os exploradores e os explorados; entre os capitalistas que buscam maximizar seus lucros e os trabalhadores que buscam defender suas vidas e meios de subsistência.

O verdadeiro problema, portanto, como Trotsky sublinhou, não é um “cálculo econômico”, mas um problema político. Não é uma questão de cálculo, mas de classe; uma questão de poder – isto é, qual classe possui e administra os meios de produção? E segundo que leis? Em que base – para as necessidades ou para os lucros?

Dmitrii Moor

# IMPERIALISM

## THE HIGHEST STAGE OF CAPITALISM



Arte : Morte ao imperialismo mundial

Como Trotsky resume eloquentemente:

*“A luta entre os interesses vivos, como fator fundamental do planejamento, nos leva ao domínio da política, que é a economia concentrada. Os instrumentos dos grupos sociais da sociedade soviética são – deveriam ser: os soviets, os sindicatos, as cooperativas e, em primeiro lugar, o partido no poder.*

*“Somente através da interação desses três elementos – planejamento estatal, mercado e democracia soviética – pode ser alcançada a direção correta da economia da época de transição “Só assim pode ser assegurada, não a superação completa das contradições e desproporções em poucos anos (isso é utópico!), mas a sua mitigação, e por meio dela o fortalecimento das bases materiais da ditadura do proletariado até o momento em que uma nova e vitoriosa revolução ampliará a arena do planejamento socialista e reconstruirá o sistema”<sup>22</sup>.*

### PLANEJAMENTO CAPITALISTA

O fato é que já vemos imensos níveis de planejamento hoje – não

por governos ou estados-nação, mas dentro dos grandes monopólios e multinacionais que dominam a economia global.

Longe de a economia ser uma multidão de Robinsons Crusoe negociando uns com os outros, desde os tempos do próprio Marx o capitalismo se caracterizou principalmente pela existência de uma grande indústria e um mercado mundial, com a produção organizada dentro de grandes empresas e corporações multinacionais.

A maior parte da atividade econômica, hoje, ocorre não no mercado, mas sob a direção dos patrões dentro dessas empresas. Eles não deixam a “mão invisível” tomar decisões relacionadas à produção dentro de seus negócios. Em vez disso, eles planejam tudo: desde as granjas e as fábricas até as lojas e os supermercados.

Como os autores socialistas Leigh Phillips e Michal Rozworski explicam em sua divertida história do “debate do

cálculo socialista”, intitulada com humor de República Popular de Walmart:

*“Walmart é talvez a melhor evidência que temos de que, embora o planejamento pareça não funcionar na teoria de Mises, certamente funciona na prática. E então alguns...”*

*“Se fosse um país – vamos chamá-lo de República Popular de Walmart – sua economia seria aproximadamente do tamanho da Suécia ou da Suíça...”*

*“No entanto, enquanto a empresa atua no mercado, internamente, como em qualquer outra empresa, tudo é planejamento. Não existe mercado interno. Os diferentes departamentos, lojas, caminhões e fornecedores não competem entre si em um mercado; tudo é coordenado.”*

*“Walmart não é apenas uma economia planejada, mas uma economia planejada na escala da URSS bem no meio da Guerra Fria. (Em 1970, o PIB soviético atingiu cerca de US\$ 800 bilhões em dinheiro de hoje, então a segunda maior economia do mundo; a receita de Walmart em 2017 foi de US\$ 485 bilhões)”<sup>23</sup>.*

Embora ao repetir o absurdo hayekiano sobre o capitalismo proteger a “desobrigação” e a “liberdade”, os padrões são de fato os maiores ditadores dentro do local de trabalho, deixando seus funcionários sem escolha, sem liberdade, sem individualidade.

Mas, embora haja um nível incrível de planejamento dentro das empresas, ainda há anarquia entre elas. Devido à propriedade privada dos meios de produção, cada empresa produz cegamente para um mercado desconhecido; para o lucro individual, e não sob um plano comum baseado nas necessidades da sociedade.

O resultado é o caos do capitalismo que vemos hoje, com a mentalidade de manada de investidores em busca de

lucro levando a oscilações selvagens entre escassez e excedente.

*“A contradição entre produção socializada e apropriação capitalista”, afirma Engels no Anti-Dühring, “apresenta-se agora como um antagonismo entre a organização da produção na oficina individual e a anarquia da produção na sociedade em geral”<sup>24</sup>.*

Com a tecnologia e a técnica modernas, vemos hoje um enorme potencial para o planejamento. Uma capa recente do *The Economist*, por exemplo, destaca o surgimento da economia do “tempo real”, com grandes empresas de tecnologia coletando quantidades insondáveis de dados, hora a hora, minuto a minuto, sobre o que estamos comprando, para onde estamos viajando e o que estamos procurando<sup>25</sup>.

Mas sob a propriedade de monopólios privados como Google, Facebook, Amazon e outros, todas essas informações são usadas para nos controlar, em vez de nos dar o controle. Tal como acontece com toda a tecnologia, inovação e planejamento que vemos sob o capitalismo, é usado para maximizar os lucros, não para atender às nossas necessidades.

Vemos, portanto, os limites do planejamento sob o capitalismo. No final, você não pode realmente planejar o que não controla; e não controla o que não possui.

## CONCORRÊNCIA E MONOPÓLIO

Hayek e Mises se opuseram veementemente não apenas ao socialismo, mas a todas as formas de planejamento. De fato, ao legitimarem a ideia de intervenção estatal na economia, Hayek acreditava que os governos influenciados pelo keynesiano estavam abrindo caminho para a disseminação do bolchevismo; levando o público por um caminho que levaria ao autoritarismo e à servidão – o chamado Caminho da Servidão.

Mas o planejamento, como Marx e Engels explicaram ao longo de seus escritos, é um fato que surgiu devido às leis do capitalismo: a tendência à monopolização, centralização e concentração da produção.

Para libertários como Hayek, no entanto, a monopolização não é vista como uma tendência objetiva, decorrente da propriedade privada e da produção com fins lucrativos, mas como um produto de decisões subjetivas; uma aberração devido a erros políticos.

*“A tendência ao monopólio e ao planejamento não é o resultado de quaisquer ‘fatos objetivos’ além de nosso controle”, afirmou Hayek em *The Road to Serfdom*, “mas o produto de opiniões fomentadas e propagadas por meio século até que chegaram a dominar nossa política”<sup>26</sup>.*

Tais afirmações revelam, mais uma vez, o idealismo da escola austríaca. Mais uma vez, em vez de oferecer uma explicação científica do sistema capitalista, Hayek e seus

antecessores se escondem atrás de uma fachada de misticismo e obscurantismo, a fim de fornecer uma mera apologia ao status quo.

Por mais que Hayek possa negar, o processo de monopolização é um fato objetivo – cuja dinâmica foi explicada muito claramente por Marx e Engels.

Em sua busca por lucros, as empresas concorrentes são forçadas a investir em novas tecnologias, a fim de produzir com mais eficiência, reduzir seus custos, baixar seus preços abaixo da média do setor e expulsar seus rivais do mercado. Isso, em essência, é a lei do valor no trabalho.

As empresas mais fortes e competitivas engolirão as mais fracas. E isso, por sua vez, permite que elas se expandam ainda mais; gerar “economias de escala”; e erguer barreiras de entrada cada vez maiores. O jogo de tabuleiro Monopoly demonstra adequadamente esse processo (tal como foi projetado).

O resultado é que vemos um nível incrível de divisão do trabalho na sociedade, ao lado de uma centralização dos meios de produção em um pequeno punhado de monopólios gigantes e seus proprietários capitalistas.

*“A liberdade de concorrência”, explica Engels, “se transforma em seu oposto – em monopólio; e a produção sem nenhum plano definido da sociedade capitalista capitula à produção sobre um plano definido da sociedade socialista invasora”<sup>27</sup>.*

## CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

É importante ressaltar que são essas mesmas leis da competição capitalista, da propriedade privada e da produção com fins lucrativos que inevitavelmente levam o sistema a mergulhar periodicamente em crises.

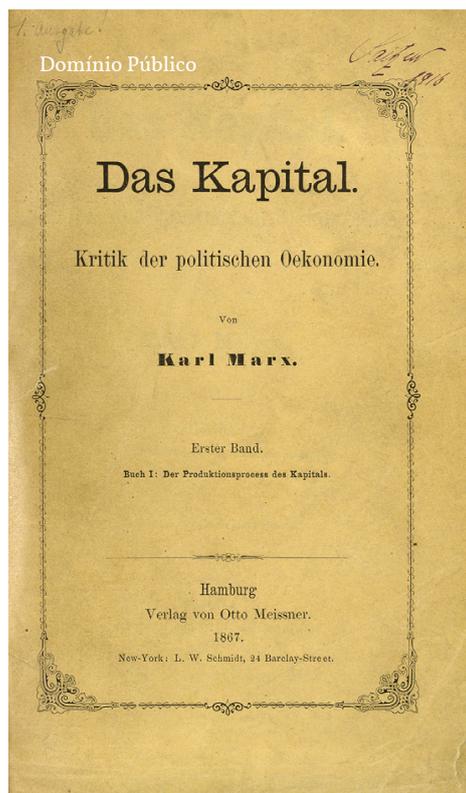
O que vemos, em outras palavras, é que não é o socialismo, mas o capitalismo que não funciona na teoria e na prática.

Em O capital, Marx opta explicitamente por partir dos mesmos pressupostos de Smith e Ricardo. Ele queria começar de onde os economistas clássicos pararam, pegando suas próprias ideias e as desenvolvendo, a fim de mostrar suas contradições inerentes – as contradições do capitalismo.

Entre elas está a suposição de que as mercadorias são todas vendidas por seus valores (ou seja, que preços = valores), sem monopólios ou outras restrições ao fluxo de capital. Da mesma forma, pelo menos no volume I, Marx assume que o dinheiro é metálico, sem a forma do crédito.

Marx fez isso para examinar a lei do valor e a dinâmica do sistema capitalista em sua forma mais pura e, assim, explicar as causas gerais por trás dos vários fenômenos econômicos que vemos na sociedade sob o capitalismo.

O que essas suposições representam, de fato, é o mesmo capitalismo ideal que Hayek e os libertários defendem: um mercado livre, com concorrência pura, sem distorções de preços e sem bolhas.



No entanto, mesmo com base nisso, Marx mostra que o capitalismo leva inerentemente a crises de superprodução, devido à natureza do sistema de lucro.

Em resumo, tais crises são inerentes ao capitalismo, por causa da origem do lucro: o trabalho não remunerado da classe trabalhadora.

Como explicado anteriormente, os trabalhadores produzem mais valor do que recebem de volta na forma de salários. A classe trabalhadora, como um todo, não pode, portanto, comprar de volta todos os bens que produz. Mas se as mercadorias não puderem ser vendidas, então os capitalistas – que só produzem para o lucro – fecharão a loja. Segue-se um ciclo vicioso de queda da demanda e queda do investimento, paralisando a economia.

Os capitalistas podem utilizar todos os tipos de truques para evitar ou retardar esta crise. Mas apenas, como Marx e Engels afirmam em O Manifesto Comunista, “abrindo o caminho para crises mais extensas e destrutivas e diminuindo os meios pelos quais as crises são evitadas”.

O resultado geral dessa contradição, então, não é a “eficiência”, mas um enorme desperdício, na forma de desemprego em massa; fábricas ociosas; pobreza em meio à abundância; e uma destruição – não um desenvolvimento – das forças produtivas.

*“A sociedade se vê subitamente colocada em um estado de barbárie momentânea; parece que uma fome, uma guerra universal de devastação, cortou o suprimento de todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem destruídos; e por quê? Porque há civilização demais, meios de subsistência demais, indústria demais, comércio demais”<sup>28</sup>.*

Debates sobre “cálculo econômico” e como alocar recursos escassos com mais eficiência são, portanto, enganosos.

A tarefa que a humanidade enfrenta não é calcular como alocar recursos escassos, mas transformar as enormes forças produtivas e

a superabundância à disposição da sociedade em propriedade comum e controle operário; e de desenvolver ainda mais essas forças, para que possam ser usadas racional e democraticamente, para atender às nossas necessidades, e não aos lucros dos capitalistas.

*“O mal fundamental do sistema capitalista”, enfatiza Trotsky a esse respeito, em A Revolução Traída, “não é a extravagância das classes possuidoras, por mais repugnante que possa ser em si, mas o fato de que, para garantir seu direito à extravagância, a burguesia mantém a propriedade privada dos meios de produção, condenando assim o sistema econômico à anarquia e à decadência”<sup>29</sup>.*

Nada disso se deve às más decisões políticas, como os austríacos idealisticamente proclamam, mas é o produto das contradições inerentes ao capitalismo.

Mesmo quando todos estão agindo “racionalmente”, buscando seus próprios interesses, como Smith, Hayek e todos os outros liberais e libertários sugerem que deveriam, o resultado é um resultado profundamente irracional para a sociedade como um todo.

Mesmo quando (ou exatamente quando) o capitalismo está funcionando como deveria, em outras palavras, é exatamente quando ele não funciona.

## HAYEK VERSUS KEYNES

Isso é o que nenhum dos economistas da escola austríaca jamais conseguiu explicar: por que o capitalismo entra em crise.

Para Hayek e Mises, por exemplo, o crash de Wall Street e a Grande Depressão foram tudo culpa de governos irresponsáveis e de os banqueiros centrais serem muito descuidados com as torneiras do crédito, permitindo a formação de bolhas de ativos.

Da mesma forma, os libertários modernos fornecem a mesma análise em relação ao crash de 2008. Em vez de alimentar o

*Nada disso se deve às más decisões políticas, como os austríacos idealisticamente proclamam, mas é o produto das contradições inerentes ao capitalismo.*

escândalo das hipotecas subprime com taxas de juros artificialmente baixas e política monetária frouxa, dizem-nos, aqueles que estão no leme deveriam ter recuado e deixado o mercado fazer sua mágica.

Mas tal curso de ação (ou inação) não teria levado ao “equilíbrio” econômico. Em vez disso, se os políticos e formuladores de políticas não tivessem injetado crédito no sistema na década de 1920, e novamente nas décadas de 1980, 90 e 2000, as quedas subsequentes simplesmente teriam sido antecipadas, com a crise de superprodução tomando conta e se expressando mais cedo.

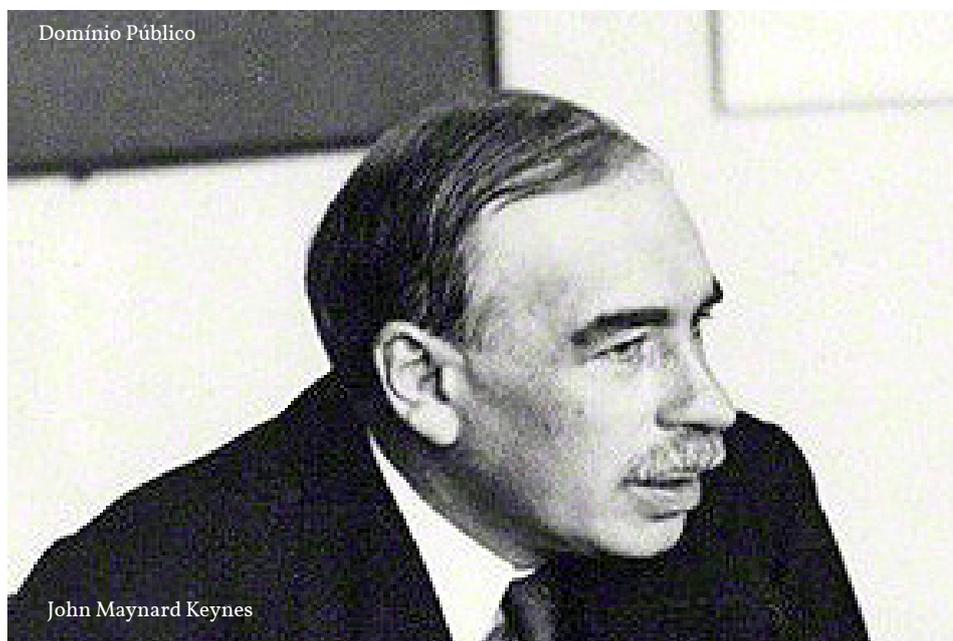
Por todas essas razões, a própria classe dominante nunca se deixou vencer por Hayek.

Na verdade, pode-se dizer que o próprio Hayek não estava totalmente convencido por Hayek. Não conseguindo desferir um golpe decisivo no “debate do cálculo socialista”, ele se afastou de seus argumentos econômicos.

Em vez disso, ele mudou para uma defesa política do libertarianismo, como apresentado em *The Road to Serfdom*: reclamando moralmente que o planejamento inevitavelmente leva ao totalitarismo e dizendo que apenas o mercado competitivo poderia fornecer a verdadeira “liberdade”, a “escolha” e a “individualidade”.

No entanto, mais tarde na vida, ele e seus acólitos hipócritas tiveram poucos escrúpulos em apoiar abertamente o punho de ferro da ditadura de Pinochet, a fim de esmagar o governo socialista de Allende no Chile e introduzir à força a mão invisível do mercado.

Em vez do libertarianismo utópico de Hayek, diante da Grande Depressão, a classe dominante na década de 1930 (nos EUA, pelo menos) voltou-se para o suposto “pragmatismo” do keynesianismo – mais notoriamente com o New Deal do presidente Roosevelt de estímulo governamental e projetos de grandes obras públicas.



Domínio Público

John Maynard Keynes



Migrant Mother, Florence Owens Thompson, mãe de sete crianças, em Nipono, Califórnia, década de 30, em busca de um emprego ou de ajuda social para sustentar sua família. Seu marido havia perdido seu emprego em 1931 e morreria no mesmo ano.

Isso, por si só, era uma admissão tácita da necessidade de planejamento. O mercado fracassou. A intervenção do Estado era necessária para tirar o capitalismo de seu atoleiro. No entanto, mesmo assim, essas políticas keynesianas não funcionaram, com a crise continuando – com altos e baixos – por uma década, até a Segunda Guerra Mundial.

A classe dominante não podia suportar as consequências sociais do que os austríacos estavam sugerindo, com seus apelos à chamada “destruição criativa”; isto é, fazer com que a classe trabalhadora pagasse pela crise imediatamente, por meio da austeridade, do desemprego em massa e dos ataques aos salários, condições e padrões de vida.

As garantias de Hayek e companhia de que uma dor e sofrimento tão imensos seriam temporários, e que tudo ficaria bem “no longo prazo” ofereciam pouco alívio ou conforto. Afinal, como Keynes certa vez observou:

*“Este longo prazo é um guia enganoso para os assuntos atuais. No longo prazo, todos estaremos mortos. Os economistas se propõem uma tarefa demasiado fácil, demasiado inútil, se em estações tempestuosas podem apenas nos dizer que, quando a tempestade passar, o oceano estará calmo novamente”<sup>30</sup>.*

A classe dominante não estava interessada em justificar um mercado livre que claramente não estava funcionando. Em vez disso, eles estavam procurando salvar o capitalismo, usando o Estado – para salvar o capitalismo de si mesmo.

É isso que Keynes e o keynesianismo pareciam oferecer: uma “solução” baseada na gestão e nos remendos do capitalismo, sem a necessidade de ir à ofensiva contra a classe trabalhadora, arriscando explosões sociais e instabilidade política.

Da mesma forma, os defensores mais fervorosos do livre mercado hoje correram para o governo durante a pandemia. Enquanto isso, poucos economistas burgueses se opuseram à intervenção estatal sem precedentes em resposta à crise do coronavírus, com US\$ 17 trilhões em apoio e estímulo fiscal direto, e mais US\$ 10 trilhões injetados na economia pelos bancos centrais – tudo para sustentar o sistema e evitar um colapso total.

O mesmo também foi visto na esteira do crash de 2008, com a classe capitalista implorando por resgates para monopólios financeiros gigantes que foram considerados “grandes demais para falir”. É claro que, quando se tratava de pagar a conta, esses mesmos patrões e banqueiros não estavam à vista. Em vez disso, são os trabalhadores que pagam durante a última década ou mais de cortes.

Graças ao boom do pós-guerra, o keynesianismo permaneceu em voga entre políticos e acadêmicos por várias décadas, até que essas políticas de estímulo governamental, regulação estatal, gestão do lado da demanda e financiamento do déficit desmoronaram na década de 1970, abrindo o caminho para uma virada ao chamado “neoliberalismo”.

Mas devemos ser claros: apesar da confusão criada pelos reformistas, que idolatram o “bom” Keynes e castigam o “mau” Hayek, o keynesianismo e o hayekianismo são os dois lados da mesma moeda capitalista liberal.

Na verdade, embora sejam famosos por suas lutas intelectuais na década de 1930, Keynes e Hayek tinham muito mais em comum do que gostariam de admitir.

Ambos estavam firme e categoricamente contra a revolução e a classe

trabalhadora, e do lado do capitalismo e da classe dominante. Ambos se viam como os verdadeiros herdeiros dos economistas clássicos e do Iluminismo. Ambos vieram de origens extremamente privilegiadas e nostalgicamente ansiavam pelo retorno da era vitoriana e da Era Dourada.

Ambos estavam imbuídos de um utopismo e idealismo característicos do liberalismo burguês que representavam. Ambos tinham uma visão mecânica e abstrata da economia, ao invés de uma perspectiva dialética e materialista. E o mais importante, ambos os homens – e suas ideias – fundamentalmente aceitaram e defenderam o sistema capitalista.

Suas diferenças eram mais sobre a forma desse sistema econômico, não sobre o conteúdo de classe; sobre graus de intervenção do Estado capitalista versus mercado livre capitalista.

Keynes era claramente a favor do mercado, mas estava simplesmente preocupado com a extensão em que os princípios do laissez-faire e do capitalismo rentista haviam se consolidado. Hayek, enquanto isso, embora se oponha ao planejamento no lugar da competição, não era, em princípio, contra a intervenção estatal e os programas de bem-estar do governo.

É importante ressaltar que nem o keynesianismo nem o “neoliberalismo” oferecem um caminho a seguir para a classe trabalhadora. As tentativas keynesianas de administrar o capitalismo não funcionam. Entretanto, deixar nossas vidas e nossos futuros nas mãos – a “mão invisível” – do mercado é um caminho para a miséria e o desastre.

## LIBERDADE E NECESSIDADE

Hoje, a maioria dos libertários abandonou amplamente qualquer tentativa de justificar economicamente o capitalismo. Em vez disso, o libertarianismo foi reduzido principalmente a uma série de preconceitos moralistas e individualistas sobre “liberdade”, conforme descrito por Hayek em *Road to Serfdom*.

As ideias e argumentos de Hayek, enquanto isso, além de serem um elemento básico da maioria dos cursos e livros didáticos de economia das universidades, são promovidos principalmente por vários “*think-tank*’s” e institutos de livre mercado bem financiados – financiados, ironicamente, pelos grandes monopólios empresariais (como os Rockfellers) que ele alegava abominar.

Em troca dessa grande filantropia empresarial, os austríacos forneceram aos políticos de direita (como Thatcher e Reagan) uma conveniente folha de parra teórica para se esconder, enquanto esmagavam os sindicatos e atacavam os direitos e salários dos trabalhadores, em um esforço para aumentar os lucros dos capitalistas.

De tudo o que foi dito acima, fica claro que as ideias e “teorias” da escola austríaca não se sustentam. Mas o mesmo vale para os apelos libertários por “liberdade”.

## ANTI-DÜHRING

FRIEDRICH ENGELS

Na realidade, não pode haver liberdade real para qualquer indivíduo dentro de um sistema que esteja fora de nosso controle; em um sistema que, tendo surgido inconscientemente da necessidade histórica e econômica, agora se impõe a nós; em um sistema onde a economia e suas leis não funcionam para nós, mas contra nós; em um sistema onde todas as decisões importantes são tomadas não democraticamente, por pessoas comuns, mas por uma ditadura do capital – uma elite autoritária e irresponsável de patrões, banqueiros e bilionários.

Para Hayek, liberdade significava a ausência da “coerção” política e da “força” sobre os indivíduos – recusando-se a reconhecer a coerção econômica muito real e a força imposta à classe trabalhadora pelas leis do capitalismo. A liberdade para ele, em outras palavras, era a liberdade para a burguesia de quaisquer restrições na sua tarefa de ganhar dinheiro.

Mas, como Engels observou em sua brilhante polêmica com Dühring, baseando-se na filosofia dialética hegeliana, a verdadeira liberdade não é obtida imaginando-nos livres das leis da sociedade, da economia e da natureza – leis que operam cegamente nas costas dos indivíduos, capitalistas e trabalhadores.

Em vez disso, a verdadeira libertação vem precisamente da compreensão dessas leis e da capacidade de manipulá-las para nossa própria vantagem como espécie. A liberdade, em suma, “é a percepção da necessidade”.

*“A liberdade não consiste em uma sonhada independência das leis naturais, mas no conhecimento dessas leis, e na possibilidade que isso dá de fazê-las trabalhar sistematicamente para fins determinados.*

*“Isso vale tanto para as leis da natureza externa quanto para aquelas que governam a existência corporal e mental dos próprios homens – duas classes de leis que podemos separar uma da outra no máximo apenas no pensamento, mas não na realidade...*

*“A liberdade consiste, portanto, no controle sobre nós mesmos e sobre a natureza externa, um controle fundado no conhecimento da necessidade natural; é, portanto, necessariamente um produto do desenvolvimento histórico”<sup>31</sup>.*

Pode-se imaginar um pássaro, livre para voar, por exemplo. Mas isso não significa que você será capaz de escapar de despenhar para a morte se pular de uma janela do terceiro andar.

No entanto, ao entender as leis da gravidade, do movimento, da mecânica newtoniana e da aerodinâmica, podemos criar máquinas – aviões ou drones – que podem nos permitir voar.

Da mesma forma, embora o movimento de cada molécula de gás em um cilindro seja

aparentemente aleatório e imprevisível, graças a uma história de investigação científica, agora sabemos que existem leis da termodinâmica que governam a dinâmica de tal sistema como um todo, com muitas relações definidas entre temperatura, pressão, volume e assim por diante.

Além disso, entendendo essas leis, podemos converter o calor contido em uma massa de gás em vapor e usar isso para girar turbinas que podem gerar eletricidade; isto é, criar a força e o poder que está por trás da Revolução Industrial e que transformou a sociedade e a natureza.

O mesmo acontece com a economia. Os libertários, no entanto, não estão interessados em compreender cientificamente o sistema capitalista. Seu objetivo não é explicar o funcionamento da economia, mas jogar poeira nos olhos dos trabalhadores e fornecer uma justificativa teórica para as desigualdades e injustiças do capitalismo.

O marxismo, ao contrário, visa compreender genuinamente o mundo, para transformá-lo; reconhecer e compreender conscientemente as leis do capitalismo – as leis da necessidade, que, como diz Hegel, são “cegas apenas na medida em que não são compreendidas” – para que possamos derrubá-las através da revolução e substituí-las por um novo conjunto de leis baseadas no planejamento socialista e na democracia operária.

Esta é a tarefa que temos pela frente: organizar os trabalhadores e os jovens, baseando-nos nos fundamentos sólidos da teoria marxista; armarmos-nos com a arma das ideias marxistas, na luta pela revolução.

Somente nesta base a humanidade pode se libertar dos grilhões do caos e da crise capitalista – e, nas palavras de Engels, “saltar do reino da necessidade para o reino da liberdade”.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> Marx to Carl Klings, October 4, 1864, *Marx and Engels Collected Works* vol. 42, pg. 3.

<sup>2</sup> Janek Wasserman, *The Marginal Revolutionaries*, (Yale: Yale University Press, 2019), pg. 41.

<sup>3</sup> Karl Marx, *Capital, Volume One*, (London: Penguin Classics, 1990), pg. 168.

<sup>4</sup> Janek Wasserman, *The Marginal Revolutionaries*, (Yale: Yale University Press, 2019), pg. 28.

<sup>5</sup> Eugen-Maria Schulak & Herbert Unterköfler, *The Austrian School of Economics: A History of Its Ideas, Ambassadors, and Institutions*, (Vienna: Ludwig von Mises Institute, 2011), pg. 16.

<sup>6</sup> Janek Wasserman, *The Marginal Revolutionaries*, (Yale: Yale University Press, 2019), pg. 41.

<sup>7</sup> Eugen-Maria Schulak & Herbert Unterköfler, *The Austrian School of Economics: A History of Its Ideas, Ambassadors, and Institutions*, (Vienna: Ludwig von Mises Institute, 2011), pg. 19.

<sup>8</sup> *Ibid.*, pg. 143.

<sup>9</sup> Karl Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy*, (Moscow: Progress Publishers, 1977), chap. 1, *Marxist Internet Archive*.

<sup>10</sup> Nikolai Bukharin, *Economic Theory of the Leisure Class*, (Monthly Review Press, 1972), pg. 41.

<sup>11</sup> Janek Wasserman, *The Marginal Revolutionaries*, (Yale: Yale University Press, 2019), pg. 103.

<sup>12</sup> Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, (Indianapolis: Liberty Fund, 1981), chap. 5, *Econlib*.

<sup>13</sup> Leon Trotsky, *The Revolution Betrayed*, (London: Wellred Books, 2015), pg. 3.

<sup>14</sup> Friedrich Hayek, ed., *Collectivist Economic Planning*, (London: Routledge, 1935).

<sup>15</sup> Leon Trotsky, *The Revolution Betrayed*, (London: Wellred Books, 2015), pg. 79.

<sup>16</sup> Leon Trotsky, “The Soviet Economy in Danger”, *The Militant*, October 1932, *Marxist Internet Archive*.

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> Leon Trotsky, *The Revolution Betrayed*, (London: Wellred Books, 2015), pg. 15.

<sup>19</sup> Leon Trotsky, *The First Five Years of the Communist International*, Vols 1 & 2, (London: Wellred Books, 2020), pg. 611.

<sup>20</sup> Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, (London: Wellred Books, 2017), pg. 333.

<sup>21</sup> Leon Trotsky, “The Soviet Economy in Danger”, *The Militant*, October 1932, *Marxist Internet Archive*.

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> Leigh Phillips & Michal Rozworski, *The People’s Republic of Walmart*, (London: Verso, 2019), pg. 30-31.

<sup>24</sup> Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, (London: Wellred Books, 2017), pg. 324, (emphasis in the original).

<sup>25</sup> “Instant Economics: The real-time revolution”, *The Economist*, October 23, 2021.

<sup>26</sup> Friedrich Hayek, *The Road to Serfdom*, (London: Routledge, 2001), pg. 45-46.

<sup>27</sup> Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, (London: Wellred Books, 2017), pg. 329.

<sup>28</sup> Karl Marx & Friedrich Engels, “The Communist Manifesto”, in *Classics of Marxism: Volume One*, (London: Wellred Books, 2013), pg. 8.

<sup>29</sup> Leon Trotsky, *The Revolution Betrayed*, (London: Wellred Books, 2015), pg. 11.

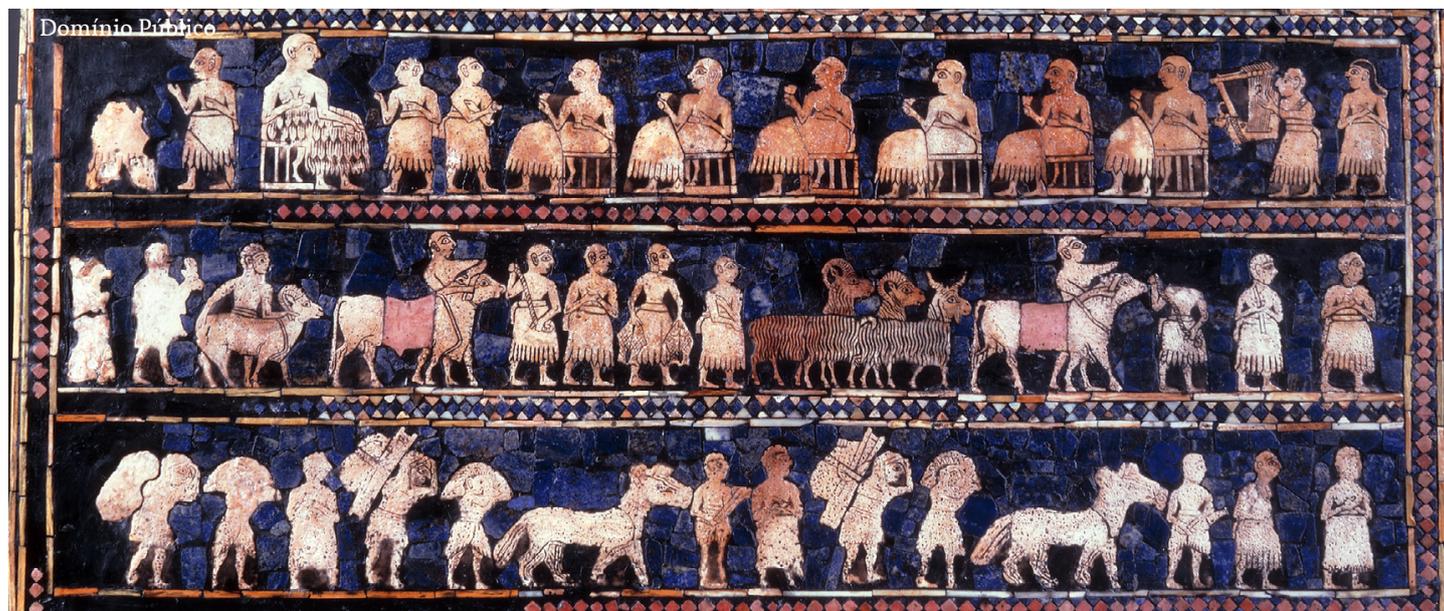
<sup>30</sup> John Maynard Keynes, *A Tract on Monetary Reform*.

<sup>31</sup> Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, (London: Wellred Books, 2017), pg. 136-37.

\* *Laissez-faire*, expressão em francês – usada por liberais.

# AS ORIGENS DAS CLASSES SOCIAIS

JOSH HOLROYD E LAURIE O'CONNEL



Quando olhamos para o mundo hoje e vemos bilhões de vidas atormentadas pela pobreza, escravidão e opressão, é fácil supor que esses horrores acompanharam a humanidade por toda a sua existência. Afinal, durante milhares de anos, reis, filósofos e sacerdotes nos disseram que sempre foi da natureza dos seres humanos sofrer esses males. Um estudo sério de nosso passado distante, entretanto, prova o contrário. Por quase toda a nossa existência como espécie, vivemos em grupos comunistas de caçadores-coletores, sem senhores ou patrões de qualquer espécie.

Para os defensores da ordem atual, esse simples fato representa uma refutação devastadora a toda a sua visão de mundo. Muitos historiadores e filósofos burgueses tendem, portanto, a ignorar completamente o tópico. Aqueles que aceitam o desafio de se posicionar contra nosso passado comunista explicam as origens da desigualdade a partir de nossa natureza gananciosa e opressora que se afirma após milhares de anos adormecida. Devemos entender isso pelo que é: a falsa imposição da moralidade capitalista sobre toda a história humana. Na realidade, como Marx observa em *A Miséria da Filosofia*: “toda a história nada mais é do que uma transformação contínua da natureza humana”.

Se vamos adotar uma abordagem genuinamente científica do desenvolvimento da sociedade, devemos entender o nascimento da sociedade de classes, não como um acidente infeliz, nem como o despertar de alguma “natureza humana” supra-histórica e até então adormecida, mas como uma etapa necessária na evolução contínua da sociedade, produzida, em última análise, por talvez a maior revolução nas forças produtivas da humanidade já conhecida. E esta não é uma questão acadêmica. Ao compreender o nascimento da sociedade de classes, podemos compreender a natureza real de suas instituições e descobrir os meios pelos quais podemos derrubá-las.

## HOMEM E NATUREZA

Marx explicou que a característica mais básica de toda sociedade é a relação entre os seres humanos e a natureza. Este não é um ideal abstrato, mas um reconhecimento inteiramente prático do fato de que, para os humanos sobreviverem, sempre precisamos de recursos, que vêm do mundo ao nosso redor.

Nossa relação com o mundo natural é mediada pelo trabalho, que realizamos socialmente. Por meio desse processo, extraímos recursos e encontramos fontes de alimento e abrigo. Sempre foi o caso, apesar do constrangimento de

muitos arqueólogos modernos, que os humanos tiveram que trabalhar para sobreviver. Como Marx explica:

*“O trabalho, então como criador dos valores de uso, é a condição da existência humana ... uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e a natureza”.*

Mas, embora o fato de que trabalhamos permaneça inalterado ao longo da história, a maneira como trabalhamos e as necessidades ou desejos que buscamos satisfazer mudaram muito. Ao longo de milhões de anos, a humanidade desenvolveu ferramentas e técnicas para melhor atingir seus objetivos. Mas o desenvolvimento dos meios para satisfazer mesmo as nossas necessidades mais básicas conduz necessariamente à criação de novas necessidades, novas relações sociais e modos de vida totalmente novos. Essa interação constante decidiu muitas coisas por nós – se nos mudamos ou permanecemos em um mesmo lugar, se trabalhamos o ano todo ou por temporadas – e até afetou nossa fisiologia e evolução. Em todos os sentidos, portanto, ao mudar nosso ambiente, mudamos a nós mesmos. É nisso que reside a base de todo o progresso humano.

José-Manuel  
Benito Álvarez



Foi este princípio fundamental do materialismo histórico que Engels resumiu em seu discurso ao lado do túmulo de Marx:

*“Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o simples fato, até então encoberto por um crescimento excessivo da ideologia, de que a humanidade deve antes de tudo comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes que possa se dedicar à política, à ciência, à arte, à religião etc.; de que, portanto, a produção dos meios de vida materiais imediatos e, conseqüentemente, o grau de desenvolvimento econômico alcançado por um determinado povo ou durante uma determinada época, formam a base sobre a qual as instituições do Estado, as concepções jurídicas, a arte e mesmo as representações religiosas dos homens em questão, se desenvolveram e à luz das quais, portanto, devem ser explicadas”.*

Marx escreve em O Capital, vol. I: “O uso e fabricação de instrumentos de trabalho, embora existam em germe entre certas espécies de animais, é especificamente característico do processo de trabalho humano”. Isso pode ser observado arqueologicamente desde que os humanos modernos estão neste planeta, e mesmo antes. Alguns de nossos primeiros ancestrais hominídeos, o Homo habilis e o Homo ergaster, trabalhavam com ferramentas de pedra. O complexo de ferramentas Oldowian, descoberto no sítio arqueológico de Olduvai Gorge na Tanzânia, remonta a 2,6 milhões de anos. Ao longo do período Paleolítico (cobrindo aproximadamente até 10.000 aC), vemos o surgimento de um novo complexo de ferramentas após o outro – Achulean, Mousterian, Châtelperronian etc. Podemos até rastrear, ao lado da produção dessas ferramentas, o desenvolvimento da consciência e do pensamento complexo. Geralmente, cada complexo de ferramentas é mais simétrico e requer um planejamento mais avançado do que o anterior, levando o desenvolvimento do cérebro dos humanos modernos a novos patamares.

É mais uma confirmação do método materialista que mesmo os arqueólogos não marxistas são forçados a periodizar

o passado em termos da cultura material que prevaleceu em cada época. Não é à toa que falamos do Paleolítico (do grego antigo para “pedra lascada”), Neolítico (“pedra polida”), Idade do Bronze, etc. Todas essas denominações se referem aos materiais usados para fazer as ferramentas das quais a produção dependia na época. Como Marx observa em O Capital, vol. I:

*“Relíquias de antigos instrumentos de trabalho possuem a mesma importância para a investigação de formas econômicas extintas da sociedade, assim como os ossos fósseis para a determinação de espécies extintas de animais. Não são os artigos feitos, mas como são feitos e por quais instrumentos, que nos permite distinguir as diferentes épocas econômicas. Os instrumentos de trabalho não apenas fornecem um padrão do grau de desenvolvimento atingido pelo trabalho humano, mas também são indicadores das condições sociais sob as quais esse trabalho é realizado”.*

Essa ideia simples, mas revolucionária, não é de forma alguma aceita em todo o establishment acadêmico. Na verdade, este princípio mais básico do materialismo histórico encontra no corpo docente da universidade o mesmo horror e indignação que a teoria da seleção natural de Darwin encontrou nas salas de estar vitorianas.

O resultado é que a academia moderna está muito atrás até mesmo dos antigos filósofos gregos em sua compreensão da sociedade. Platão e Aristóteles reconheceram que havia uma base material para seu tempo de lazer. Como Aristóteles escreve em sua Metafísica, as artes teóricas foram desenvolvidas em lugares onde os homens tinham muito tempo livre. “Assim, as ciências matemáticas se originaram na vizinhança do Egito, porque lá à classe sacerdotal era permitido o lazer.” Isso pressupõe necessariamente um certo grau de desenvolvimento da produtividade do trabalho e, com ele, uma reorganização da própria estrutura da sociedade. É para o início desse desenvolvimento que nos voltaremos agora.

## COMUNISMO PRIMITIVO

Os arqueólogos encontraram muito poucas evidências de desigualdade significativa antes do período Neolítico, que começou há pouco menos de 12.000 anos. Evidências coletadas em sítios arqueológicos do Paleolítico em todo o mundo retratam sociedades pequenas e predominantemente móveis, dependentes da caça, pesca e coleta de alimentos para sobreviver, nas quais dificilmente quaisquer diferenças de riqueza ou status podem ser detectadas nos bens enterrados com os mortos.

Claro, nunca seremos capazes de dizer exatamente, de forma detalhada, como as sociedades pré-históricas de caçadores-coletores eram. Mas os estudos antropológicos das sociedades existentes de caçadores-coletores, como a do povo !Kung do deserto do Kalahari,

oferecem um vislumbre de como eles podem ter sido. O antropólogo Richard Leaky escreve:

*“Os Kung não tem chefes e nem líderes ... ninguém dá ordens nem as aceita ... compartilhar profundamente impregna os valores dos !Kung forrageadores assim como o princípio do lucro e da racionalidade é central para a ética capitalista”.*

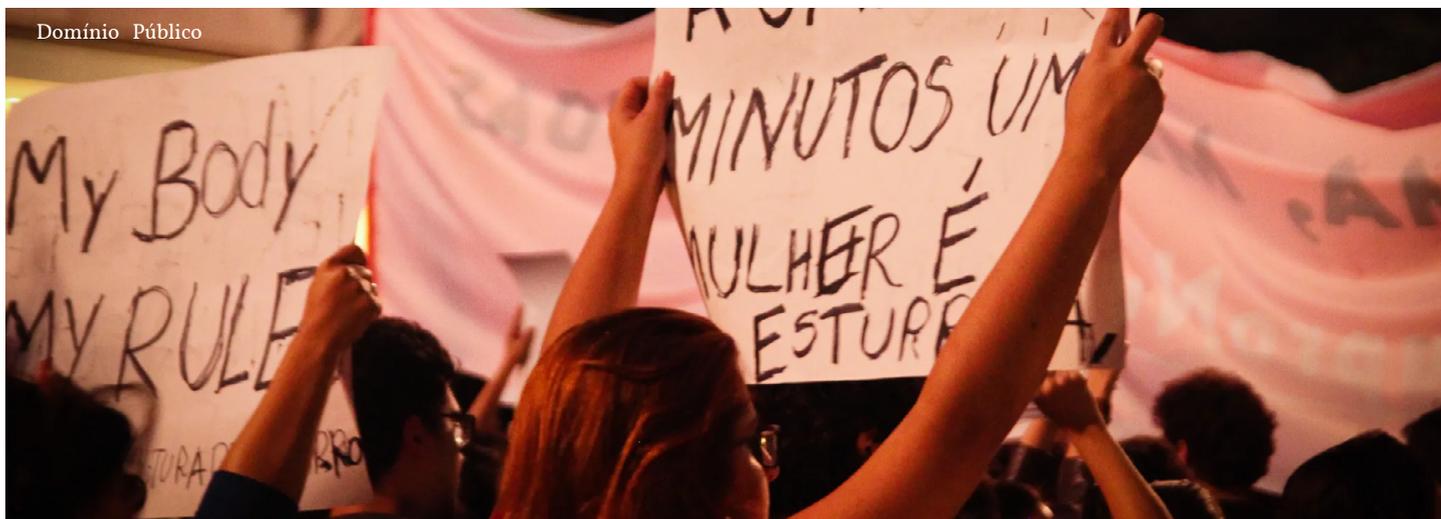
Essa perspectiva é bem testemunhada em comunidades de caçadores-coletores em todo o mundo e se encaixa perfeitamente com as evidências fornecidas pelos sítios arqueológicos do Paleolítico. Mas o igualitarismo de nosso passado pré-histórico não foi um fenômeno puramente cultural ou moral; na raiz, vinha do fato de que não havia, e não poderia haver, propriedade privada além da posse de ferramentas e outros itens pessoais. Esses grupos eram caçadores-coletores bem-sucedidos e habilidosos, mas viviam do dia a dia ou do ano a ano, não acumulando nenhum excedente significativo. Conseqüentemente, não havia o conceito de propriedade da terra ou de herança.

Isso pode ser visto mais claramente nas práticas dos aborígenes do deserto da Austrália Central, amplamente considerada como uma das mais antigas culturas contínuas na Terra, abrangendo já 50.000 anos. Na década de 1960, o antropólogo Richard Gould passou um tempo vivendo com os caçadores-coletores no centro da massa continental australiana. Ele observou que toda comida trazida de volta ao acampamento era “meticulosamente compartilhada entre todos os membros do grupo, mesmo quando não era mais do que um pequeno lagarto”. Com base na escavação de abrigos de pedra locais, Gould levantou a hipótese de que os habitantes dessa região viviam dessa maneira desde a primeira ocupação da região pelo Homo sapiens. O princípio por trás dessa forma extrema, mesmo absoluta, de comunismo não é difícil de descobrir: a escassez, causada em última instância pelo estágio relativamente baixo de desenvolvimento das forças produtivas e pelo baixo nível de controle sobre o ambiente natural. Se bem que outras sociedades de caçadores-coletores não enfrentaram condições tão adversas, o mesmo princípio pode ser visto em funcionamento em todo o mundo paleolítico.

## AS MULHERES NO COMUNISMO PRIMITIVO (EM DEFESA DE ENGELS)

Outra característica do caráter igualitário da sociedade paleolítica é a posição igualitária das mulheres. Como Friedrich Engels escreve em sua obra-prima, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado:

*“Uma das noções mais absurdas herdadas do iluminismo do século XVIII é que, no início da sociedade, a mulher era escrava do homem. Entre todos os selvagens e bárbaros dos estágios inferior e intermediário, e até certo ponto também do estágio superior, a posição das mulheres não é apenas livre, mas honrosa”.*



Baseando-se nos estudos antropológicos mais recentes da época, em particular no estudo de Henry Lewis Morgan sobre os iroqueses, Engels apresentou a ideia revolucionária de que a opressão sistemática das mulheres é de fato um desenvolvimento relativamente recente na história de nossa espécie. Analisando não apenas a sociedade iroquesa, mas também os antigos atenienses, romanos e alemães, ele argumentou que a "derrota histórica do sexo feminino" tinha um fundamento econômico: a propriedade privada dos meios de produção, em particular da terra e dos rebanhos, e sua acumulação nas mãos dos homens.

Além disso, se a opressão das mulheres teve um começo, concluiu Engels, deve, portanto, ter um fim. O estabelecimento de uma sociedade comunista, sem propriedade privada e exploração de classe, restabelece a liberdade e a igualdade de homens e mulheres em um nível mais alto do que nunca. É esta perspectiva que arma e inspira os marxistas na luta pela libertação das mulheres desde então.

No entanto, esse insight revolucionário foi rejeitado não apenas pelos defensores do sistema atual, mas até mesmo pelas teóricas feministas, que afirmam que a interpretação de Engels da sociedade comunista primitiva não passa de um "mito reconfortante". Nos últimos anos, até mesmo acadêmicos declaradamente "marxistas" se juntaram a esses ataques sobre a base da teoria de Engels. Christophe Darmangeat, da Universidade de Paris, por exemplo, argumenta que:

*"o monopólio masculino da caça e das armas deu aos homens uma posição de força em relação às mulheres em todos os lugares", o que significa que "as mulheres foram colocadas em toda parte em uma situação em que poderiam ser reduzidas ao papel de meros instrumentos nas estratégias dos homens".*

O que é notável com relação a esse argumento é que, embora pretenda corrigir Engels com base em pesquisas mais modernas, ele consegue repetir exatamente a

mesma suposição falsa que Engels demoliu há mais de 100 anos. A primeira premissa de Darmangeat é que a caça e as armas sempre foram um monopólio masculino. Para que esta tese seja válida, ela deve ter uma aplicação universal, ou seja, deve significar que esse alegado monopólio existiu sempre e em toda parte, sem exceções. Mas tal afirmação não pode ser feita, uma vez que é contrariada pela maioria das pesquisas modernas, incluindo em comunidades de caçadores-coletores que continuam existindo. Por exemplo, na Agta das Filipinas, as mulheres são conhecidas por praticar a caça com auxílio de armas. Mais para trás no tempo, a imagem se torna ainda mais complexa, com a recente descoberta de equipamentos de caça no túmulo de uma jovem adulta nos Andes, datada de cerca de 7.000 aC, e representações de mulheres caçando com lanças nas primeiras pinturas rupestres em Burzahom, Índia, datada de cerca de 6.000 aC. No entanto, mesmo se aceitarmos que a caça tem sido comumente uma reserva masculina, o argumento de Darmangeat contém uma falsidade muito mais perniciosas: a suposição de que, onde quer que seja esse o caso, as mulheres são reduzidas a "meros instrumentos".

Nenhum marxista negaria que existem diferenças naturais entre homens e mulheres e que, portanto, alguma forma de divisão do trabalho existiu entre os sexos em todas as sociedades. O fato de que as mulheres carregam e dão à luz filhos é um exemplo óbvio disso. Dependendo do ambiente e dos recursos naturais de uma comunidade, isso pode significar que os homens se distanciaram do acampamento, por exemplo, participando de expedições de caça, enquanto as mulheres tendiam a se concentrar em reunir recursos mais perto de casa, trazendo os filhos com elas. Tal divisão de trabalho foi observada entre os !Kung, por exemplo. O ponto crucial, entretanto, é que, em tais sociedades, ocupar uma posição diferente na divisão do trabalho neste estágio inicial não pode ser apresentado como prova de opressão ou exploração por outro setor da sociedade.

Pelo contrário, todas as evidências disponíveis apontam para o contrário.

Referindo-se aos Kung, Patricia Draper escreve:

*"Homens e mulheres dos grupos de caça e coleta são igualitários no trato uns com os outros. Eles são normalmente encontrados em grupos mistos nos acampamentos, embora seu trabalho seja geralmente feito em grupos do mesmo sexo. As mulheres não mostram deferência para com os homens. Vivendo em pequenos grupos sem papéis de liderança bem desenvolvidos, eles chegam a decisões por consenso em que as mulheres participam junto com os homens".*

As mulheres descritas aqui dificilmente poderiam ser descritas como "instrumentos" de alguém. Longe disso. Em muitos casos, como o dos !Kung, as plantas colhidas pelas mulheres "contribuem com até 80% da ingestão diária de alimentos da comunidade" e "ao contrário dos caçadores machos, as forrageadoras fêmeas mantêm o controle sobre a distribuição final dos alimentos que coletaram". O antropólogo Chris Knight argumenta que, em muitas sociedades de caçadores-coletores, "um jovem nunca adquirirá direitos sexuais permanentes sobre a mulher que visita regularmente". Em vez disso, ele deve obter aprovação continuamente, entregando toda a sua carne caçada à sua sogra para ela distribuir como quiser". Mais uma vez, quem está controlando quem aqui?

Nem a posse de armas, ou uma maior força, conduz necessariamente à violência contra as mulheres. Um estudo em 1989 descobriu que os tradicionais nômades ou seminômades San eram "uma das apenas seis sociedades no mundo onde a violência doméstica era quase desconhecida". Este é um fato absolutamente surpreendente quando se considera a pandemia permanente de violência contra as mulheres que ceifa dezenas de milhares de vidas todos os anos em todo o mundo.

A imagem dos homens como os "provedores" dominantes e das mulheres como "donas de casa" subordinadas é totalmente anacrônica – uma concepção da

pré-história tirada diretamente dos Flintstones. A persistência dessa ideia nada tem a ver com ciência ou pesquisa histórica. É apenas um reflexo do fato de que aqueles que propagam esse mito são incapazes de se elevar acima das noções e preconceitos da atual sociedade de classes. E, se você aceita os preconceitos da sociedade de classes, então você deve finalmente aceitar suas conclusões, rejeitando a possibilidade não apenas de igualdade entre homens e mulheres, mas do estabelecimento de uma sociedade mais igualitária em geral. Quer dizer, esse argumento supostamente científico, em última análise, se resume a apenas uma coisa: à existência permanente da sociedade de classes para todo o sempre, amém.

## OS INÍCIOS DO CULTIVO

Às vezes, se pergunta como as pessoas poderiam ter passado desta sociedade comunista primitiva, aparentemente utópica, para uma em que a vasta maioria das pessoas era oprimida. O antropólogo Marshall Sahlins chegou a cunhar o termo “a próspera sociedade original”, com base em seu próprio estudo de grupos de caçadores-coletores, que concluiu que cada adulto teria apenas que trabalhar de três a cinco horas por dia para reunir recursos suficientes. Embora isso seja provavelmente um exagero, baseado em uma definição muito restrita de trabalho, põe em questão a ideia de que as sociedades de caçadores-coletores estavam permanentemente à beira da fome. Mas assim como devemos rejeitar o mito hobbesiano da vida como sempre “desagradável, brutal e curta” antes de sua libertação pela repressão civilizada do Estado, também devemos ser cautelosos para não dobrar demasiado o bastão na outra direção.

A sociedade paleolítica não existia em algum estado paradisíaco de saúde e abundância. As populações da Idade do Gelo eram necessariamente pequenas, com pouca certeza e controle sobre as condições de sua existência. A maioria teria consumido sua comida dentro de horas ou dias, sugerindo apenas um excedente muito limitado do produto, se é que houvesse. A maioria dos grupos de caçadores-coletores tinham uma expectativa de vida baixa, bem como uma baixa taxa de natalidade. Mesmo após o fim da última Idade do Gelo, por volta de 9.700 aC, a escassez e as privações continuaram a ser um desafio enfrentado pelas comunidades de caçadores-coletores. Para dar apenas um exemplo, no sítio arqueológico de Mahadaha na Índia, datado de 4.000 aC, a idade estimada de morte de todos os 13 esqueletos encontrados era entre 19 e 28 anos, mas provavelmente muito mais perto de 19. Nenhum tinha mais de 50 anos. Então, como agora, o motor do desenvolvimento era a luta pelos meios para sobreviver e prosperar em face



Pedra Quern de Abu Hureyra. Era utilizada para moer alguns dos primeiros grãos de uso doméstico da história

da adversidade: “a produção e reprodução dos elementos essenciais imediatos da vida”.

Assim como a necessidade de melhorar a forma como as pessoas coletam recursos incentivou o desenvolvimento de ferramentas de pedra, também levou os seres humanos a buscar fontes de alimentos mais diversificadas e confiáveis. Esse processo ganha vida própria à medida que o clima global começou a aquecer há cerca de 20.000 anos. Nesse período, o aumento das temperaturas e dos níveis de umidade, junto com o recuo das camadas de gelo, abriu regiões inteiras para os seres humanos e aumentou muito a quantidade e a variedade dos recursos disponíveis. Estimulados por seu ambiente em mudança, os caçadores-coletores desenvolveram rapidamente meios novos e mais sofisticados de adquirir esses recursos, produzindo uma explosão nas forças produtivas da humanidade.

Ferramentas de pedra mais antigas, como machados de mão, foram substituídas por “micrólitos”, ferramentas de pedra muito menores, como brocas e pontas de flecha. Os ossos foram moldados em agulhas finas para costurar diferentes tipos de pele, criando as roupas quentes e em camadas que os humanos usaram para colonizar as regiões congeladas da Sibéria. Arpões foram esculpidos em chifres de rena para explorar a maior disponibilidade de peixes. Gaiolas de vime foram criadas para capturar enguias. Esse foi um salto qualitativo, bem como quantitativo, na produtividade e no escopo do trabalho humano.

Além da caça e da pesca, as pessoas também aproveitavam os alimentos vegetais silvestres que começaram a florescer no clima mais quente e úmido. A primeira colheita conhecida de gramíneas selvagens data da última Idade do Gelo, por volta de 21.000 aC, em Ohalo, no moderno Israel. Por volta de 14.000 aC, espécies antigas de trigo e cevada selvagens eram cultivados em toda a região. Este desenvolvimento, que na época pode ter parecido apenas um pequeno ganho, marca o início de um processo que mudaria irreversivelmente a

relação da humanidade com o mundo natural e, com ele, a própria vida humana.

O primeiro cultivo de cereais e outras plantas ainda estava longe da produção agrícola do período Neolítico. Na maioria dos lugares, teria sido muito mais próximo de uma forma de “jardinagem selvagem”, em que os cultivadores visitavam regularmente os locais onde essas plantas costumam crescer, para que pudessem colher o que estava disponível. Mas, mesmo por meio dessa forma aparentemente passiva de provisionamento, os seres humanos estavam transformando ativamente a natureza, tanto de maneira consciente quanto inconsciente.

Muitas das plantas e animais com os quais contamos como alimentos básicos hoje, nem sempre existiram. Milho, feijão, abóbora, cereais básicos e até porcos, ovelhas e gado, como os conhecemos hoje, evoluíram devido à intervenção humana na natureza há muitos milhares de anos. Por exemplo, as gramíneas selvagens que eram cultivadas em lugares como Ohalo possuíam grãos muito menores do que o trigo que consumimos hoje. A descoberta de grãos maiores do que a média em Jerf el Ahmar, na Síria moderna, sugere que, já em 13.000 aC, as pessoas estavam deliberadamente semeando gramíneas com grãos maiores para melhorar a produtividade.

Ainda mais importante, as espigas dessas gramíneas antigas se rompiam e se dispersavam espontaneamente em diferentes momentos, aumentando suas chances de propagação bem-sucedida. Mas o que é bom para a gramínea não é necessariamente bom para o coletor. Uma grande proporção da colheita potencial seria perdida antes mesmo que o ceifeiro chegasse. As lavouras modernas de cereais têm “caules não desarticulantes”, o que significa que as espigas ficarão firmes até que alguém venha para colhê-las. Essa transformação biológica foi produto da intervenção e inovação do ser humano. Sob as condições certas, a potencial pressão seletiva, criada por melhorias deliberadas na técnica dos

coletores, se materializou na evolução de novas espécies de trigo e cevada, em si um desenvolvimento dramático das forças produtivas.

## A REVOLUÇÃO NEOLÍTICA

Junto com os recursos crescentes e as ferramentas e técnicas aprimoradas desse período, os primeiros assentamentos começaram a aparecer. Provavelmente, de início seriam acampamentos semipermanentes ou sazonais, aos quais as pessoas retornavam cada vez mais regularmente, como Star Carr na Grã-Bretanha (datado de aproximadamente 9.000 aC). Mas, eventualmente, esse período testemunhou as primeiras aldeias permanentes do mundo. Um exemplo antigo disso pode ser encontrado no local "natufiano" de 'Ain Mallaha no Levante (datado de aproximadamente 12.500 aC), onde as pessoas se estabeleceram permanentemente, contando com a caça da gazela juntamente com o cultivo de trigo e cevada selvagens.

No entanto, mesmo nos estágios mais elevados do Epipaleolítico (literalmente "idade da pedra tardia"), assentamentos permanentes eram muito raros e podem ser encontrados apenas em locais com condições naturais excepcionalmente favoráveis, como 'Ain Mallaha, ou com o salmão no Ponto de Pobreza, no noroeste do Pacífico. Nesta fase, era muito difícil e, em alguns casos, impossível criar condições semelhantes em outros lugares, e até certo ponto a localização dos assentamentos e dos meios de subsistência, em última análise, permaneceu passivamente determinada pela natureza. Mas os desdobramentos daquela época estavam preparando o caminho para uma transformação dramática, na qual a exceção se converteria na regra.

Frequentemente na história, as crises catalisaram os profundos processos de mudança que se desenvolvem sob a superfície. Essas crises podem ser internas

e externas. Antes do desenvolvimento da agricultura no Oriente Próximo, o mundo ficou significativamente mais frio, em um retorno às condições glaciais conhecidas como os Younger Dryas (aproximadamente 11.000 - 9.700 aC). Como as migrações do rebanho e o aparecimento de gramíneas selvagens foram interrompidos, o modo de vida já estabelecido para muitas pessoas tornou-se impossível. Alguns certamente morreram, enquanto muitos teriam que retornar a um estilo de vida mais móvel. Mas o desenvolvimento anterior, que vinha crescendo gradualmente ao longo de milhares de anos, não foi perdido.

À medida que as pessoas abandonaram os assentamentos moribundos, eles levavam os grãos colhidos com eles e os semeavam em locais completamente novos. Acredita-se que a criação de novas parcelas e a maior confiança que algumas comunidades depositaram no cultivo de cereais, usando foices de sílex, aceleraram o processo de seleção natural e artificial que acabou dando origem ao trigo totalmente domesticado e, com ele, aos meios de superar as limitações dos antigos assentamentos de caçadores-coletores. Podemos ver esse processo claramente em Abu Hureyra, na moderna Síria, onde as pessoas responderam ao resfriamento do clima com o cultivo intensivo de centeio selvagem, resultando no mais antigo grão de cereal domesticado já encontrado, datado de aproximadamente 10.500 aC.

Por volta de 9.500 aC, as pessoas no Levante e no sudeste da Turquia retornam à vida sedentária, mas desta vez em um nível qualitativamente mais alto, com base em cereais domesticados e animais como ovelhas e cabras, que também foram transformados pela intervenção consciente de caçadores humanos transformados em pastores. Por volta de 8.000 aC, esse novo modo de vida se espalhou pelo Oriente Próximo e logo começaria a ser adotado na Europa e no sul da Ásia. A agricultura estabelecida também surgiu de forma independente em outros lugares, incluindo a China, em várias partes da África e das Américas. O arqueólogo marxista V. Gordon Childe referiu-se a este processo como a "Revolução Neolítica".

Para os acadêmicos burgueses, a descrição de qualquer coisa como uma "revolução" soa marxista demais para um livro de arqueologia. Em vez disso, argumentam que a domesticação e o desenvolvimento da agricultura deveriam ser referidos como a "transição neolítica", porque foi um processo que se desenvolveu durante um longo período de tempo. Esta é uma maneira infantil de entender a história. A explosão cambriana (um período de rápida diversificação da vida animal complexa e multicelular) ocorreu ao longo de dez milhões de anos, mas ainda assim foi explosiva em comparação com os bilhões de

anos de evolução incrivelmente lenta que a precederam. A Revolução Neolítica foi uma transformação igualmente massiva e rápida do ponto de vista da sociedade humana. O Homo sapiens existe há cerca de 300.000 anos, mas esses desenvolvimentos ocorreram ao longo de apenas alguns milhares de anos e foram totalmente transcendentais, dando origem a um novo modo de vida, a um novo modo de produção e, com ele, a uma nova etapa na história da raça humana.

## O PAPEL DAS IDEIAS

Outra objeção à descrição "tradicional" da Revolução Neolítica ataca suas conclusões materialistas. Olhando para trás, para esses processos a uma distância de mais de 10.000 anos, é fácil ver o profundo impacto que o desenvolvimento do trabalho humano e da técnica produziu na natureza e na sociedade. Mas, assim como a noção de uma "revolução" neolítica cheira muito a marxismo para o establishment acadêmico de hoje, esta confirmação das idéias mais básicas do materialismo histórico é demais para algumas mentes "científicas" tolerarem. Por exemplo, Anthony Giddens, o sociólogo por trás da "Terceira Via" de Tony Blair, argumenta que, porque o assentamento antecede a chegada da agricultura em alguns lugares, o desenvolvimento das forças produtivas não pode ser considerado o fator determinante na Revolução Neolítica e na história em geral. Giddens escreve:

*"A vida social humana não começa nem termina na produção. Quando Mumford chama o homem de 'animal criador da mente, do autodomínio e do autodesenho', e quando Frankel vê na vida humana uma 'busca por significado', eles estão mais perto de fornecer a base para uma antropologia filosófica da cultura humana do que Marx estava".*

A descoberta relativamente recente no sítio arqueológico em Göbekli Tepe, no sudeste da Anatólia, na moderna Turquia, foi posteriormente reclamada como proporcionando mais evidências para essa concepção idealista da história. O local é datado de 9.600 aC, no início do período Neolítico, e apresenta grandes altares de pedra que sugerem claramente que havia um grau de especialização e tempo de trabalho excedente a ser dedicado à construção do local. Também há muitas evidências que sugerem que este sítio permanecia em uso durante todo o ano. No entanto, a abundância de ossos de animais selvagens e a ausência de ossos de animais domesticados sugerem que as pessoas que construíram este "templo" eram caçadores-coletores. Esta descoberta notável provocou uma efusão de artigos triunfantes declarando a morte do materialismo. Em vez de se estabelecerem por causa do desenvolvimento



Zunkir

Crânio Jericó emplastrado

da agricultura, ou qualquer outra coisa relacionada à produção, argumentou-se que as pessoas primeiro se estabeleceram por motivos religiosos e depois desenvolveram a agricultura como meio de alimentar a congregação. “*Acho que o que estamos aprendendo é que a civilização é um produto da mente humana*”, anunciou o arqueólogo-chefe do local, Klaus Schmidt.

Mas a percepção de que a civilização é um “produto da mente” não é tão profunda quanto seu autor pode pensar. A máquina a vapor também foi um produto da mente, assim como o sistema de fábricas. A foice de sílex foi um produto da mente. Se até o mais militante materialista prepara uma refeição, o faz porque teve a ideia de fazê-lo. Mas isso não nos diz absolutamente nada além do fato incontestável de que todas essas coisas foram criadas por seres humanos conscientes.

Como disse Engels:

*“Tudo o que põe os homens em movimento deve passar por suas mentes; mas a forma que tomará na mente dependerá muito das circunstâncias”.*

É necessário perguntar, em primeiro lugar, por que as pessoas que construíram Göbekli Tepe escolheram construir um local de culto tão grande e permanente, e logo por que escolheram se voltar para o cultivo de trigo para se sustentar. A atividade ritual foi importante durante todo o Paleolítico e mais além como um meio de compreender e controlar o mundo natural, e a colheita do trigo selvagem data de 23.000 anos, então por que um desenvolvimento semelhante não ocorreu durante a última Idade do Gelo? A explicação para isso, em última análise, só pode ser encontrada no desenvolvimento das forças produtivas: a relação da humanidade com a natureza, mediada pelo trabalho, seus instrumentos, organização e técnica.

Os meios para o cultivo permanente de colheitas e animais domesticados foram preparados na velha sociedade de caçadores-coletores por milhares de anos antes da construção de Göbekli Tepe. Como observado acima, os grãos de centeio domesticados foram rastreados até 10.500 aC. Além disso, escavações mais recentes no local revelaram evidências de edifícios domésticos e do consumo de grãos silvestres, que foram perdidos ou ignorados pela abordagem idealista de Schmidt. Isso significa que Göbekli Tepe não era apenas um templo: era um povoado, que acabou se voltando para a agricultura como forma de superar as limitações da produção de caçadores-coletores. Isso apenas reforça a conclusão de que os fascinantes altares e práticas religiosas das pessoas que ali viviam tinham uma base material. Como o povo de Tell Abu Hureyra, que se voltou para o cultivo intensivo de centeio em face da adversidade, a cultura que criou Göbekli

Tepe marca um ponto crucial na Revolução Neolítica, onde a necessidade de uma nova forma de organização social se reflete nas ações conscientes dos indivíduos. Esse é o curso de qualquer revolução social genuína. As ideias, desejos e noções religiosas desses indivíduos não surgiram passiva e diretamente de suas ferramentas – foram produtos da mente de seres humanos reais e vivos – e sem dúvida teriam produzido um efeito decisivo na forma que esse processo assumiu. Mas o conteúdo real desse processo ainda era proporcionado pelas mudanças que ocorriam em seu ambiente, em sua sociedade e no trabalho sobre o qual foi fundado: “*Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência*”.

## UM NOVO MUNDO

Marx escreve em O capital: “*As épocas na história da sociedade não são mais separadas umas das outras por linhas de demarcação estritas e abstratas do que as épocas geológicas*”. Nesse sentido, as primeiras aldeias do período Neolítico teriam parecido muito semelhantes a alguns dos assentamentos de caçadores-coletores que surgiram no final do Paleolítico. Em alguns casos, as comunidades neolíticas poderiam muito bem ter sido relativamente móveis, estabelecendo-se temporariamente para cultivar um pedaço de terra, apenas para mudar para um novo lote depois de algumas temporadas terem exaurido o solo, como foi observado entre os iroqueses por Morgan. A caça, a pesca e a coleta teriam persistido junto com o cultivo de grãos. Levaria várias centenas de anos antes que as mudanças fundamentais que estavam ocorrendo na sociedade se tornassem evidentes.

Uma dessas mudanças foi um aumento acentuado no tamanho e no número de assentamentos. Pensa-se que o assentamento natufiano médio abrigava entre 100 e 150 pessoas: um número considerável para os padrões de caçadores-coletores, mas

minúsculo em comparação com os assentamentos neolíticos que surgiram de 9.500 aC em diante. Mesmo uma pequena aldeia neolítica tenderia a abrigar cerca de 250 pessoas, quase o dobro da média natufiana. Jericó, talvez o assentamento mais antigo ainda existente, ostentava uma população de até 1.000 em cerca de 9.000 aC, apenas algumas centenas de anos após o início do Neolítico. Isso só poderia ter sido alcançado com base em um salto dramático nas forças produtivas.

A agricultura sedentária não só favoreceu maiores concentrações de pessoas, mas também promoveu o crescimento populacional em geral. Esta vantagem reprodutiva se viu substancialmente compensada pelas maiores taxas de mortalidade infantil e menor expectativa de vida dos agricultores neolíticos, causadas por uma dieta mais restrita e pela explosão de doenças até então desconhecidas: o lado mais escuro de uma vida sedentária que coloca às vezes milhares de pessoas e animais em proximidade. No entanto, apesar dos problemas que surgiram com o novo modo de vida estabelecido, a taxa de natalidade mais alta continuou a produzir um tamanho e uma extensão maiores dos assentamentos agrícolas às custas dos grupos nômades de caçadores-coletores. Na Grã-Bretanha, acredita-se que os migrantes continentais tenham introduzido a agricultura por volta de 4.000 aC, substituindo o antigo modo de vida em toda a ilha no espaço de 2.000 anos, um período muito curto para os padrões pré-históricos.

Com a mudança no modo de produção da vida material, novas formas ideológicas e religiosas também tomaram forma. Um exemplo disso é o surgimento do que é interpretado como cultos aos ancestrais, como os crânios engessados encontrados em Jericó e o sepultamento de parentes falecidos no chão das casas. A noção de que os ancestrais de alguém permanecem com a família, às vezes literalmente dentro



Área sul da escavação do Çatalhuyük, Turquia, 2003

de casa, e protegem seus parentes vivos, é bem atestada na cultura chinesa desde os tempos muito antigos. Isso se encaixaria bem com a continuidade e a permanência pretendida da família, trabalhando nas mesmas terras.

A transição para a agricultura sedentária também começou a afetar a divisão do trabalho dentro da família. Uma taxa de natalidade dramaticamente mais alta significaria que as mulheres gastariam mais tempo carregando, dando à luz e cuidando dos filhos, o que significa que elas poderiam estar menos disponíveis para as tarefas agrícolas. As evidências de vários locais do Neolítico sugerem que, em muitos lugares, esse desenvolvimento, combinado com o trabalho mais intensivo e a supervisão constante necessária para os campos e rebanhos, resultou em uma divisão mais rígida de responsabilidades dentro da família.

A medida que o cultivo de cereais se torna cada vez mais importante, o mesmo ocorre com o processamento do trigo e da cevada. Em Tell Abu-Hureyra, mencionada acima, esqueletos femininos tinham artrite nos dedos dos pés porque passavam horas ajoelhados, balançando para frente e para trás e usando o peso do corpo para transformar grãos em farinha. Uma divisão de trabalho semelhante foi descoberta em um sítio neolítico na China, datado de 5.000 a 6.000 aC, onde os enterros masculinos tendiam a incluir "instrumentos agrícolas e de caça de pedra", enquanto os túmulos femininos "não tinham esses tipos de artefatos, mas incluem ferramentas para moer grão". Essas evidências, junto com outros estudos, levaram muitos antropólogos a traçar uma ligação entre o surgimento da agricultura sedentária e a tendência das mulheres de realizarem "trabalhos domésticos" em casa.

Esse "trabalho doméstico" não era, de forma alguma, secundário ou um acessório ao trabalho dos homens. As casas neolíticas costumam ser encontradas com suas próprias áreas de tecelagem. A fabricação de ferramentas, embora geralmente retratada como "trabalho de homem", também acontecia em torno da casa ou aldeia e, em muitos casos, cabia às mulheres da casa. Na verdade, estudos antropológicos dos Konso, um grupo étnico predominantemente agrícola na Etiópia, cujos trabalhadores de couro são algumas das últimas pessoas no mundo a usarem ferramentas de pedreira em grande escala, indicam que as mulheres nessas comunidades são geralmente as fabricantes de ferramentas. A casa neolítica era tanto uma oficina quanto um lar, e as evidências sugerem que cada vez mais as mulheres estavam no centro dela.

A mudança na divisão do trabalho dentro da família não foi automática nem absoluta. Há muitas evidências de sociedades nas quais homens e mulheres realizam

quantidades aproximadamente iguais de trabalho dentro e fora de casa, como no sítio neolítico extremamente importante de Çatalhöyük na Turquia moderna. Também houve muitas sociedades nas quais a agricultura tendia a ser realizada por mulheres em vez de homens, como os iroqueses documentados por Morgan. Seria, portanto, excessivamente simplista e falso traçar um vínculo automático e imediato entre a agricultura em geral e a tendência das mulheres de trabalhar mais em casa. Além disso, não podemos interpretar essas mudanças na divisão do trabalho dentro da família como uma evidência sólida da opressão sistemática das mulheres e do patriarcado que se tornaria a marca registrada de todos os povos "civilizados" mais tarde. Embora pareça que as mulheres eram mais propensas a trabalhar em casa, seu trabalho era altamente valorizado em sua sociedade e elas gozavam do mesmo status que os homens. Muitos cemitérios neolíticos foram encontrados contendo um número igual de corpos masculinos e femininos, sem distinção perceptível de riqueza ou status entre eles, como em Midhowe Cairn em Orkney.

O que Tell Abu-Hureyra e outros sítios neolíticos indicam é o aparecimento inicial e embrionário de novas relações na sociedade neolítica, que tendia a colocar as mulheres com mais regularidade em casa. Por si só, essa mudança na divisão do trabalho não colocou as mulheres em um estado dependente ou oprimido, mas no curso de um maior desenvolvimento, à medida que o trabalho e a supervisão envolvidos na produção agrícola se tornavam cada vez mais intensos, essa tendência se tornaria mais pronunciada, eventualmente lançando as bases para uma mudança ainda maior nas relações entre homens e mulheres. Mas isso não aconteceria durante o próprio Neolítico; exigiria o nascimento da sociedade de classes antes que esses desenvolvimentos se transformassem na opressão sistemática das mulheres.

## A COMUNA DA ALDEIA

Apesar dos sinais embrionários de desigualdade encontrados no período Neolítico, as relações sociais ainda eram de natureza comunista: vemos pouca ou nenhuma evidência de propriedade privada, exploração de classe ou riqueza herdada. Engels descreve as estruturas sociais dessas sociedades sem classes em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*:

*"Sem soldados, sem gendarmes ou polícia, sem nobres, reis, regentes, prefeitos ou juízes, sem prisões, sem processos – e tudo segue seu curso ordeiro ... a casa é mantida por várias famílias em comum e é comunista, a terra pertence à tribo, apenas as pequenas hortas são distribuídas provisoriamente às famílias – mas não há necessidade nem mesmo de um*

*vestígio de nosso complicado aparato administrativo com todas as suas ramificações. Não pode haver nenhum pobre ou necessitado – a família comunal e a gens conhecem suas responsabilidades para com os idosos, os enfermos e os incapacitados na guerra. Todos são iguais e livres – as mulheres incluídas. Ainda não há lugar para escravos, nem, como regra, para a subjugação de outras tribos".*

Engels, seguindo Morgan, chamou esse estágio do desenvolvimento da sociedade humana de "barbárie", que começou com o desenvolvimento da agricultura, a domesticação de animais e a cerâmica. Para as pessoas que viviam nessas primeiras comunidades agrícolas, que mantiveram a moralidade e as normas culturais da comuna, qualquer outro modo de vida deve ter sido impensável.

Uma evidência importante que aponta para isso é o surgimento de sepultamentos em grupo, onde todos os indivíduos são enterrados comunalmente, sem consideração à distinção social ou status. Midhowe Cairn em Orkney, discutido acima, tem pelo menos 25 indivíduos enterrados juntos. Um monumento que consome tantos recursos como este, com várias câmaras de pedra separadas, não reflete uma falta de respeito pelas pessoas enterradas nelas. Ele se encaixa na moralidade de uma sociedade que era ela própria comunal.

Mesmo grandes assentamentos neolíticos foram organizados em uma base comunal. Çatalhöyük, mencionado acima, era o lar de cerca de 10.000 pessoas em seu auge, por volta de 7.000 aC. Consistia em casas compactas, nas quais cada família operava como uma unidade individual, com sepulturas abaixo dos pisos, em vez de cemitérios comuns. Mas, apesar dessa independência familiar relativa, as casas mostravam pouca diferença no tamanho, sugerindo muito pouca ou nenhuma diferença na riqueza ou status.

A natureza igualitária da comuna neolítica levou alguns a questionar a ligação entre a revolução neolítica e a ascensão da sociedade de classes. Muitas comunidades neolíticas duraram milhares de anos sem trabalho forçado, impostos ou mesmo muita desigualdade, então até que ponto podemos dizer que a ascensão da sociedade de classes era inevitável ou inerente à produção neolítica? A famosa explicação de Marx é que o desenvolvimento dentro de um modo de produção cria necessariamente as condições para sua derrubada por novas relações:

*"Nenhuma formação social é destruída antes de se desenvolverem todas as forças produtivas para as quais é suficiente, e as novas relações superiores de produção nunca substituem as anteriores antes que as condições materiais de sua existência tenham amadurecido no quadro da velha sociedade."*

A inevitabilidade da sociedade de classes reside no fato de que o próprio desenvolvimento da produção neolítica preparou as próprias condições em que se baseou a ascensão da sociedade de classes: a divisão cada vez mais complexa do trabalho na sociedade e, o mais importante de tudo, o crescimento do excedente de produtos. Vamos nos concentrar principalmente em como isso aconteceu no Oriente Próximo. Nenhum argumento é apresentado aqui de que todo o desenvolvimento que ocorreu nesta região é um modelo exaustivo para o surgimento de todas as sociedades de classes, mas ao expor o processo em todas as suas fases em uma região, esperamos trazer à tona seus elementos mais básicos.

## O CRESCIMENTO DO EXCEDENTE

À medida que a comuna neolítica continuava a se desenvolver, e cresceu tanto em tamanho quanto em capacidade produtiva, havia mais recursos a serem organizados e decisões mais complexas a serem tomadas. Na verdade, toda a história do Neolítico poderia ser resumida na pergunta: “O que fazer com o excedente?”

Uma maneira pela qual as comunidades neolíticas organizavam seus excedentes era armazenando-os para o futuro. As aldeias do Neolítico, como Jerf el Ahmar, na Síria, geralmente mantinham depósitos administrados e controlados por toda a comunidade. O excedente também assumiu a forma de uma maior quantidade de tempo de trabalho que poderia ser dedicado a outras tarefas além da subsistência. Os habitantes de Jericó, por exemplo, canalizaram seu tempo e energia excedentes para a realização de projetos comunitários massivos, como a grande torre e a muralha, datadas já de 8.000 a.C. O crescimento do excedente também aumentou o comércio entre as comunas neolíticas amplamente autossuficientes, que começaram a lançar as bases para uma divisão regional do trabalho, e para a interdependência dos assentamentos em um estágio posterior.

A resposta mais significativa ao crescimento da produção excedente foi o surgimento de uma nova divisão social entre o trabalho mental e o físico: a mão e a cabeça. O aumento da produtividade do trabalho permitiu a libertação de uma pequena parte da sociedade das demandas do trabalho físico nos campos. Esse desenvolvimento, produto final do Neolítico, forneceria a base para as primeiras sociedades de classes da história. Sua história é, portanto, de especial importância.

Por volta de 7.000 a.C., os povos neolíticos do Oriente Próximo começaram a se deslocar para outras áreas menos hospitaleiras, porém mais férteis, como a Mesopotâmia (atual Iraque), onde os primeiros Estados se desenvolveriam. Isso levanta a



questão do papel do meio ambiente no desenvolvimento histórico. Evidentemente, no “*metabolismo entre o homem e a natureza*” nosso ambiente natural é extremamente importante. Na sociedade pré-histórica, muito do desenvolvimento tecnológico e social da humanidade aparece como uma resposta a pressões ambientais externas. No entanto, essa é apenas uma parte da história, na qual, em última análise, a atividade dos seres humanos desempenha o papel de protagonista.

Costuma-se dizer que a civilização, ou a sociedade de classes, foi o produto dos solos férteis que cercam o Tigre, o Eufrates, o Nilo, o Rio Amarelo ou o Indo. Mas a produtividade do solo mesopotâmico permaneceria nada mais do que uma possibilidade vazia enquanto os seres humanos não tivessem os meios para cultivá-lo. Em 7.000-6.000 a.C., grande parte da Baixa Mesopotâmia tornou-se inóspita pelos pântanos alagados que a cobriam. Além disso, a falta de materiais importantes como madeira e (mais tarde) cobre tornou lugares como a Baixa Mesopotâmia muito difíceis de se estabelecer sem acesso a redes de comércio de longa distância. Esses meios foram fornecidos pelo desenvolvimento das forças produtivas durante o Neolítico.

O uso da irrigação já estava presente tanto em Jericó quanto em Catalhöyük como meio de complementar a produção. Por volta de 7.000 a.C., esses assentamentos entraram em declínio, mas os desenvolvimentos que ocorreram lá não foram perdidos, já que essa tecnologia acabou se espalhando pela planície mesopotâmica. A evidência mais antiga de agricultura irrigada na Mesopotâmia foi encontrada em Choga Mami, datada de cerca de 6.000 a.C. Mas o assentamento e a cultura Samarran da qual fazia parte ainda tinham todas as características do início do Neolítico. Quando colonos, supostamente do planalto iraniano, começaram a aplicar esta nova

tecnologia aos pântanos super férteis da baixa Mesopotâmia, no entanto, isso lançaria as bases para uma mudança radical na divisão social do trabalho que culminaria no nascimento da sociedade de classes.

## A REVOLUÇÃO URBANA

A Revolução Urbana no Oriente Próximo não começou com grandes assentamentos neolíticos como Jericó, mas com pequenas aldeias, que, embora desprezíveis para a época, possuíam um grande potencial de desenvolvimento. Os níveis mais baixos do sítio arqueológico de Eridu, no sul do Iraque, foram datados de cerca de 5.800 a.C. O que torna este assentamento significativo não é apenas o fato de ter sido um dos primeiros assentamentos a usar canais de irrigação para drenar o excesso de água do pântano, mas que contém os primeiros indícios de “edifícios exclusivamente dedicados às atividades de culto”. Essas “capelas”, como às vezes são chamadas, foram a manifestação física de uma mudança que marcou época nas relações sociais: a ascensão dos sacerdotes.

A irrigação deve ter tido um grande efeito na vida e na consciência dos primeiros habitantes de Eridu, mas também exigiu uma mudança profunda em sua organização de trabalho. A abertura de canais exigia não apenas o trabalho de muitos trabalhadores, mas também um certo grau de planejamento e direção. Este trabalho não poderia ser executado de forma eficaz por famílias independentes, trabalhando sozinhas; exigia a cooperação de um número relativamente grande de trabalhadores sob a direção de algum tipo de liderança.

Como Marx comenta em O capital: “*Todo trabalho diretamente social ou comunitário em grande escala requer, em maior ou menor grau, uma autoridade dirigente, a fim de assegurar a cooperação harmoniosa das atividades dos indivíduos.*” Não é de surpreender que esse papel fosse desempenhado primeiro pelos sacerdotes. Mesmo na sociedade de

caçadores-coletores, os xamãs ou outros líderes espirituais frequentemente ocupavam uma posição relativamente privilegiada na divisão social do trabalho, para que pudessem se dedicar à compreensão e ao domínio do ambiente natural da comunidade. Aqueles indivíduos que tiveram a maior compreensão dos segredos da natureza e do divino foram naturalmente considerados os melhores candidatos para garantir as bênçãos da divindade. Mas até a própria divindade era um produto da história. A crença de que existem deuses todo-poderosos que intervêm nos assuntos dos seres humanos e, portanto, devem ser adorados, é muito rara entre as sociedades de caçadores-coletores e acredita-se que não existia antes do Neolítico. Em última análise, a noção de um deus como a mais alta "autoridade dirigente" imaginável era em si o reflexo ideológico do controle crescente de uma parte da sociedade não apenas sobre as forças naturais, mas também sobre os seres humanos.

E esse desenvolvimento não foi produto de condições exclusivamente mesopotâmicas. A tarefa crucial de prever as enchentes do Nilo tornou-se domínio dos sacerdotes egípcios e a eventual fonte de seu poder. Os sacerdotes maias da península de Yucatán também deviam supervisionar os sacrifícios e cerimônias que garantiam a benevolência dos cenotes sagrados (buracos naturais que se enchem de água subterrânea), única fonte de água doce em uma região sem rios. Também podemos ver um processo semelhante se desdobrando com a ascensão da casta Brâmane na Índia Védica: um grupo que permaneceria na elite social por milhares de anos.

A criação de um segmento da sociedade, sustentado pelo produto excedente do resto da comunidade e direcionando seu trabalho, marca uma virada na história da humanidade. Com isso, o Neolítico na Mesopotâmia chega ao fim e vemos o início do que Gordon Childe chamaria de "Revolução Urbana". No entanto, deve ser enfatizado que Eridu em 5.800 aC certamente não era uma sociedade de classes; tanto a produção quanto a distribuição permaneceram essencialmente comunistas. A única autoridade com que os sacerdotes podiam contar era a aceitação da comunidade, ou pelo menos da maioria de seus membros. Em todos os exemplos acima, o papel desempenhado pela "casta" sacerdotal, foi inicialmente aquele que beneficiou toda a comunidade: como o servidor, embora privilegiado, da comuna. Mas a certa altura esse servo se tornaria usurpador.

A nova organização do trabalho encontrada em Eridu estimulou ainda mais o desenvolvimento das forças produtivas. As grandes extensões de terras aráveis, criadas com a irrigação, permitiam o uso efetivo do arado puxado por bois, o que fazia uma enorme diferença na produtividade da

mão de obra da época. O aumento do abastecimento de água nessas terras também deu origem aos primeiros experimentos de arboricultura, com o cultivo da tamareira. Com base nesses desenvolvimentos floresceu a "cultura Ubaid", que leva o nome do sítio de Tell al-'Ubaid, no Iraque, que durou de 5.100 a 4.000 aC. Este período viu a proliferação de assentamentos agrícolas ao longo dos canais de irrigação, todos possuindo um estilo comum de cerâmica, de altíssima qualidade. Muitos desses assentamentos tinham uma estrutura de templo central, nas mesmas linhas de Eridu, mas os templos do período Ubaid eram muito mais importantes.

É evidente, a partir da arqueologia, que a produção fortemente aumentada de excedentes, em grande parte na forma de grãos, estava contribuindo não apenas para a maior riqueza e tamanho da comunidade como um todo, mas também para o peso social de seu órgão dirigente central. Os sacerdotes individualmente podem não ter adquirido muita riqueza para si mesmos a essa altura, mas a instituição do templo certamente comandou uma proporção cada vez maior de trabalho social e seu produto excedente. Isso não teria aparecido necessariamente como uma ruptura fundamental com as normas igualitárias do passado. Afinal, se a beneficência da divindade guardiã havia fornecido as novas terras e colheitas abundantes em primeiro lugar, quem melhor para receber o produto excedente em agradecimento?

Os sacerdotes também não desperdiçaram a riqueza dos deuses. No período Ubaid, encontramos evidências de artesãos cada vez mais especializados e, no final desse período, surgiria uma camada de especialistas em tempo integral cujas oficinas faziam parte do complexo do templo. Disto podemos inferir uma relação de dependência, em que os artesãos eram efetivamente empregados pelo templo em

troca de produtos como cerâmica, artefatos de cobre e pedras semipreciosas. Aqui, novamente, vemos o desenvolvimento de novas relações produtivas se desenvolvendo dentro do ventre das anteriores.

A cultura Ubaid se espalharia por grande parte da Mesopotâmia e ainda mais longe. No entanto, de forma alguma isso constituiu algo como um "império" unificado, ou mesmo um Estado. Não há evidências de que os vários assentamentos inspirados em Ubaid, que encontramos na região, foram conquistados ou colonizados pelos assentamentos Ubaid originais. O que é muito mais provável é que, ao lado de uma rede cada vez mais sofisticada de comércio de cerâmica, cobre, obsidiana (uma pedra vulcânica usada para fazer lâminas afiadas), pedras semipreciosas e outros produtos comerciais especiais, cresceu uma interação cultural mais próxima, em que a riqueza de assentamentos como Eridu inspirou outras comunidades a adotar técnicas de produção semelhantes, sem nunca ser "governadas" por eles ou qualquer outra pessoa.

A sociedade Ubaid já parece radicalmente diferente das aldeias do início do Neolítico. E, no entanto, em vários aspectos fundamentais, a sociedade Ubaid manteve um caráter mais próximo do comunismo primitivo do que a sociedade de classes. Apesar da distribuição cada vez mais desigual da riqueza dentro da comunidade e do crescente poder dos sacerdotes como administradores do excedente, a própria comunidade permaneceu independente de todas as demais, democrática e livre de trabalhos forçados. O que vemos no final do período Ubaid poderia, portanto, ser caracterizado como uma espécie de sociedade em transição, contendo ao mesmo tempo elementos poderosos tanto da sociedade de classes quanto da sociedade comunista primitiva. E das relações desenvolvidas na sociedade Ubaid surgiria a primeira sociedade de classes, baseada no





Tábua cuneiforme Uruk. Na parte inferior esquerda é possível ver o símbolo para "comer" que é composto por uma cabeça e uma tigela de topo chanfrado

domínio da cidade sobre a aldeia e do homem pelo homem: Uruk.

### A PRIMEIRA SOCIEDADE DE CLASSE

Uruk é um dos primeiros Estados do mundo, competindo apenas com o Egito Antigo pelo título definitivo de mais antigo. A cidade de Uruk começou a vida como um par de aldeias Ubaid por volta de 5.000 aC. Como outros assentamentos do período, eles eram centrados em torno de complexos de templos relativamente grandes: um dedicado a Anu ("Céu"), deus do céu, e um a Inanna ("Senhora do Céu"), deusa do amor. Com o tempo, o crescimento dessas aldeias faria com que se fundissem em uma única cidade enorme, que, por volta de 3.100 aC, abrigava impressionantes 40.000 pessoas.

À medida que Uruk crescia, junto com sua população de artesãos especializados e dependentes, a antiga auto-suficiência e, portanto, a independência da comuna começaram a entrar em colapso. A concentração da produção artesanal nos centros urbanos e da produção de alimentos nas aldeias fez com que os maiores assentamentos não pudessem mais depender da própria população para a produção de alimentos e passassem a aproveitar parte dos excedentes das aldeias vizinhas. Após essa mudança dramática na divisão social do trabalho, surgiu a primeira separação entre a cidade e o campo. Marx considerou essa separação tão importante para o desenvolvimento da sociedade de classes que afirmou que *"toda a história econômica da sociedade se resume no movimento dessa antítese"*.

O excedente das aldeias provavelmente teria assumido a forma de uma oferta aos deuses que residiam em seus respectivos templos, mas também havia algo de um elemento "contratual" envolvido. Os fazendeiros recebiam em troca produtos artesanais e mercadorias comerciais que, de outra forma, estariam inacessíveis. Eventualmente, essa relação foi transformada de uma relação de interdependência complementar à exploração total, na forma de

um "dízimo" devido aos templos de Uruk pelas aldeias vizinhas, pago em espécie, independentemente de os agricultores receberem algo em troca, e extraído pela força se necessário.

Além do produto excedente, a burocracia do templo também reclamava o tempo de trabalho excedente da massa da população. Em Uruk, vemos a transformação da quantidade em qualidade, com o controle direto e a exploração do trabalho em massa, não mais através das velhas estruturas comunais da aldeia e da família, mas por uma classe distinta, que se ergue e usurpa a comuna.

Esse ponto de inflexão se manifesta fisicamente na cerâmica desse período deixada para trás. Em contraste com as tigelas e vasos habilmente feitos da cultura Ubaid, os artefatos de cerâmica mais comumente encontrados em Uruk eram "tigelas de borda chanfrada". Mas esse não foi o retrocesso que poderia parecer; Uruk estava florescendo e seus ceramistas estavam ocupados criando o primeiro item produzido em massa na história. Usando moldes padronizados, artesãos especializados poderiam produzir milhares dessas tigelas em um curto período de tempo.

Mas quem estava usando essas tigelas? A explicação mais amplamente aceita é que elas eram usadas para distribuir rações para grupos de trabalhadores forçados, em "corvéia", provavelmente camponeses das aldeias vizinhas que foram recrutados para trabalhar em projetos como cavar canais de irrigação ou erguer os muros da cidade, e para fazer trabalho sazonal nas terras do templo. O grande número dessas tigelas descobertas em Uruk e outros locais do período atesta o tamanho da força de trabalho e a escala dos projetos envolvidos. Os trabalhadores poderiam muito bem ter sido recrutados em diferentes vilarejos e grupos familiares, para trabalhar para pessoas que eles não conheciam, em projetos que iriam trazer pouco ou nenhum benefício

direto para eles ou suas famílias. Novas relações de classe, fora das velhas estruturas comunais, estavam começando a tomar forma.

As mudanças ocorridas nas relações de produção na base da sociedade começaram a produzir mudanças nas relações de propriedade. Antes do período Uruk, todas as terras pertenciam coletivamente à família e não podiam sair dela. Isso significava que sempre permaneceu na posse e sob o controle coletivo da comuna da aldeia, que era composta por vários grandes grupos familiares, semelhantes às gens dos gregos homéricos. Evidências dessa propriedade de terras por gentios ou clãs podem ser vistas muito mais tarde, no início do período dinástico. Em "contratos" para a compra de campos, o comprador tinha que distribuir "presentes" para toda a família extensa do vendedor individual antes que ele pudesse obter sua permissão para que a terra fosse liberada de seu controle coletivo. Mas as novas relações que emergiram da cidade representavam uma ameaça significativa a esse estado de coisas.

À medida que Uruk crescia, as terras pré-existentes da aldeia continuavam a ser administradas pelo antigo sistema familiar. No entanto, a extensão dos projetos de irrigação, realizados pelo trabalho de corvéia sob a direção do templo, havia criado terras aráveis virgens que nenhuma família ou aldeia poderia reivindicar. Isso significava que estava naturalmente fora do antigo sistema comunitário. Em vez disso, essas novas terras foram designadas para o templo. Com o tempo, partes dessas terras foram designadas a indivíduos em troca de serviços prestados à cidade. Naturalmente, esses indivíduos vieram da elite governante. Essas cessões não conferiam propriedade absoluta e eram consideradas estipêndio temporário e revogável, mas ainda assim tiveram o efeito de criar uma forma de posse e controle individual da terra, independente das aldeias.

A dissolução da velha ordem comunal também pode ser vista dentro da própria cidade de Uruk. Nem todos os cidadãos de Uruk se beneficiavam igualmente com o excedente extraído das aldeias. O templo detinha o controle exclusivo sobre o produto excedente, apropriando-se cada vez mais de sua parcela. O que não era consumido pela burocracia do templo era armazenado, distribuído e comercializado sob seu controle. Por outro lado, a desintegração do sistema familiar criou uma subclasse de pessoas sem meios para se sustentar. O peso crescente da extração do excedente pesando sobre as aldeias começou a empurrar os camponeses que não conseguiam pagar as dívidas a se endividar. Aqueles que deixavam de pagar suas dívidas podiam ser escravizados por seus credores, junto com suas esposas e filhos. No final do período de Uruk, começamos a

ver evidências do emprego de viúvas e órfãos como uma forma de trabalho servil, produzindo tecidos em oficinas anexas ao templo. O produto dessas oficinas era então comercializado, às vezes por longas distâncias, em troca de produtos tão procurados como cobre e obsidiana.

Este novo produto da "civilização" também nos dá uma indicação poderosa da extensão em que o status das mulheres havia caído em Uruk nessa época. Na cidade, salários ou terras eram conferidos a artesãos, sacerdotes etc., que sempre eram homens. No campo, o cultivo de cereais com arado puxado por bois era também uma ocupação exclusivamente masculina. À medida que esse ramo da divisão social do trabalho se tornava importantíssimo, o mesmo acontecia com a posição dos homens na sociedade.

O lugar da mulher como produtora igual dentro da família era "degradado e reduzido à servidão", "escrava da luxúria [do homem] e mero instrumento de produção de filhos", como dizia Engels. Isso foi reconhecido pelos próprios sumérios: "Abra seu manto para que ele se deite sobre você e execute para este primitivo a tarefa da mulher!", o caçador exige de Shamash, "a prostituta", na Epopéia de Gilgamesh. O aumento da herança por meio da linhagem masculina deixou as mulheres inteiramente dependentes de seus maridos ou parentes homens. Se seu marido morresse, a única salvação oferecida pelo templo era o emprego na oficina, realizando o "trabalho feminino" do lar em condições miseráveis, apenas para expandir a riqueza da classe dominante. Não foi à toa que Engels observou que "a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino".

Olhando para trás, para a ascensão da sociedade de classes em Uruk, é difícil acreditar que tal ato gigantesco de usurpação pudesse ter sido tolerado. Mas isso não poderia ter sido alcançado apenas pela força. Como escreve Trotsky, "A justificativa

histórica para cada classe dominante consistia nisso – que o sistema de exploração que encabeçava elevasse o desenvolvimento das forças produtivas a um novo nível". Com base neste desenvolvimento, elevou-se o nível de vida e o nível cultural de uma parte significativa da população, especialmente nas cidades. Esse desenvolvimento pode ser visto no nascimento da escrita e do dinheiro, duas das inovações mais importantes da história da humanidade.

## A ESCRITA E O DINHEIRO

Existe uma estreita interconexão entre o desenvolvimento do dinheiro, da escrita e da sociedade de classes. A escrita se desenvolve mais ou menos simultaneamente na Mesopotâmia e no Egito, mas, para simplificar, vamos nos concentrar na Mesopotâmia. Símbolos em argila, conhecidos como fichas contábeis, começaram a aparecer no Irã moderno já em 4000 aC. Alguém tentando contabilizar três ovelhas pode fazer três fichas de "ovelhas" e amarrá-las juntas em um pedaço de corda. Com o tempo, conforme os rebanhos se tornavam maiores, símbolos representando diferentes números de animais foram inventados. As fichas eram frequentemente encerradas em um invólucro externo de argila, conhecido como bulla, e assadas em fornos. Tabuletas pictográficas de sítios arqueológicos como Tell Brak na Síria, que mostram imagens de animais ao lado de números, refletem o mais longe que esse uso de símbolos poderia se desenvolver antes que um sistema de escrita totalmente desenvolvido emergisse.

Em Uruk, foi desenvolvido um sistema de escrita que permitia aos burocratas dos templos comunicarem conceitos complexos uns aos outros, com base nos pictogramas do período anterior. Inicialmente, foi usado para organizar os recursos econômicos de Uruk. Por volta de 3.200 aC, a escrita "cuneiforme" (referindo-se à forma em cunha de seus sinais) começa a aparecer no registro arqueológico. Das

tabuinhas cuneiformes associadas a Uruk, cerca de 85% são de natureza econômica e administrativa. Um sistema de escrita excepcionalmente complexo como o cuneiforme pressupõe a existência de uma camada na sociedade que teve tempo para aprender a ler e escrever: os escribas. A posse desse conhecimento pelos escribas garantiu a eles um lugar importante nas classes dominantes da Mesopotâmia e do Egito. Como diz a Sátira dos Ofícios do Antigo Egito: "Veja, não há nenhuma oficina livre de supervisores, exceto a do escriba. Ele é o supervisor!"

Embora tenha começado com a necessidade econômica, a escrita passou a ser usada para uma ampla variedade de propósitos. A escrita cuneiforme passou a ser usada na Mesopotâmia por milhares de anos. Eventualmente, a literatura e a poesia mais antigas, como o famoso épico de Gilgamesh, o Hino hurrita a Nikal, a canção mais antiga conhecida do mundo, e o código de leis de Hammurabi seriam todos escritos em cuneiforme. Nesse sentido, todo poeta traz dentro de si os "restos destruídos" do contabilista.

Assim como o crescimento do excedente e da burocracia do templo criaram uma necessidade social de comunicação de informações por meio da escrita, o aumento da especialização e da interdependência dentro da sociedade exigia a troca constante de uma variedade cada vez maior de produtos. Em Uruk, essas trocas eram em grande parte administradas pelo templo. Por exemplo, um oleiro que produza tigelas de borda chanfrada pode esperar receber rações suficientes de cevada do templo, que foram tomadas das aldeias como dízimo.

A enorme escala e complexidade da distribuição realizada pelo templo iam muito além dos limites das trocas pessoais que eram comuns durante o período Neolítico. Um sistema de medição mais objetivo era, portanto, necessário. Os pesos de prata se mediam em grãos, siclos<sup>1</sup>, minas<sup>2</sup> e talentos<sup>3</sup>. Este sistema foi então usado para criar unidades de conta, o que permitiu aos burocratas do templo comparar os valores das várias mercadorias que estavam passando por suas lojas, dando origem ao dinheiro em sua forma mais antiga e básica: uma "medida universal de valor". Inicialmente, tanto os volumes de cevada quanto os pesos dos metais preciosos desempenharam esse papel: 300 litros de cevada equivaliam a um siclo de prata. É quase certo que essas primeiras formas de dinheiro não teriam circulado entre a população como moeda. Na verdade, essas quantidades de cevada e prata eram representantes tangíveis da medição abstrata de valor realizada dentro do templo. Mas, como a escrita, o dinheiro não ficaria confinado para sempre à mesa do burocrata do

Met Museum



templo. Estava destinado a desempenhar um papel ainda maior na história da civilização: moeda, crédito e todas as torres reluzentes das altas finanças de hoje podem extrair sua genealogia desses humildes pesos de prata e rações de cevada.

A medição do tempo também foi padronizada, usando um sistema de contagem sexagesimal que produziu um ano impressionantemente preciso de 12 meses e 360 dias. Nossas horas contendo 60 minutos derivam desse sistema. Da mesma forma, uma medida padronizada de distância foi introduzida para auxiliar no planejamento de terras agrícolas e canais de irrigação. Todas essas inovações, que Aristóteles anotou sabiamente, estavam diretamente ligadas à libertação dos sacerdotes e escribas do trabalho manual, e deram um ímpeto colossal ao poder do pensamento científico e trouxeram à existência os primeiros astrônomos e matemáticos.

## O NASCIMENTO DO ESTADO

Por volta de 3.100 aC, temos ampla evidência de uma classe de sacerdotes e escribas, centrados em torno do templo, que detinham controle exclusivo sobre a produção e distribuição da riqueza da sociedade e estavam começando a garantir para si uma reserva hereditária de riqueza privada. Também podemos ver que essa classe estava se tornando totalmente autoconsciente, no sentido de que se via como separada e superior ao resto da sociedade e propagava uma ideologia de governo que refletia seus interesses.

Outra característica do surgimento da nova classe dominante em Uruk é a ascensão dos primeiros “reis sacerdotes”, que aparecem em estátuas e desenhos de sineletes de argila desse período. Nenhuma identidade historicamente verificável ou atos registrados podem ser associados de forma confiável a esses governantes anônimos. Até mesmo o nome “rei sacerdote” é um nome impróprio, pois o título mais antigo que podemos encontrar para o governante de Uruk é En, que significa simplesmente “sumo sacerdote”. Se esses reis podem ser realmente considerados chefes de Estado no sentido mais amplo da palavra, isso está aberto ao debate. No entanto, podemos ter certeza de que o aparecimento desses “reis sacerdotes” marca uma nova mudança qualitativa na desintegração do antigo sistema social comunitário e o início de uma nova forma de organização política.

Com o aumento dramático do produto excedente e sua concentração nos templos, tornou-se cada vez mais necessário que cidades como Uruk erguessem muralhas e organizassem alguma forma de força militar, a fim de repelir ataques de tribos nômades de pastores ou mesmo de cidades rivais. No entanto, esta organização militar precisava de um comandante. Os selos de argila da época sugerem que esse papel foi desempenhado pelos reis



sacerdotes de Uruk e, posteriormente, pelos monarcas sumérios.

Abaixo do rei também existia o unkin, uma assembleia comunal. No entanto, esta não foi simplesmente a continuação da velha organização comunal. As antigas assembleias da aldeia eram órgãos de tomada de decisão que resolviam questões dentro das famílias que constituíam a aldeia. Em contraste, o Estado emergente, ou proto-estado, reivindicava autoridade absoluta não apenas sobre a cidade onde o rei sacerdote residia, mas também sobre um território circundante. A assembleia poderia aconselhar, como os “Anciãos” da Epopéia de Gilgamesh, que alertaram o impetuoso rei antes de sua luta com o gigante Humbaba. Mas, em última análise, o rei-sacerdote respondia apenas ao deus que protegia a cidade e, na realidade, à classe dominante sob cujos interesses governava.

Não muito depois da ascensão dos reis sacerdotes, Uruk passaria por um período de crise e colapso, marcando o fim da chamada “primeira urbanização”. Depois de 3.100 aC, encontramos não apenas um “retrocesso significativo” da cultura Uruk no registro arqueológico, mas o declínio permanente e até mesmo o desaparecimento completo de outras cidades da região, que vinham crescendo junto com Uruk ao longo do quarto milênio aC. Por exemplo, no sítio arqueológico de Arslantepe, no norte da Mesopotâmia, encontramos evidências de que o grande complexo de templos da cidade foi destruído por um incêndio e nunca reconstruído.

As evidências são muito escassas para apresentar uma única explicação definitiva para um colapso tão generalizado. Um fator potencial é o impacto da seca ou do excesso de agricultura, mas outros fatores mais sociais provavelmente também teriam desempenhado um papel importante e até decisivo. Como pode ser visto ao longo da história da sociedade de classes, incluindo nossa própria era, a classe dominante tenderá a transferir o fardo de qualquer crise para os ombros dos produtores diretos. Quando a produção estava se expandindo, é possível que as novas

contradições de classe na sociedade pudessem ter sido um tanto obscurecidas, mas com a queda na produção agrícola, o conflito entre as aldeias camponesas e a classe dominante nas cidades provavelmente teria se destacado.

Mario Liverani, em seu livro *The Ancient Near East*, argumenta que a destruição do templo em Arslantepe pelo fogo sugere uma luta violenta. O que podemos saber com certeza é que ele foi substituído apenas por alguns lares simples, sem nenhum retorno a uma estrutura de templo centralizada. Não está fora dos limites da possibilidade que uma luta semelhante eclodiu no território de Uruk, com aldeias resistindo às demandas do templo por excedentes ou mesmo tentando se separar por completo.

Após a crise do final do quarto milênio, uma estrutura totalmente nova entra no registro arqueológico: o palácio. Uruk e assentamentos semelhantes foram centrados em torno de complexos de templos, que se apropriavam e controlavam todo o excedente. Assentamentos posteriores, como Jemdet Nasr, possuíam um templo e um complexo de palácio, com depósitos e oficinas, semelhantes aos templos do período Uruk. O palácio, e-gal (que significa “casa grande”), servia assim como um centro produtivo e administrativo, e era a residência do lugal (literalmente “homem grande”). A partir daí, a existência do Estado, no sentido mais amplo da palavra, é indiscutível.

## O PAPEL DA FORÇA

A crise vivida em Uruk e o colapso completo em outros locais, como Arslantepe, sugere que o governo direto dos sacerdotes, apesar de seu considerável poder ideológico, carecia da força bruta necessária para conter a população súdita se fosse necessário. Os primeiros exércitos eram pouco mais do que pessoas armadas, convocadas para o serviço militar. Se o próprio povo estivesse em revolta, os sacerdotes teriam pouco em que se apoiar. O que era necessário para a continuação das relações de classe era uma força permanente



de "trabalhadores em tempo integral, especializados em atividades militares", separada da população em geral, não apenas para proteger a cidade de estranhos, mas para defender a classe dominante das massas oprimidas. Esse "órgão especial de homens armados" se tornaria o Estado, com um "grande homem" à frente. Como explica Engels:

*"O Estado, portanto, não é de forma alguma um poder imposto à sociedade de fora; tão pouco é a realidade da ideia moral' ... Em vez disso, é um produto da sociedade em um determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu em uma autocontradição insolúvel, e que está dividida em antagonismos irreconciliáveis que é incapaz de exorcizar. Mas para que esses antagonismos de classes, com interesses econômicos conflitantes, não consumam a si mesmos e à sociedade em lutas infrutíferas, um poder, aparentemente acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'; e este poder, surgido da sociedade, mas colocando-se acima dela e cada vez mais alienando-se dela, é o Estado".*

Ao contrário da explicação apresentada por Engels, os teóricos anarquistas frequentemente argumentam que o Estado é a raiz de todos os males, incluindo a sociedade de classes, a desigualdade e o dinheiro, que de alguma forma surgiram com base na violência organizada de reis

e Estados. David Graeber, por exemplo, argumenta que "as verdadeiras origens do dinheiro estão no crime e na recompensa, na guerra e na escravidão, na honra, na dívida e na redenção". Mas isso é claramente contradito pelo registro arqueológico, que pesa muito em defesa de Engels.

O que os anarquistas acertam sobre o Estado é em sua interdependência absoluta com a sociedade de classes. A experiência de Uruk mostra que nenhuma sociedade de classes pode sobreviver por muito tempo sem um Estado que a proteja e regule. No entanto, interpretar a exploração de classe como produto do Estado é colocar a carroça na frente dos bois. A menos que definamos o Estado como qualquer forma de violência ou controle, tornando assim o Estado eterno e sem sentido, então é evidente, a partir de um estudo dos Estados antigos, que a sociedade de classes já estava em processo de formação na época em que surgiram os primeiros reis e Estados reais.

O fato de que a ascensão da sociedade de classes exigiu em toda parte a criação forçada do Estado apenas reflete o fato de que a dissolução final das antigas relações comunais, que haviam sido preparadas ao longo de milhares de anos, não poderia ser alcançada de maneira pacífica e gradual. Restava uma grande parte da sociedade cujos interesses conflitavam diretamente com as novas relações de exploração que começavam a surgir. Ao mesmo tempo, havia setores evidentemente influentes

da sociedade que ganhariam muito com a nova ordem. Isso produziu um conflito que, em um ponto decisivo, provavelmente teria dividido toda a sociedade em campos opostos, e que só poderia ser decidido pela força: "A força é a parteira de toda velha sociedade grávida de uma nova. É em si uma potência econômica."

## DESENVOLVIMENTO COMBINADO E DESIGUAL

O processo de formação do Estado na Mesopotâmia fornece um exemplo fascinante de como a sociedade de classes se desenvolveu a partir da sociedade comunal neolítica. Isso levou Gordon Childe a estabelecer uma lista das "características" importantes que descobriu nessas sociedades de classes iniciais, incluindo "artesãos especializados em tempo integral, trabalhadores de transporte, comerciantes, funcionários e sacerdotes", a extração de um excedente, a escrita e "Uma organização estatal baseada agora mais na residência do que no parentesco".

Os muitos críticos de Childe distorcem sua valiosa descrição de um dos processos mais importantes da história humana em algum tipo de "receita" para a formação do Estado, em que o Estado é apenas qualquer sociedade que contém cidades e mais todas as características acima assinaladas. Como resultado, eles afirmam que uma análise marxista do Estado é muito prescritiva e realmente só se aplica à Mesopotâmia. No entanto, este argumento contém pouca substância. Os marxistas

entendem que as sociedades estatais não são simplesmente uma lista de características. Existem civilizações, como a Inca, que nunca desenvolveu a escrita; e outras, como a do Egito Antigo, em que as cidades desempenhavam um papel econômico menor. Em vez de classificar as sociedades de forma empírica e taxonômica, com base em suas características superficiais, é necessário olhar para sua origem, desenvolvimento e relação com outras sociedades da época.

Em *O Capital*, Marx escreve longamente sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, onde assumiu sua “forma clássica”, com apenas referências passageiras a outros países. Ao mesmo tempo, ele não argumentou que a forma exata em que o processo ocorreu na Inglaterra era a única maneira pela qual poderia ocorrer. O que fez da Inglaterra o país clássico do desenvolvimento capitalista também a tornou única. O fato de ter sido o primeiro a desenvolver uma economia capitalista a partir do desenvolvimento do feudalismo significou que o processo se estendeu por centenas de anos e sob muitas formas intermediárias de transição. Isso permitiu um estudo detalhado dos processos gerais subjacentes que ocorrem não apenas na Inglaterra, mas em vários outros países. Mas isso não significa que todo país teve que passar por um período de produção de lã para o mercado, seguido da manufatura e, finalmente, do sistema fabril para desenvolver o capitalismo.

O mesmo pode ser dito dos chamados estados “prístinos”, como os encontrados na Suméria, Egito e China, por exemplo. Longe de serem “intocadas”, essas sociedades de classes iniciais eram extremamente “complexas” e contraditórias, trazendo a marca das relações comunistas anteriores. Os que surgiram depois e sob a influência dessas civilizações surgiram muito mais rapidamente e sem grande parte da bagagem pré-histórica que poderia ser encontrada em Uruk, por exemplo. As cidades-estado sumérias, que se desenvolveram mais tarde, como Ur, podiam saltar acima da cabeça e dos ombros de suas antecessoras. Esse fenômeno está amplamente documentado ao longo da história, inclusive na história do desenvolvimento do capitalismo. O privilégio de ser o primeiro a se desenvolver é rapidamente sucedido pelo “privilégio do atraso”, pelo qual sociedades mais atrasadas economicamente podem se desenvolver mais rápida e racionalmente, apoiando-se nas realizações de seus concorrentes mais avançados.

Um processo semelhante é descrito em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels. Ele explica que as origens do Estado ateniense podem ser rastreadas até o massivo tumulto social causado pela influência “corrosiva” da propriedade privada, da escravidão e



Itens feitos na Idade do Bronze

do dinheiro, todos os quais já haviam sido desenvolvidos em outros lugares. Nessas condições, a ascensão da sociedade de classes ateniense não apenas ocorreu em um período muito mais curto do que em Uruk, mas até assumiu uma forma completamente diferente, sem a burocracia ou tributação centralizada do templo como meio principal de adquirir o produto excedente. Era uma sociedade baseada em um modo de produção qualitativamente diferente, caracterizado por um nível mais alto de propriedade privada, e com ela a escravidão, justamente porque veio mais tarde, com base na Idade do Ferro em oposição à tecnologia da Idade do Bronze, e em um ambiente diferente em comparação com a Suméria e o Egito.

Os marxistas são frequentemente criticados por aplicarem um modelo rígido ao desenvolvimento das sociedades de classes. No entanto, se usarmos o método marxista corretamente para analisar a ascensão do Estado, podemos ver que o oposto é verdadeiro. Poderíamos até mesmo ir mais longe ao dizer que é uma lei de ferro do materialismo histórico que a interação constante entre sociedades em diferentes estágios necessariamente produz saltos e variedades no desenvolvimento social: um fenômeno referido por Leon Trotsky como “desenvolvimento combinado e desigual”.

Quaisquer que sejam as diferenças entre a Mesopotâmia e o Egito, entre os

maurianos e os maias, ou a Grécia e Roma, o processo subjacente ao desenvolvimento desses Estados é o mesmo. Em todos os casos, o desenvolvimento necessário das forças produtivas leva à produção de um excedente, que, por sua vez, permite que um grupo de pessoas viva do produto do trabalho de outros. No decorrer do desenvolvimento, esse grupo se desenvolve em uma classe com seus próprios interesses, em oposição ao resto da sociedade. Seja por pressões externas, seja pelas contradições internas dessa nova sociedade de classes (geralmente ambas), um Estado, em última análise, representando os interesses dessa classe, se eleva acima do resto da sociedade como um guardião da “ordem” – que é a estabilidade e continuação das relações de produção existentes. Esse processo pode acontecer ao longo de milhares de anos ou em um período muito curto de tempo e pode assumir várias formas. Mas a lição mais importante é que o desenvolvimento do Estado é causado fundamentalmente pelo desenvolvimento das classes sociais e pelas contradições que daí decorrem.

## O PAPEL DO INDIVÍDUO

Isso não significa que um Estado e classes deveriam se desenvolver automaticamente em todas as comunidades nas quais as condições econômicas básicas começaram a tomar forma. Tal processo pode

ser interrompido, disperso, retardado ou revertido no curso de eventos históricos reais, particularmente no curso da luta de classes emergente dentro dessa sociedade. Como Marx explica em A Sagrada Família:

*“A história não faz nada, 'não possui imensa riqueza', 'não trava batalhas'. É o homem, o homem real, vivo, que faz tudo isso, que possui e luta; a 'História' não é, por assim dizer, uma pessoa à parte, usando o homem como um meio para atingir seus próprios objetivos; a história nada mais é do que a atividade do homem em busca de seus objetivos”.*

Os indivíduos podem desempenhar um papel muito decisivo na formação dos primeiros Estados, assim como o podem na luta de classes moderna. Na arqueologia, um conceito popular para explicar a ascensão do Estado inicial é o “princípio do engrandecimento”. Isso sustenta que, na transição de uma chefia para um Estado, “engrandecedores” individuais, ou “grandes homens”, motivados pelo aumento de seu próprio poder, desempenham um papel instrumental na formação dos primeiros Estados. Isso geralmente equivale a uma visão de “grande homem” da história, que apresenta as ações e personalidades de grandes indivíduos como um fator independente e impulsionador na história da sociedade. Mas, com uma abordagem materialista da formação do Estado, é possível colocar esses grandes homens em seu verdadeiro lugar. Isso é mais claro na formação do Estado egípcio, devido à ênfase em rituais funerários elaborados e nos enterros reais, permitindo-nos determinar os túmulos de reis individuais com facilidade.

Podemos ver nas representações de Narmer, o rei que unificou o Alto e o Baixo

Egito, que o processo de formação do Estado estava longe de ser automático. A Paleta de Narmer, que fornece uma das primeiras representações conhecidas de qualquer rei na história, mostra Narmer usando a coroa do Alto Egito, forçando um habitante do Baixo Egito a se render a ele, maça na mão. Os primeiros reis dinásticos não herdaram simplesmente um Estado pré-fabricado; eles tiveram que formar um pela força.

Se Narmer fosse um líder incompetente e covarde, a formação do antigo Estado egípcio provavelmente não teria assumido a mesma forma. Nesse sentido, o caráter e as ações dos indivíduos são decisivos: se os eventos acontecem como acontecem, depende das pessoas que os realizam. No entanto, indivíduos ambiciosos e carismáticos existiram em todos os momentos da história. A questão que qualquer pessoa que deseje entender a ascensão dos Estados deve responder é por que, naquele ponto específico, esses indivíduos foram capazes de atingir seus objetivos de uma forma historicamente decisiva.

Indivíduos como Narmer dos egípcios, o rei Jaguar dos zapotecas ou os lugais da Suméria podem ter agido em prol de seus próprios interesses, mas também refletiram a necessidade subjacente que existia em uma sociedade de classes dividida por suas próprias contradições. Nas palavras de Plekhanov:

*“Um grande homem é grande não porque suas qualidades pessoais atribuam características individuais a grandes acontecimentos históricos, mas porque possui qualidades que o tornam mais capaz de atender às grandes necessidades sociais de seu tempo, necessidades que surgiram a partir de causas gerais e particulares.”*

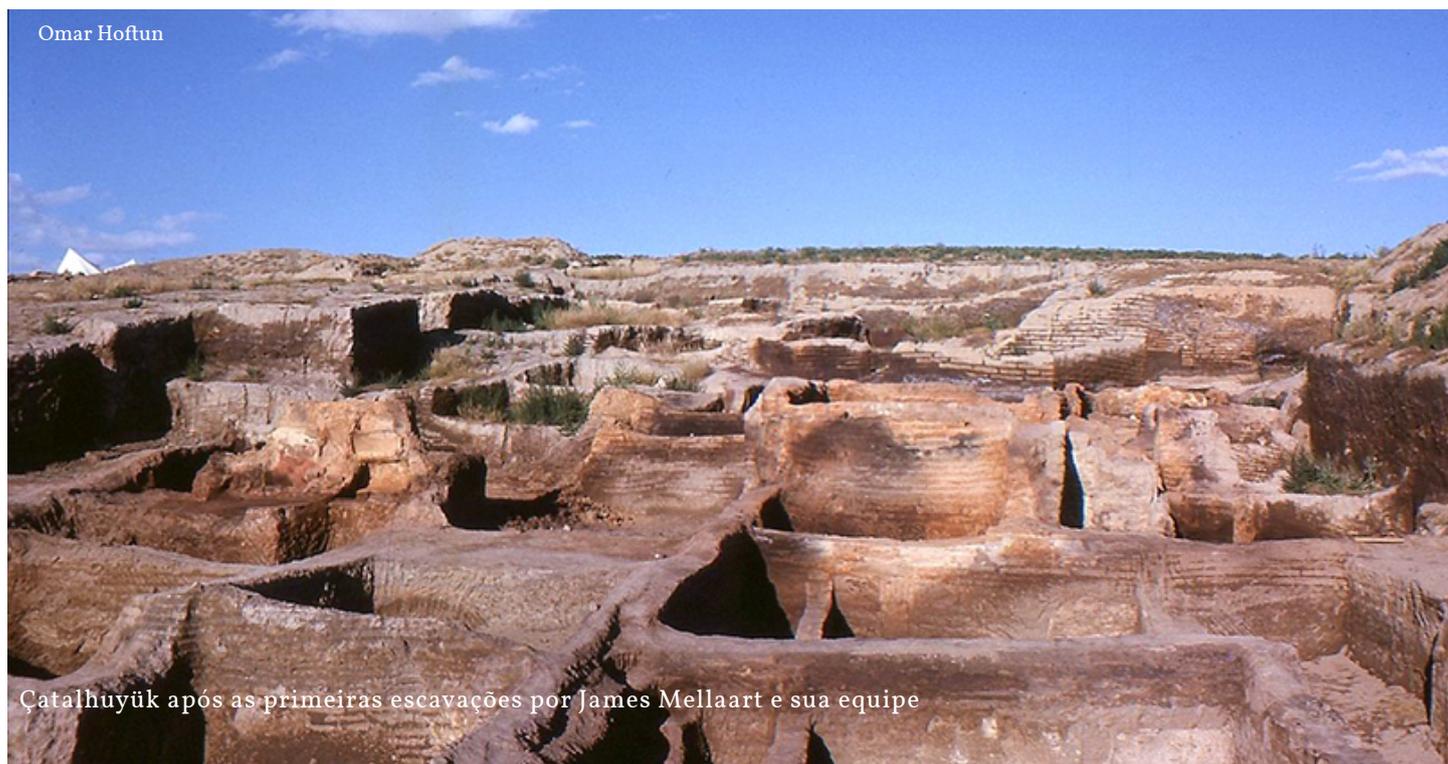
Como os construtores de templos de Göbekli Tepe e os colonos neolíticos que drenaram os pântanos da Suméria, os primeiros “grandes homens” foram indivíduos que, por suas ações e habilidades, fizeram história. Mas eles não saíram do nada. Se sua visão e ambição parecem ter mudado a sociedade apenas pela pura força de vontade, é porque essa visão revelou uma imagem do futuro sendo preparado por muito mais do que a vontade de qualquer indivíduo.

No alvorecer da sociedade de classes, a derrubada da comuna e a formação dos Estados era uma das “grandes necessidades sociais” da época. Era preciso encontrar uma solução para a crise que se abria na sociedade, e ela se encontrava no nascimento do Estado, no qual as ações de líderes como Narmer tiveram um papel importante. O erro cometido por historiadores e arqueólogos é sugerir que a ação individual e a necessidade histórica são mutuamente exclusivas, quando na realidade as duas estão unidas em cada evento histórico. É precisamente através do conflito de inúmeras vontades individuais que a necessidade histórica se exerce.

## EM DEFESA DO PROGRESSO

Considerando as dificuldades enfrentadas pelos agricultores do Neolítico e a exploração sofrida por tantos de seus descendentes sob a sociedade de classes, alguns questionam se podemos sequer descrever esse desenvolvimento como “progresso”. Certamente, o mito liberal de um “contrato social” esclarecido, sob o qual toda a humanidade viveu uma existência mais pacífica e próspera, é manifestamente falso. A vida do camponês sumério foi provavelmente tão

Omar Hoftun



Catalhuyük após as primeiras escavações por James Mellaart e sua equipe

“desagradável, brutal e curta” quanto muitos de seus ancestrais neolíticos. Nem pode o progresso ser visto como qualquer tipo de ascendência moral, se a escravidão das mulheres sob a sociedade de classes for alguma indicação. A única concepção de progresso que pode levar em conta o evidente desenvolvimento ocorrido ao longo dos tempos, sem se enredar em um emaranhado desesperador de auto-contradições, é a do desenvolvimento das forças produtivas: do domínio da humanidade sobre as forças da natureza e sobre o nosso próprio desenvolvimento social.

Certamente, se o progresso significasse uma melhoria em todas as áreas da vida para todos, seria difícil encontrar muito progresso genuíno na história humana desde o final da última Idade do Gelo em diante. No entanto, o progresso da humanidade como um todo neste período é incontestável. Entre 5.000 e 2.000 aC, a população mundial aumentou cinco vezes, de cerca de 5 milhões para 25 milhões. Liverani estima que a ascensão das primeiras cidades-estado coincidiu com um aumento de dez vezes na produção, em comparação com os níveis do Neolítico. Esse aumento de produtividade, que compreende as descobertas na ciência, na matemática e na arte que ainda usamos hoje, foi alcançado sob relações muito mais desiguais e opressivas, e só serviu para fortalecer essas relações. O mesmo pode ser dito da ascensão do capitalismo. O que tornou progressiva a ascensão da sociedade de classes e a ascensão do capitalismo não foi sua superioridade moral abstrata, mas sua necessidade concreta como estágios no desenvolvimento das forças produtivas: a única forma em que o desenvolvimento posterior poderia ocorrer.

No entanto, o fato de que a exploração de classe e a opressão sob várias formas tenham sido ao mesmo tempo uma parte necessária do desenvolvimento social não significa que devam ser sempre assim. O comunismo primitivo era necessário e inevitável, e ainda assim foi inevitavelmente derrubado. Com que direito pode a sociedade de classes reivindicar ser a expressão final e absoluta da natureza humana, para a qual toda a história tem tendido? Na história, como na natureza, “tudo o que existe merece perecer”; aquilo que serve como um caminho para o desenvolvimento está eventualmente destinado a ser derrubado por esse mesmo desenvolvimento.

Cada conquista ganha em nossa luta pela existência necessariamente traz seus próprios obstáculos e ameaças, contra os quais a luta por mais progresso deve

ocorrer. Este é especialmente o caso na sociedade de classes, na qual “cada passo à frente é também relativamente um passo atrás, no qual a prosperidade e o desenvolvimento para alguns são conquistados pela miséria e frustração de outros”. O verdadeiro conteúdo do progresso, o desenvolvimento das forças produtivas sociais da humanidade, é assim realizado sob uma sucessão de formas limitadas e contraditórias. Se acharmos essas formas questionáveis hoje, tudo o que isto nos diz é que elas se tornaram obsoletas. Mas de forma alguma refuta o fato do progresso em geral.

Hoje, vivemos em um mundo em que as forças produtivas já desenvolvidas lutam contra os grilhões da propriedade privada, do chamado “mercado livre” e da divisão do mundo em Estados-nação capitalistas. As crises econômicas regulares, as guerras imperialistas e os horrores crescentes das mudanças climáticas são um testemunho do fato de que, sob o capitalismo, nenhum progresso posterior é possível para a humanidade. Somente derrubando este sistema extinto e moribundo podemos esperar libertar a humanidade do pesadelo oferecido por sua existência continuada. Mas isso só pode ser alcançado pela expropriação das gigantescas forças produtivas criadas pelos bilhões de trabalhadores sem propriedade que atualmente vivem sob o capitalismo, e pelo planejamento da economia global de uma maneira racional e democrática. Em suma, o progresso posterior da humanidade não significa nada além do fim da própria sociedade de classes, e de todas as suas armadilhas mortais, incluindo o Estado.

Friedrich Engels escreveu em 1884:

*“Estamos agora nos aproximando rapidamente de uma fase do desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas se tornou um obstáculo positivo à produção. Elas cairão tão inevitavelmente quanto antes surgiram. O Estado inevitavelmente cai com eles. A sociedade que reordenar a produção com base na associação livre e igualitária dos produtores colocará toda a maquinaria do Estado onde ela então permanecerá – no museu de antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze”.*

Hoje esse estágio já chegou há muito tempo. As condições para a derrubada do capitalismo e para o estabelecimento do socialismo não estão apenas presentes, elas estão “podres”. Agora devemos lutar para tornar a previsão de Engels uma realidade e para construir um futuro de liberdade, realização e esperança para toda a humanidade.



## NOTAS E REFERÊNCIAS

<sup>1</sup>Medida de peso, equivalente a 11,4 gramas do metal.

<sup>2</sup>Em Roma, equivalia a 128 dracmas ou 436,224 gramas.

<sup>3</sup>Unidade da antiga Mesopotâmia para grandes quantidades de massa. Os hebreus e egípcios, dividiam o talento em 60 minas,

subdividiam em 60 siclos. Um talento tinha então 3600 siclos. Em latim talento significa “escala” ou “balança”.

# SOBRE O TROTSKYSMO

## UM POUCO DO TROTSKYSMO NO BRASIL

HERMÍNIO SACCHETTA

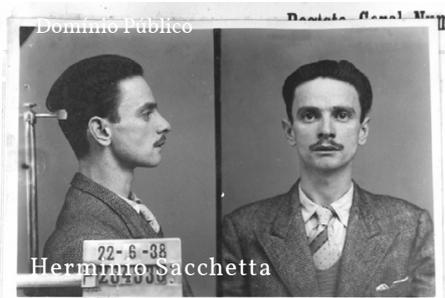
Sacchetta entrou para o Partido Comunista em 1932. Foi editor do jornal A Classe Operária, secretário do Comitê Regional de São Paulo e membro do Bureau Político até 1937. Mas, já em 1934, Sacchetta se choca com a orientação do Partido Comunista do Brasil (nome original do atual PCB), que, alinhado com Stalin, desenvolve uma linha ultraesquerdista chamada por Trotsky de "Terceiro Período", cuja maior expressão aventureira, divisionista e irresponsável leva à divisão do proletariado alemão e à ascensão de Hitler.

O PCB se recusa a participar das reuniões da Frente Única Antifascista convocadas pelos trotskistas em São Paulo para enfrentar os integralistas de Plínio Salgado. Mas Sacchetta, dirigindo o Comitê Regional de SP, orienta os militantes para que participem da "Batalha da Praça da Sé", onde os antifascistas enfrentam a manifestação dos militantes integralistas. Realizada a Frente Única, a manifestação fascista é dissolvida pelos revolucionários e os integralistas fogem em pânico e se dispersam no que foi chamada de "A revoadada das galinhas verdes", pois os integralistas usavam camisas verdes como uniformes. Foi um golpe desmoralizador para os fascistas que nunca mais se reergueram moralmente.

A crise no PCB se amplia com os Processos de Moscou, em que Stálin acusa toda a velha guarda bolchevique, os homens que fizeram a Revolução Russa, de agentes do fascismo e do imperialismo e os liquida, numa farsa judicial monstruosa. Um rio de sangue separa agora o stalinismo do bolchevismo. Centenas de milhares de revolucionários são presos, mortos ou enviados para morrer nos campos de concentração e trabalho escravo na Sibéria.

Em novembro de 1937, Hermínio Sacchetta, cujo nome de guerra era Paulo, diverge da orientação do PC em relação às eleições presidenciais daquele ano. Acusado de constituir uma fração trotskista, é expulso burocraticamente do PCB. Ele constitui, então, com o Comitê Regional do PCB de São Paulo, a "Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária". Imediatamente é expulso do partido e delatado ao vivo pela Rádio Moscou, ou seja, pelo aparato internacional do Kremlin. A polícia política de Getúlio Vargas imediatamente o prende.

Sacchetta, que, em 1934, tinha ajudado a organizar a greve dos Correios e



Telégrafos de São Paulo e teve que entrar na clandestinidade, agora, em 1937, passa a ser perseguido duplamente, pelo stalinismo e pelo regime de Getúlio Vargas.

Nessa época adere ao trotskismo e dois anos depois, ao ser libertado, junta-se ao recém-fundado Partido Socialista Revolucionário (PSR), então seção brasileira da 4ª Internacional, no qual logo torna-se um dos principais dirigentes.

Junto com ele se agrupam inúmeros importantes intelectuais paulistas como Febus Gikovate, Alberto da Rocha Barros, Vitor Azevedo, Patrícia Galvão (Pagu), Florestan Fernandes, Maurício Tragtenberg, entre outros, que desempenhariam um papel de destaque na esquerda e entre a intelectualidade durante décadas.

Sacchetta atravessa a crise na 4ª Internacional aberta por Max Shachtman, um dos dirigentes do SWP norte-americano que, em 1940, abandona a defesa incondicional do Estado Operário Soviético apesar de sua degeneração e rompe com o trotskismo. Shachtman arrasta com ele Mário Pedrosa, então vivendo nos EUA como membro do Birô Pan-Americano da 4ª Internacional. Sacchetta inicialmente se mantém firme sobre a questão, mas em 1951, pouco antes do 3º Congresso da 4ª Internacional, rompe com a Internacional e o trotskismo pelas mesmas razões de Mário Pedrosa e Shachtman. Em 1952 o PSR é dissolvido.

Era o momento em que Michel Pablo, Ernest Mandel e Pierre Frank, principais dirigentes do Secretariado Internacional junto com James P. Cannon, organizavam a capitulação frente ao stalinismo com suas teorias da iminência da 3ª Guerra Mundial, do duplo caráter do stalinismo e do "entrismo sui generis", a liquidação de fato da 4ª Internacional. A trinca já havia começado expulsando Ted Grant por divergências políticas (em que Ted Grant tinha razão) e preparavam a explosão da 4ª Internacional que se concretizou em

1952 com a expulsão da maioria da seção francesa e com a ruptura do SWP em 1953, numa linha teórica, política e organizativa inteiramente revisionista que conduziria à diferentes capitulações frente ao stalinismo e à burguesia em diferentes lugares do mundo, do Sri Lanka à Bolívia.

Com a ruptura, Sacchetta se torna luxemburguista e, em 1958, funda a Liga Socialista Independente (LSI), cuja expressão passa a ser o jornal "Ação Socialista". É nessa organização que surgem militantes intelectuais como Emir e Éder Sader, que mais tarde se tornariam "autonomistas".

Nos anos 1960, a LSI se transforma em "Movimento Comunista Internacionalista (MCI)" e edita, entre 1967 e 1969, o jornal "Bandeira Vermelha", onde denuncia o regime de 1964, a ditadura militar, o reboquismo e o oportunismo do PCB e faz duríssimas críticas ao foquismo e guerrilheirismo de Che Guevara e de todas as concepções de "luta armada" desenvolvidas pelas cisões do PCB ou por agrupamentos pequeno-burgueses radicalizados.

Isso torna ainda mais bizarra sua colaboração com organizações guerrilheiristas como a ALN, dirigida por Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, dois stalinistas que o haviam expulsado do PCB em 1937 acusando-o de "renegado trotskista". Em 15 de agosto de 1969, a ALN ocupou uma estação da Rádio Nacional e, tocando ao fundo a "A Internacional" e o "Hino Nacional" (!), foi lido por Marighela um manifesto. Nesse mesmo dia o jornal em que Sacchetta era diretor de redação, "Diário da Noite", por decisão sua publicou o manifesto na íntegra, coisa que nenhum outro jornal fez. A operação havia sido preparada em colaboração com Marighela e Joaquim Câmara Ferreira. Sacchetta ficou umas semanas preso e quando saiu foi demitido, obviamente. Morreu em 1982 sem nunca ter se curvado à burguesia, ao stalinismo e à ditadura militar. Por tudo o que fez, ele tem um lugar no movimento operário brasileiro.

Publicamos a seguir uma aula, na verdade um informe político, dado por Sacchetta, em 1946, explicando o significado e a importância do trotskismo como continuação do marxismo, do bolchevismo, na luta pela revolução socialista internacional. Os atuais leitores da revista "América Socialista - Em defesa do marxismo" só tem a ganhar conhecendo esse texto.

A Redação

**C**idadãos, companheiros:  
Cabe-me a honra de ocupar hoje a atenção deste auditório no Curso de Doutrinas Políticas organizado pelo incansável grupo de moços que vêm, à frente da Universidade Popular Presidente Roosevelt, e dentro das possibilidades que a iniciativa particular permite, contribuindo para a elevação do nível de cultura de nosso povo.

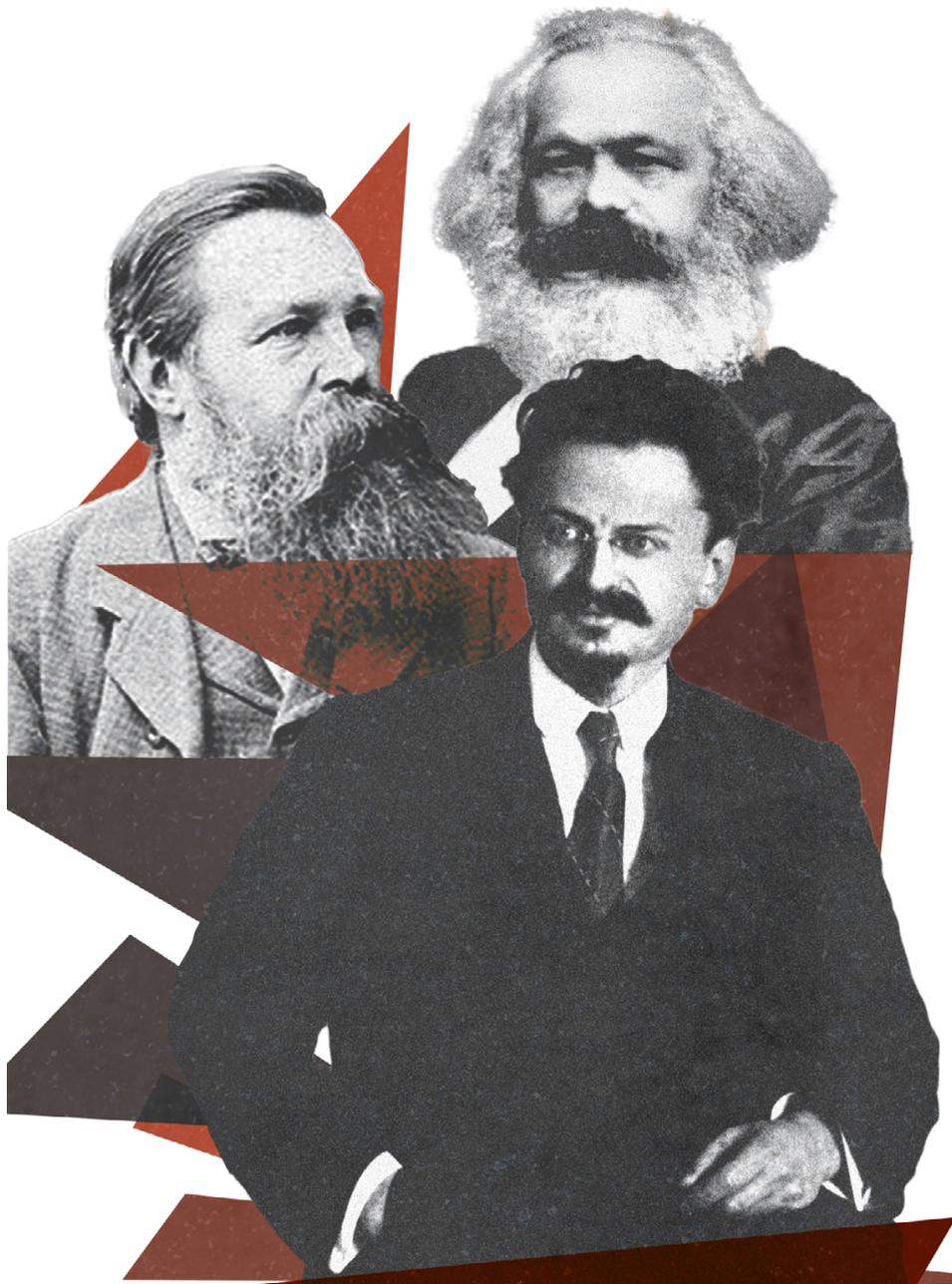
A bem dizer, não caberia à minha tendência ocupar a atenção dos presentes não fora a de classificarmos sob a epígrafe de trotskysmo o conjunto de ideias de Marx, Engels e Lênin defendidas sem quartel por Leon Trotsky.

Se, por vezes, ver-me-ei compelido a fazer referências a nomes da história de nossos dias, transcendendo, deste modo, a norma até aqui observada quase que sem discrepância pelos nobres conferencistas que me precederam, tal fato deve ser atribuído mais à natureza da palestra que a qualquer intenção de fazer do tema motivo para obra de proselitismo político ou ataques contra pessoas. Na verdade, em sua essência, tudo quanto direi girará em torno de dois polos: Trotsky e Stalin, ambas figuras agora incorporadas à história contemporânea. Não obstante, limitar-me-ei à exposição de ideias mais do que de fatos, seja pelo desejo de não acirrar paixões partidárias, seja, sobretudo, para me enquadrar no espírito deste curso. Nem mesmo os fantasmagóricos processos de Moscou, cuja lembrança por si só serve de teste à capacidade de controle de nervos de um trotskysta, serão submetidos a exame.

Quero, pois, de início acentuar que o trotskysmo não constitui uma doutrina política. Nem mesmo a teoria da Revolução Permanente, que ganhou seus contornos definitivos graças à enorme contribuição que lhe proporcionou o criador do Exército Vermelho, pode lhe ser atribuída como uma concepção inteiramente original.

De fato, foi em torno dessa teoria que se travaram quase todos os choques ideológicos no plano do movimento comunista, sobretudo de 1923 até hoje. Todavia, bem antes de Leon Trotsky apresentar suas ideias a respeito da revolução ininterrupta, os dois gigantes fundadores do socialismo científico – Marx e Engels – já a haviam esboçado em livros e manifestos sobre as revoluções da primeira metade do século XIX.

O ano de 1848 marca a linha divisória entre duas fases distintas do desenvolvimento do capitalismo. Antes desse tumultuoso ano as revoluções que se verificaram na Europa eram inteiramente burguesas. A revolução francesa de 1848 trouxe, pela primeira vez, alguma coisa de absolutamente nova



## REVOLUÇÃO PERMANENTE

na história: o aparecimento na sociedade do proletariado como força política independente. O Manifesto Comunista, documento básico da bibliografia marxista, surge, e não sem motivo, contemporaneamente a esses acontecimentos.

Com o objetivo de determinar não apenas as leis gerais da revolução, mas também o itinerário possível da revolução que se aproximava, Marx estudou apuradamente o ritmo da Revolução Francesa de 1789. Observou assim que na Grande Revolução a burguesia havia

assumido a direção dos artesãos, dos comerciantes oprimidos e dos servos camponeses. Notou, contudo, o genial fundador do socialismo científico que, para que a revolução adquirisse impulso e para que os elementos pequeno-burgueses de esquerda – os jacobinos – dominassem e conduzissem os movimentos para frente, três anos tumultuosos haviam se tornado necessário. Após esses três anos uma seção dos jacobinos, os montanhese, a ala esquerda dos democratas, logrou a tomar a direção

do sans-culotte semiproletários e levá-los à destruição do feudalismo. Estava, assim, franqueado o caminho para o capitalismo. Essas forças democráticas urbanas, que haviam ultrapassado as corporações, trazem em si o embrião das duas futuras classes: burguesia e proletariado, ou melhor, capitalistas e proletários. Esta é a razão por que coube à burguesia, que se apoiava no conjunto das forças nacionais, colocar-se à frente da nação unida. A tendência hebertista, que representava o extremismo daqueles tempos, não logrou êxito nos seus objetivos: as forças de produção sob as quais seus ideais comunistas podiam apoiar-se ainda estavam por desenvolver-se. A revolução francesa resultou, assim, na ditadura da burguesia apoiada pelos artesãos e camponeses.

Para Marx e Engels, a classe imediata a chegar ao poder deveria ser a pequena burguesia. Para atingirem esta conclusão, os dois fundadores do socialismo se baseavam no exame das forças sociais em ação na grande Revolução Francesa e, posteriormente, nos acontecimentos de 1848 em Paris.

Que posição deveria assumir o proletariado em relação a essa pequena burguesia que trazia a incumbência histórica de uma nova revolução? Marx dividiu a questão em três períodos: aquele em que as classes médias mais baixas ainda são postas de lado; a sua luta revolucionária pelo poder; o movimento em que assumem o poder. Como veremos, para Marx não havia dúvida que essa seria uma fase necessária na revolução.

Marx havia observado, do exame das revoluções anteriores, que estas pareciam elevar ao poder, cada um por sua vez para então esgotá-lo, vários setores das classes oprimidas. Esta é a razão que o levou a estudar a estrutura de classe da sociedade

e a analisar o conteúdo político de cada classe em particular. Assim notou Marx a diferença existente entre a França e a Alemanha. A revolução de 1830 corrigira a reação de 1815 na França; uma vez mais a grande burguesia desalojara do poder a aristocracia fundiária. Na França, já agora a cena política era tomada pela pequena burguesia e pelo proletariado, pois este último se tornara uma força real na sociedade, com o crescimento do capitalismo. Na Alemanha o desenvolvimento social e político da grande burguesia estava muito atrás do grau alcançado tanto pela França como pela Inglaterra. Naquele país deveriam ser as camadas superiores da burguesia que chegariam ao poder em primeiro lugar. Contudo, quando esse setor de classe capitalista chegou ao poder, não pôde sustentar as suas posições contra os elementos feudais vencidos sem a ajuda dos partidos populares mais avançados. Mas a burguesia liberal temia igualmente o impulso revolucionário das camadas populares. Para limitar essa torrente ameaçadora, a burguesia liberal só poderia contar com a nobreza feudal que ela mesma desejava pôr abaixo. A esse respeito, escreve Engels:

*“O ministério da burguesia liberal só dispunha de uma paragem, de onde, segundo o rumo que as circunstâncias tomassem, o país se dirigiria ou para a etapa mais avançada do republicanismo unitário, ou para o velho regime burocrático e clérico-feudal”.*

Essas são as razões que levaram Marx e Engels à conclusão de que cabia agora à pequena burguesia ocupar o primeiro plano na história. Não obstante, todas as suas limitações, hesitações e covardia política eram previstas. Afirmar Marx:

*“A pequena burguesia democrática, que está longe de querer revolucionar toda a sociedade para o proletariado, luta por uma mudança nas condições sociais mediante a qual a sociedade presente se torne tão suportável e confortável quanto possível para ela.”*

No primeiro Manifesto do Comitê Central da Liga Comunista, sob a direção de Marx e Engels, é denunciado o papel traidor da grande burguesia, mas igualmente se adverte que a pequena burguesia agiria da mesma maneira quando lograr atingir o poder. Para intimidar a grande burguesia e levá-la a fazer concessões, o partido democrático pequeno-burguês se denominava "socialista" e "vermelho". Com isso a pequena burguesia procurava conquistar o apoio das massas trabalhadoras tentando subornar os operários com uma pequena melhoria. Uma vez no poder, advertiam os fundadores do marxismo, a pequena

burguesia repetiria o comportamento dos grandes capitalistas.

*“Compreende-se que, nos conflitos sangrentos que se aproximavam, como em todos os anteriores, serão principalmente os operários os fatores da vitória pela sua coragem, decisão e auto sacrifício... e, assim que a vitória for decidida, eles (a pequena burguesia) procurarão fazê-la sua, procurarão apaziguar os trabalhadores intimando-os a voltar ao trabalho a fim de evitar pretensos excessos; e, então, farão por arrancar dos operários os frutos de seu triunfo. Não está nas possibilidades dos trabalhadores evitar este comportamento da pequena burguesia; mas podem dificultar, por todos os meios, que utilizem o seu poder contra o proletariado armado, ditando-lhe tais condições que o domínio dos democratas burgueses levará de antemão, dentro de si, os germens de sua própria destruição. Assim, mais tarde, a derrota destes por parte do proletariado será consideravelmente mais fácil.”*

São essas ainda palavras de Marx e Engels.

Que atitude política deveria assumir os operários sob o domínio das classes médias mais baixas? Ouçamos o que recomendava a Liga Comunista:

*“Embora a pequena burguesia democrática deseje liquidar a revolução tão depressa quanto possível... é do nosso interesse e é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que as classes possuidoras estejam mais ou menos despojadas, o poder governamental nas mãos do proletariado e a associação dos operários realizada não apenas em um país, mas em todo os países do mundo... para nós, a questão não pode ser uma simples mudança de forma da propriedade privada, mas a sua destruição como instituição; não o apaziguamento do antagonismo de classe, mas a abolição de todas as classes, não o melhoramento da sociedade atual, mas a fundação de uma nova sociedade”.*

A fim de impelir para frente a revolução com esses objetivos, o proletariado deveria criar, no período imediato, a dualidade de poderes com o governo "legal".

Deve simultaneamente erigir o seu governo operário revolucionário, sólido em face do novo governo oficial se tiver a forma de comitês executivos, de conselhos de comunidade, de clubes operários ou comitês operários, de maneira tal que o poder democrático burguês não apenas perderá sua atuação direta sobre os trabalhadores, mas ainda se verá sob a fiscalização e sob a ameaça de uma autoridade que terá atrás de si as massas oprimidas. Numa palavra; desde o primeiro momento da vitória, a desconfiança dos operários já não deve ser dirigida contra o partido reacionário derrotado, mas contra os seus aliados recentes, os democratas pequeno-burgueses,





que desejam explorar o triunfo comum apenas em seu benefício.

Esse famoso manifesto aos operários acentua a natureza internacional da revolução:

*“Mesmo que os trabalhadores alemães não possam atingir o poder e consolidar os seus interesses de classe, terão a certeza, então, de que o primeiro ato do drama revolucionário próximo ocorrerá simultaneamente com a vitória direta de sua própria classe na França e deverão estar vigilantes para isso. Mas deverão realizar por si mesmos a maior parte de sua vitória final através de esclarecimentos quanto aos seus próprios interesses, imprimindo impulso ao seu partido independente tão cedo quanto possível e não permitindo que esta organização independente do proletariado vá ao arrastão das frases hipócritas lançadas pela pequena burguesia democrática. Seu grito de guerra deve invariavelmente ser A REVOLUÇÃO PERMANENTE”.*

Essa análise de Marx e Engels resultou perfeitamente justa de um modo geral. Muito embora os dois fundadores do socialismo científico reconheçam que havia sido muito otimista quando aos acontecimentos de 1848, ambos haviam admitido a ascensão ao poder das classes médias mais baixas apoiadas pelos camponeses oprimidos. A maioria desses camponeses constituía-se de pequenos proprietários, arrendatários e diaristas agrícolas. Embora vivessem muito isolados para desenvolver uma ação independente, poderiam ser, contudo, o esteio da pequena burguesia urbana. Marx denominou o governo que daí resultasse como “ditadura democrática da pequena burguesia apoiada pelos camponeses”. Os acontecimentos, todavia, não confirmaram, como já vimos, esses prognósticos. Encerrada a revolução, Marx se pôs a reexaminar cuidadosamente sua análise, concluindo que a pequena burguesia não podia estabelecer um regime próprio. Uma vez no

poder a burguesia, a revolução seguinte só poderia ser do proletariado. Mas o proletariado, a seu turno, só alcançaria êxito se arrastasse atrás de si as massas oprimidas de toda a nação, inclusive os camponeses. A esse respeito Marx escreveu a Engels em 1856:

*“Na Alemanha, a questão toda reside nas possibilidades de se apoiar a revolução proletária com uma espécie de segunda edição da guerra dos camponeses.”*

Essa segunda revolução deveria desembocar na ditadura democrática do proletariado apoiado pelos camponeses.

A teoria da revolução permanente deriva, como vimos, da análise das revoluções de 1848 feita por Marx. O exame dos acontecimentos revolucionários de 1905 na Rússia fez com que Trotsky estudasse e aprofundasse os ensinamentos deixados por Marx e Engels sobre a Revolução Permanente que já havia esboçado antes da primeira Revolução Russa. A Alemanha apresentava certos pontos de semelhança e certas dessemelhanças importantes com o império czarista. Marx fora, primitivamente, como vimos, da opinião de que a pequena burguesia poderia criar um regime próprio antes da tomada do poder pelo proletariado. Na Rússia os camponeses tinham um partido que representava seus interesses: os socialistas revolucionários. Lenin estabelecera o fato de que o proletariado poderia conquistar logo o poder na Rússia. O problema, pois, seria de se saber quais as relações a serem estabelecidas entre a classe operária e os camponeses. O chefe do partido bolchevique não excluía a possibilidade de ser o novo regime primeiro uma coligação dos dois partidos, o do proletariado e o dos camponeses. Essa convicção de Lenin repousava no fato de que o campesinato constituía a maioria absoluta da população russa. Daí a razão por que adotou a fórmula de Marx “ditadura democrática do proletariado e dos

camponeses”. Trotsky, por sua vez, baseando-se nas apreciações dos fatos revolucionários de 1848 feitas por Marx e Engels, apresentava sua fórmula de “ditadura do proletariado apoiada nos camponeses”. A polêmica que então se travou entre esses dois titãs do movimento operário girou toda ela sobre a possibilidade de independência e sobre o grau dessa independência do campesinato durante a revolução e em particular sobre a possibilidade de um partido camponês independente. A diferença entre o ponto de vista “permanente” de Trotsky e o de Lenin consistia na oposição entre a palavra de ordem da “ditadura do proletariado apoiado pelos camponeses” e “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”. Não discutiram os dois chefes principais da Revolução de Outubro, como se vem afirmando desde a morte de Lenin, sobre a possibilidade de saltar por cima da etapa democrático-burguesa ou sobre a necessidade de união dos operários e dos camponeses; a discussão girou em torno do mecanismo político da colaboração do proletariado e dos camponeses na revolução democrática, da preparação em que as duas classes participam do governo revolucionário, em torno do programa dessa colaboração, das formas dos partidos e seus métodos políticos. Na medida em que deixava suspensa a questão do mecanismo político da união dos operários e camponeses, afirma Trotsky, a fórmula da ditadura democrática continuava a ser uma fórmula algébrica que permitia a previsão de futuras interpretações políticas muito diversas.

A pretensa oposição entre revolução permanente e a orientação leninista para a “união com o camponês” surgiu em 1923, isto é, após a morte de Lenin, ao iniciar-se a reação política e social dentro do partido comunista russo. Essa oposição patenteava a repulsa orgânica do funcionário e do proprietário pela revolução internacional, com as suas comoções permanentes, assim como o desejo de ordem e de tranquilidade da burocracia estatal e dos remanescentes das forças capitalistas internas. A campanha contra a revolução permanente serviu apenas para abrir caminho à teoria do socialismo num só país, isto é, do socialismo nacional. Para que possamos melhor compreender os acontecimentos que sobreviverão, não tiremos da mente o atraso sofrido pela revolução nos países da Europa ocidental, a grande retirada da NEP sobre cujos perigos Lenin advertia o Partido, isto é, a adoção em 1921 de medidas econômicas que permitiam certa coexistência entre os elementos capitalistas e elementos socialistas no plano da produção.



Delegação bolchevique, em Brest-Litovsk. Sentados, desde a esquerda: Lev V. Kamenev, Adolff.A.Ioffe, Anastasia A.Bitzenko. De pé: V. V. Lipskiy, P. Stučka, Lev D. Trotsky, Lev M. Karakhan

Ouçamos como Lenin se refere à teoria da revolução permanente de Trotsky:

*“Antes da revolução de 1905, Trotsky formulou uma teoria original e particularmente significativa hoje, a teoria da revolução permanente, segundo a qual a revolução burguesa de 1905 se transformaria diretamente numa revolução socialista que seria a primeira na série das revoluções nacionais.”* (Lenin, Obras Completas, vol. XIV)

Isso foi escrito por Lenin após fevereiro de 1917, quando a dinâmica da revolução já havia lançado ao campo da burguesia os mencheviques e os socialistas revolucionários que prestigiaram o governo provisório burguês que se recusava a atender às reivindicações dos camponeses. Lenin já então havia abandonado sua primitiva fórmula de “ditadura democrática dos operários e camponeses” para adotar a de “ditadura do proletariado apoiada pelos camponeses”, propostas por Trotsky após a revolução de 1905. Na sua capacidade genial de apreender o rumo dos acontecimentos, o líder bolchevique, em abril de 1917, julgou indispensável combater aqueles que ainda se aferravam a sua velha fórmula. Em suas famosas “teses” em que travou luta contra a ala do partido bolchevique, na qual figuravam, entre outros, Stalin, Kamenev e Zinoviev, Lenin escreveu:

*“Todo aquele que atualmente fala de ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato está na rabeira do momento e, portanto, na prática, ao lado da pequena burguesia e contra a luta de classe do proletariado; um indivíduo assim pode ser colocado no arquivo dos ‘bolcheviques’ (a que se deve dar o nome de arquivo dos ‘velhos bolcheviques’).”*

Mais do que apenas significativa, a referência de Lenin à teoria da Revolução Permanente do criador do Exército Vermelho e a posição assumida pelo titânico chefe da revolução bolchevique após abril de 1917 bastaria para pulverizar todas as falsas acusações levantadas contra Trotsky sobre seu pretense desprezo ao campesinato como força revolucionária. Permitam-me que eu cite uma passagem do livro 1905, de Leon Trotsky, a respeito dessa segunda questão:

*“É mais do que evidente que o proletariado cumpre sua missão apoiando-se como o fez outrora a burguesia no campesinato e na pequena burguesia. O proletariado dirige o campo, incorporando-o ao movimento, interessando o movimento no êxito de seus planos, mas é sempre ele o chefe. Não é a ‘ditadura do proletariado e dos camponeses’, é sim a ditadura do proletariado apoiada nos camponeses.”*

E noutra passagem, esta referente ao caráter da revolução russa que, segundo Stalin, Trotsky não compreendera:

*“Nossa revolução é burguesa quanto às tarefas imediatas que lhe deram origem, mas, em virtude da extrema diferenciação de classe da população industrial, não possuímos uma classe burguesa capaz de se pôr à frente das massas populares e unir a sua força social à sua energia revolucionária. As massas operárias e camponesas, oprimidas e abandonadas à sua própria sorte, são obrigadas a forjar os elementos preliminares, políticos e de organização necessários à sua vitória, na dura escola dos conflitos implacáveis e das derrotas cruéis. Não lhes resta outro caminho.”*

Para justificar a sua teoria do socialismo num só país, que começara a elaborar em 1924

sob a pressão das camadas pequeno-burguesas da cidade e do campo, dos Kulaks (camponeses ricos) e dos elementos conservadores da burocracia governamental que se reforçaram sensivelmente na base da NEP, Stalin acusava o trotskismo de “desconfiança” nas forças internas da revolução, baseando-se na seguinte afirmação de Trotsky:

*“E se isso (a extensão da revolução a outros países) não se produzir, não haverá nenhuma esperança (como o provam a experiência da história e as condições teóricas) de que uma Rússia revolucionária possa resistir a uma Europa conservadora ou de que uma Alemanha socialista possa substituir isolada no mundo capitalista.”* (Trotsky, 1917)

Stalin declarava que afirmativas dessa ordem feitas por Trotsky “nada tinham em comum com o leninismo”. Ouçamos, pois, o próprio Lenin.

Em 7 de março de 1918, afirmava o grande continuador de Marx a propósito da paz de Brest-Litovsk:

*“É uma lição, pois não cabe nenhuma dúvida de que sem a revolução alemã perecemos.”* (Lenin, Obras Completas, vol. XV).

De dias depois:

*“O imperialismo universal e a marcha triunfal da revolução social não podem coexistir.”* (Lenin, Idem)

Algumas semanas mais tarde:

*“O fato de sermos retardatários nos impeliu para a frente, mas pereceremos se não soubermos resistir até ao momento em que encontrarmos o apoio dos operários insurretos dos outros países.”* (Lenin, Idem).

Um ano após ainda insiste, depois de passada a crise de Brest-Litovsk:

*“Vivemos não em um Estado, mas num sistema de Estados. Não se pode conceber que uma república soviética exista durante largo período ao lado de Estados imperialistas. No final das contas, aquele ou estes vencerão.”* (Lenin, Obras Completas, vol. XVI)

Em abril de 1920 mais de uma vez adverte:

*“O capitalismo, considerado em seu conjunto mundial, continua sendo mais forte que o poder dos soviets, não apenas militarmente, mas também no plano econômico. É preciso partir desta consideração fundamental e não a esquecer jamais.”* (Lenin, Obras Completas, vol. XVII)

Permita-me a audiência que eu recorra ainda a mais algumas citações do fundador do primeiro estado soviético, pois delas ressaltará com toda evidência o sentido internacionalista que Lenin dava

à revolução russa em contraposição às concepções de socialismo nacional que lhe foi imprimida por aqueles que assumiram o poder após a morte do primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo.

Em 27 de novembro de 1920, afirmava Lênin a propósito do problema das concessões:

*“Passamos agora da guerra à paz, porém não nos esqueçamos de que a guerra voltará novamente. Enquanto subsistirem o capitalismo e o socialismo, não poderemos viver tranquilamente; no final das contas, um ou o outro vencerá. Cantar-se-á o réquiem, seja da república dos soviets, seja do capitalismo mundial. A situação presente é apenas de adiamento de guerra.”* (Lenin, Obras Completas, vol. XVII).

O sentido dessas palavras, tanto quanto naquele tempo, se ajusta as condições do presente. Mas prossigamos em nossas citações. No III Congresso da extinta Internacional Comunista, já em julho de 1921, insistia ainda o chefe da Revolução de Outubro:

*“Foi criado um equilíbrio extremamente frágil, extremamente instável; um equilíbrio tal que a república socialista pode existir, posto que não por muito tempo certamente, rodeada de países capitalistas.”* (“Teses sobre a tática do Partido Comunista Russo”)

Nesse mesmo congresso, Lenin afirmava também:

*“Tornava-se evidente para nós que sem o auxílio da revolução mundial era impossível o triunfo de nossa revolução proletária. Tanto antes como depois da revolução pensávamos: imediatamente, ou, pelo menos, em muito pouco tempo, produzir-se-á uma revolução nos países retardatários ou nos que estão mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista; em caso contrário, teremos que perecer. Embora tivéssemos consciência disso, fizemos sempre o possível para conservar a todo custo o sistema soviético, pois sabemos que trabalhamos não unicamente para nós mesmos, mas para a revolução internacional.”* (Obras Completas, vol. XVIII)

Perguntamos nós agora: onde há diferença de conteúdo entre essas afirmativas de Lenin e as feitas por Trotsky em 1915, de que a Rússia revolucionária ou a Alemanha socialista não poderia substituir isolada no mundo capitalista?

É que para ambos esses chefes imortais do proletariado o marxismo procedia da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado

mundial que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. Para todo marxista é ponto pacífico o fato de que as forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. As duas guerras imperialistas sofridas por nossa geração não foram senão eloquentes manifestações desse fato. A sociedade socialista deve representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista num só país significa que, a despeito de triunfos, fazemos as forças produtivas recuarem em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária – afirma Trotsky – querer criar em um quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama a economia mundial e que serve afinal de contas de base ao internacionalismo dos partidos comunistas revolucionários.

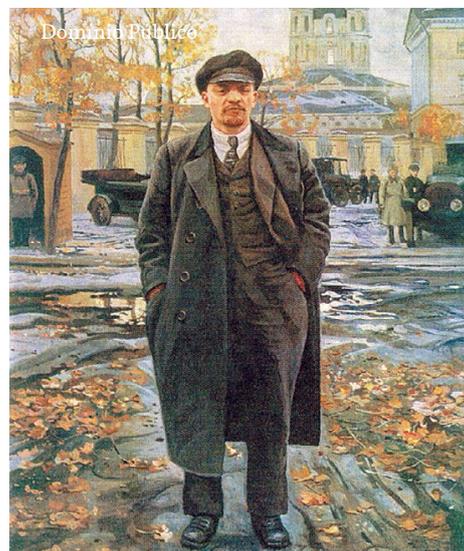
---

*É uma utopia reacionária querer criar, em um quadro nacional, um sistema harmonioso e suficiente (Trotsky)*

---

Em nossa época, que é a do imperialismo, isto é, da economia e da política mundiais dirigidas pelo capital financeiro, não há um só partido marxista que possa estabelecer seu programa tomando só ou principalmente como ponto de partida as condições ou tendências da evolução de determinado país.

No dia 4 de agosto de 1914, os sinos dobraram a finados pelos programas nacionais. Na época atual só se deve e se pode deduzir o sentido em que se dirige o proletariado do ponto de vista nacional, da direção seguida no domínio internacional e não o contrário. Aqui reside a diferença fundamental que separa no ponto de partida o internacionalismo comunista das diversas variedades do socialismo nacional.



Stalin declarou na VII Reunião Plenária da Executiva da extinta Internacional Comunista:

*“A questão da organização da economia socialista em um só país já foi colocada no Partido, pela primeira vez, por Lenin, em 1915”*

Dessa forma admite que a questão do socialismo num só país não havia sido formulada antes de 1915. O que declarou, porém, Lenin “pela primeira vez” em 1915, contradizendo o que Marx e Engels haviam dito e o que ele mesmo vinha afirmando até esse ano? Em 1915 Lenin escreveu:

*“A desigualdade da evolução econômico-política é uma lei absoluta do capitalismo. Disso resulta que o triunfo do socialismo é possível primeiro em alguns países pouco numerosos, e inclusive num só país considerado isoladamente. O proletariado triunfante em um país, depois de haver expropriado os capitalistas e, organizada a produção socialista, se levantará contra o resto do mundo burguês, atrairá a si as classes oprimidas dos outros países, sublevando-as contra os opressores e mesmo intervindo, em caso de necessidade, pela força militar contra as classes exploradoras e seus Estados.”* (Lenin, Obras Completas, vol. XIII, artigo “Social-democrata”, 23 de agosto de 1915)

Ressalto em toda a sua limpidez o significado dessas palavras de Lenin: o triunfo do socialismo, no sentido do estabelecimento da ditadura do proletariado, é possível em primeiro lugar em um só país, que se encontrará assim em oposição ao mundo capitalista. O Estado proletário, para repelir os assaltos do inimigo e passar à ofensiva revolucionária, deverá previamente organizar a produção socialista, isto é, dirigir ele mesmo o trabalho nas fábricas tomadas dos exploradores. Lenin entendia, pois, por triunfo do socialismo num só país, não como o fazem hoje os discípulos de Stalin, uma sociedade

socialista que tivesse por finalidade sua própria existência, – sobretudo em um país atrasado –, mas algo muito mais dinâmico, algo de muito maior amplitude, isto é, um Estado em mãos do proletariado para servir de marreta na obra de demolição do mundo capitalista.

Lenin não fez mais do que ampliar e concretizar a maneira como Marx colocou a questão e a solução que lhe deu. Já em passagem anterior vimos como o fundador do socialismo científico denunciava o caráter internacionalista da revolução alemã de 1848. Permitimo-nos ainda a citação de Karl Marx, desta vez sobre a Revolução de Julho na França em 1848:

*“Da mesma forma como acreditavam poder emancipar-se ao lado da burguesia, os trabalhadores acreditavam, igualmente, que lhes seria possível levar a cabo uma revolução proletária dentro das fronteiras nacionais da França, continuando as demais nações sob regime burguês. Porém as relações francesas de produção estão condicionadas pelo comércio exterior da França, por sua posição no mercado mundial e pelas leis que regem esse mercado; como pode a França romper essas leis sem uma guerra revolucionária europeia, que repercutisse sobre o tirano do mercado mundial, sobre a Inglaterra?” (K. Marx, “A luta de classes na França”)*

Observaremos preliminarmente que Marx submetia a exame acontecimentos revolucionários da primeira metade do século XIX. Não está claro, entretanto,

que o criador do socialismo científico, bem antes da época do capital financeiro, ou melhor, de uma unidade mais orgânica das relações de produção mundial, via já com pleno sentido internacionalista a natureza de qualquer revolução nacional daquele século?

Mais ainda do que nos tempos pré-imperialistas de Marx, nos tempos presentes do imperialismo, este une com muito mais rapidez e profundidade em um só os diversos grupos nacionais e continentais; cria entre eles uma dependência vital das mais íntimas, aproxima seus métodos econômicos, suas formas sociais e seus níveis de evolução. Ao mesmo tempo persegue esse fim que é seu, por processos tão antagônicos, dando tais saltos, efetuando tais incursões nos países e regiões atrasadas que ele mesmo perturba a unificação e a economia mundial com violências e convulsões que as épocas precedentes não conhecerem. Só essa concepção dialética e não abstrata e mecânica da lei da evolução desigual permite evitar erro. Já durante a época pré-imperialista, Marx e Engels haviam chegado à conclusão de que, de uma parte, a irregularidade, isto é, os abalos na evolução histórica estenderão a revolução proletária a toda uma época durante a qual as nações entrarão umas após outras na torrente revolucionária; porém, de outra parte, a interdependência orgânica dos diversos países, que se desenvolveu até o ponto de converter-se em divisão internacional do trabalho, exclui a possibilidade de estabelecer-se o regime socialista

em um só país; por seguinte, com mais razão agora, no curso da nova época, quando o imperialismo estendeu e aprofundou essas duas tendências antagônicas, a doutrina de Marx que ensina que só se pode começar, mas em caso algum acabar a revolução socialista nos limites de uma nação, é duas e três vezes ainda mais verdadeira. É assim como Trotsky, tanto quanto Lenin, entendia o caráter das revoluções em nossos tempos.

Já vimos quais os fatores que engendraram, ou melhor, que deram configuração completa à teoria do socialismo num só país de Stalin, a qual, contrariamente à da Revolução Permanente que procede de Marx, encontra seu precursor em George Vollmar, socialista reformista alemão dos fins do século XIX. Plasmada entre 1924 e 1927, a teoria do socialismo num só país provinha em primeiro lugar do retardamento da revolução mundial, em consequência de uma série de derrotas sofridas pelo proletariado, seja pela inexistência de partidos comunistas, seja pela imaturidade dos que surgiram, seja pelos primeiros e grave erros da direção stalinista da Internacional Comunista. O esmagamento da Insurreição Búlgara de 1923, a derrota do proletariado alemão no mesmo ano, esta decorrente de desvios oportunistas de direita, o esmagamento da Insurreição Estoniana de 1924, a liquidação vergonhosa da Greve Geral Inglesa de 1926, o monstruoso desastre da Revolução Chinesa de 1927, todas essas catástrofes ligadas à estabilização do capitalismo neste



Os líderes da Oposição de Esquerda (1927), pouco antes de sua expulsão de Moscou. Sentados, da esquerda para a direita: Leonid Serebryakov, Karl Radek, Leon Trotsky, Mikhail Boguslavsky e Eugene Preobrazhensky. Em pé: Christian Rakovski, Yakov Drobnis, Bieloborodow e Sosnowski.

período proporcionaram certa base aos que dirigem a Rússia para apresentarem sua teoria do socialismo num só país. A todos esses fatores indicados deve-se acrescentar mais um e não de menor importância: a fadiga do heroico proletariado soviético após tantos anos de esforço e de guerra civil.

Não é permitido reduzir a uma simples querela entre dois indivíduos a questão da revolução permanente ou do socialismo num só país. É um problema que transcende os homens para encontrar suas origens nas forças vivas da dialética da luta de classes. Nem se deve reduzir a um caso de derrota pessoal, como fazem certos pequeno-burgueses, o fato de Leon Trotsky e a então Oposição de Esquerda terem sido banidos do cenário político soviético e mais tarde quase toda ela aniquilada fisicamente.

O achincalhe da revolução permanente, isto é, da revolução mundial, o abandono de uma política corajosa de coletivização e industrialização, o apoio sobre o kulaks (camponeses ricos), a união com a burguesia nacionalista nas colônias e com os sociais-imperialistas nas metrópoles, tal é, afirma Leon Trotsky, o sentido político do bloco centrista da burocracia com as forças do Termidor. Apoiando-se na pequena burguesia insolente e fortificada e na burocracia burguesa, explorando a passividade do proletariado desorientado, fatigado, e na derrota da revolução no mundo inteiro, o aparelho centrista, em poucos anos, destruiu a ala esquerda revolucionária do Partido Bolchevique.

Não posso fugir ao dever imperioso de citar mais uma vez Lenin. Numa antevisão genial do que poderia ocorrer em caso de limitação da Revolução Russa às fronteiras nacionais, em carta dirigida aos operários suíços, escreve:

*“A Rússia é um país camponês, um dos países mais atrasados da Europa. O socialismo não pode triunfar nela diretamente, prontamente. Porém, o caráter camponês do país, dado as imensas propriedades agrárias dos latifundiários da nobreza, pode, como o prova a experiência de 1905, dar à revolução burguesa e democrática uma extensão imensa; pode fazer da nossa o prólogo da revolução socialista mundial, uma etapa no seu caminho... O proletariado russo não pode, por suas próprias forças, acabar victoriosamente a revolução socialista. Porém pode dar à sua revolução tal extensão que criará as melhores condições para revolução socialista e a iniciará de certo modo. Pode tornar a situação mais favorável, para que entre nas batalhas decisivas seu colaborador principal e mais seguro, o proletariado socialista europeu e americano.”* (Obras Completas, vol. XIV)

Essas palavras foram escritas por Lenin depois da Revolução de Fevereiro e

consequentemente antes, imediatamente antes, de seu embarque para a Rússia e da tomada do poder pelos bolcheviques. Decorreram, desde aí, quase 30 anos. Em nem um único país do mundo o proletariado conseguiu instaurar seu poder de classe. Torna-se evidente que devem ser procuradas as causas desse terrível colapso da revolução internacional iniciada em 1917 no País dos Sovietes.

A partir de 1923, quando já em seu leito de morte jazia o genial estrategista proletário que se chamou Wladimir Ilyich Ulyanov, conhecido no mundo todo pelo pseudônimo de Lenin, até sua dissolução formal em 1943, a Internacional Comunista não registrou senão derrotas: na Alemanha, na Bulgária, na Estônia, na Inglaterra, na China, na França e na Espanha. Em outros países, sem terem sido tão trágicos, os fracassos não foram menos dolorosos. Segundo o trotskismo as causas de todos esses espantosos desastres devem ser procuradas na teoria do socialismo num só país, que se tornou um manancial de nefastos erros social-patriotas inevitáveis. Deles cumpre ressaltar a hecatombe da Revolução Chinesa de 1925 a 1927 e, sobretudo, a espantosa capitulação do Partido Comunista da Alemanha que entrega sem resistência suas posições às hordas sanguinárias de camisas-pardas encabeçados por Hitler.

Nenhum instrumento mais poderoso para análise dos fatos sociais que o materialismo histórico, sociologia da revolução. A explicação dos acontecimentos referidos só pode ser encontrada com o recurso desse método.

Conquanto tenha partido de outras bases e de outras tradições históricas, a política dos que sucedem a Lenin, e sobretudo a de Stalin, constitui uma variedade do centrismo. Como este, que, pelas suas expressões mais características, tentou traçar uma diagonal entre o bolchevismo e a social-democracia, a política da extinta Internacional Comunista formou até 1943 uma linha de zigue-zagues empíricos entre Marx e Vollmar, entre Lenin e Chiang Kai-shek, entre o bolchevismo e o socialismo nacional. Esse centrismo teria sido liquidado politicamente muito antes da monstruosa capitulação perante Hitler se não se apoiasse nos recursos materiais e nas tradições ideológicas de um Estado saído da Revolução de Outubro.

Da série de erros há pouco referidos, todos emanados da teoria do socialismo num só país com suas decorrências de colaboração com a burguesia, cabe destacar um dos mais honestos: a linha tático-estratégica adotada na Revolução Chinesa de 1925-1927. É particularmente em torno da falsa linha política posta em prática nos acontecimentos chineses que Trotsky recoloca os problemas essenciais da revolução permanente.

A maioria dos militantes proletários dos dias de hoje e — por que não dizer — grande parte dos intelectuais voltados

para o estudo do marxismo, da teoria da Revolução Permanente, não conhecem mais do que a deformação caricatural que dela fazem os seguidores de Stalin. Permita-me, pois, que eu assinale dois traços essenciais da crítica stalinista a essa teoria: segundo essa crítica, Trotsky subestimou o papel do campesinato nas revoluções democrático-burguesas e, em segundo lugar, ao criador do Exército Vermelho atribuía-se absoluta incompreensão da necessidade das etapas nas revoluções dos países atrasados, isto é, países coloniais e semicoloniais.

Todo o pensamento escrito deixado por Trotsky sobre a Revolução Permanente apresenta esta como uma revolução que reúne as massas oprimidas da cidade e dos campos em torno do proletariado organizado em soviets, como uma revolução nacional que faz o proletariado subir ao poder e por isso mesmo abre a possibilidade de um transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista. A Revolução Permanente não é um salto do proletariado isolado, mas a transformação de toda a nação sob a direção do proletariado. Dessa maneira é que, desde 1905, concebia e interpretava Trotsky as perspectivas da revolução permanente. Escreve Trotsky:

*“Para os países de desenvolvimento burguês retardatário, e em particular para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado que assume a direção da nação oprimida e antes de tudo de suas massas camponesas.*

*“Tanto a questão agrária como a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.*

*“Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista, apoiado em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.”* (Trotsky, “Teses sobre a Revolução Permanente”)

Onde está, pois, em Trotsky, a subestimação do papel do campesinato?

A essência da questão da revolução permanente consiste em que o programa



agrário, que constitui a base da revolução burguesa, não pode ser resolvido sob a dominação da burguesia. A ditadura do proletariado aparece como condição preliminar na revolução agrária e democrática e não depois dessa revolução. Tanto a questão agrária como os demais problemas pendentes de que a burguesia deu testemunho histórico de sua incapacidade para resolvê-los, serão levados a cabo pelo proletariado através de sua ditadura de classe apoiada nas amplas massas camponesas. Estas, até aqui, não têm feito senão seguir ora o burguês, ora o proletariado. Sua incapacidade manifesta de assumir um papel independente foi comprovada através da experiência fecundíssima das revoluções do século XIX e através da revolução russa, padrão do tipo de revoluções do mundo capitalista em sua fase de imperialismo. Na revolução russa, os socialistas revolucionários que se haviam tornado maioria esmagadora do campesinato, se uniram aos imperialistas da Entente e tomaram parte na luta armada contra o proletariado.

Ouçamos ainda uma vez Lenin:

*“Toda a economia política, toda a história da revolução, toda a história do desenvolvimento político do século XIX nos ensinam que o camponês só tem feito seguir o burguês ou o operário. Se ignorais a razão desse fato – é um conselho que dou aos que*

*não o compreendem, – examinai o desenvolvimento de uma das grandes revoluções do século XVIII ou do século XIX, ou a história política de alguns países do século XIX e tereis a resposta. A economia da sociedade capitalista é tal que pode ser força dominante ou o capital, ou o proletariado que o derroca. Não há outras forças na economia dessa sociedade.”* (Obras Completas, vol. XVI)

Nessas afirmativas de Lenin não estão em causa a Inglaterra ou a Alemanha contemporâneas. O fundador do Estado soviético, baseando-se nas lições de qualquer das revoluções do século XVIII ou XIX, isto é, das revoluções burguesas dos países atrasados, chega à conclusão de que só é possível ou a ditadura do capital ou a do proletariado. Nenhuma ditadura intermediária ou “democrática” seria viável.

A respeito relembremos o que nos ensina Engels:

*“O que é evidente e se deduz igualmente da história de todos os países modernos é que a população agrícola, devido à sua disseminação em uma grande extensão territorial e à dificuldade de se estabelecer um acordo entre uma grande parte dela, jamais pode tentar um movimento independente vitorioso. Necessita de um impulso inicial dos habitantes das cidades mais concentradas, mais cultas, mais fáceis de mobilizar.”* (Revolução e Contrarrevolução na Alemanha, 1851)

Os ensinamentos vivos das lutas sociais mostram que os partidos pequeno-burgueses de base camponesa podem ter uma aparência de política independente num período de calmaria histórica, quando só se inscrevem na ordem do dia questões secundárias. Mas logo que a crise revolucionária da sociedade põe em primeiro plano os problemas fundamentais da propriedade, o partido “camponês” pequeno-burguês se converte automaticamente numa arma da burguesia contra o proletariado.

Os teóricos da Internacional Comunista depois de Lenin, antes de entrarem na nova fase da frente popular e união nacional, continuavam a opor a “ditadura democrática” tanto à ditadura da burguesia como à do proletariado. Isso, porém, significa que a ditadura democrática deveria ter um conteúdo intermediário, isto é, pequeno-burguês, ou melhor, que à pequena burguesia cabia desempenhar o papel determinante e decisivo. Três revoluções russas e duas revoluções chinesas já responderam a essa questão: hoje, nas condições de dominação mundial do imperialismo, a pequena burguesia, seja urbana ou rural, é incapaz de desempenhar um papel revolucionário dirigente nos países capitalistas, mesmo quando esses países sejam atrasados e não tenham resolvido ainda suas tarefas democráticas. Isto porque o proletariado, já estando

separado da pequena burguesia, se insurge contra a burguesia. Por seu turno, nos quadros do desenvolvimento capitalista, reduz a pequena burguesia à impotência e coloca o campesinato diante da necessidade de escolher entre a pequena burguesia e o proletariado.

Passemos agora a outra das críticas feitas à teoria da Revolução Permanente, isto é, que o seu formulador preconizava o "salto" por cima da etapa democrática da revolução.

A teoria da Revolução Permanente nunca significou para Trotsky a vontade de saltar por cima da etapa democrática da revolução ou de qualquer de suas fases particulares. O criador do Exército Vermelho apresentou os objetivos das etapas da revolução em 1905 de modo inteiramente idêntico ao de Lenin, que por várias vezes fez a defesa enérgica das teses de Trotsky sobre a revolução permanente escritas em 1905 e defendeu sempre as resoluções dos soviets de deputados operários presididos pelo então jovem Trotsky e das quais em nove casos sobre dez era ainda ele seu autor.

Leiamos uma passagem da famosa carta deixada a Trotsky por Adolfo Joffé, membro do comitê militar revolucionário da Insurreição de Outubro e da delegação soviética de paz em Brest-Litovsk. Nas vésperas de suicidar-se, compelido pela nova direção do Estado russo, escreveu esse antigo militante do partido bolchevique:

*"Você sempre teve razão politicamente, a partir de 1905. Várias vezes já lhe disse que Lenin me afirmara que em 1905 não era ele quem estava certo, mas você. Não se mente na presença da morte. Por isso quero reafirmar tal coisa agora."*

Se a teoria da Revolução Permanente nunca significou para Trotsky o salto por cima das etapas, isso não quer dizer, todavia, que não se podem saltar as etapas. A história contemporânea nos mostra com dois eloquentes exemplos – a Insurreição de Outubro e a Insurreição de Cantão – que o curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da revolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima; e, nos momentos críticos, exige esse curso o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer, segundo afirma Trotsky, que a capacidade de reconhecer e utilizar esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar. Há etapas do desenvolvimento histórico que podem tornar-se inevitáveis em certas condições, sem que o sejam do ponto de vista teórico. Por outro lado, a dinâmica da evolução pode reduzir a zero etapas teoricamente "inevitáveis", sobretudo durante as revoluções. Em abril de 1919, em seu artigo-programa intitulado "A III Internacional e seu Lugar na História", escreveu Lenin:

*"É provável que não nos enganemos se dissermos que foi justamente... a contradição existente entre o Estado atrasado da Rússia e o seu 'salto' por cima da democracia burguesa para a mais alta forma de democracia, a soviética ou proletária, uma das causas que dificultaram ou retardaram a compreensão do papel dos soviets no Ocidente."* (Obras Completas, vol. XVI)

Já em polêmica com Kautsky, o mesmo pensamento é expresso por outras palavras:

*"Tentar levantar artificialmente uma muralha chinesa entre as duas revoluções, separá-las de outra forma que não seja pelo*

*grau de preparação do proletariado e o grau de sua união com a classe pobre das aldeias, é desnaturar o marxismo, aviltá-lo e substituí-lo pelo liberalismo. É querer, reportando-se ao progresso que representa o regime burguês em relação ao feudalismo, fazer obra de reação defendendo esse regime contra o socialismo."* (A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky, p. 162)

A exemplo da Revolução de Outubro, igualmente a Insurreição de Cantão, malgrado abortícia por ter sido desencadeada na fase de declínio da vaga revolucionária, elevou ao poder os operários chineses. De fato, o poder pertencia ao partido comunista. O programa do novo poder não compreendia somente o confisco das terras dos grandes proprietários e o controle operário da produção, mas também a nacionalização da grande indústria, dos bancos, dos transportes e ainda o confisco das residências da burguesia e de todos os bens dela em proveito dos trabalhadores. O golpe de estado revolucionário contra o Kuomintang levou automaticamente à ditadura do proletariado que, desde os seus primeiros passos, viu-se obrigado a aplicar, em virtude da situação em conjunto, medidas mais radicais que as adotadas pelo proletariado russo no início da Revolução de Outubro.

Na revolução atual o proletariado industrial ocupa o mesmo posto que ocupava no fim do século XIX a democracia semiproletária dos artesãos e dos sans-culottes vindos das corporações de ofício. A política de adaptação à burguesia colonial, à democracia pequeno-burguesa, levou ao fracasso a Revolução Chinesa. O golpe de Estado de Cantão, que comprova as teses da Revolução Permanente, foi por sua vez





Adolfo Joffé

um ato de desespero do centrismo da Internacional.

Das lições de Outubro e da insurreição de Cantão, decorre a confirmação de que a única força que desempenha realmente um papel revolucionário na sociedade contemporânea é o proletariado, quer se trate de operários de países "avançados" quer se trate de operários de países "atrasados". Na sociedade capitalista, toda verdadeira revolução – especialmente se ocorre num grande país – tende a transformar-se em revolução permanente ou, dito de outra maneira, a não se deter nas etapas conquistadas nem a reduzir-se aos limites nacionais; tende a estender-se e aprofundar-se até a transformação completa da sociedade, a abolição definitiva das instituições de classes e, por conseguinte, a supressão completa e final da própria possibilidade de novas revoluções. Nisso precisamente consiste a concepção marxista da revolução proletária, que se distingue da revolução burguesa que é limitada tanto por sua envergadura nacional como por seus objetivos específicos.

Escreve Trotsky:

*"Indiscutivelmente a economia mundial em seu conjunto está madura para o socialismo. Isso, porém, não significa de modo algum que todo país considerado isoladamente esteja na mesma situação. Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados como a China, a Índia etc.? Responderemos: a história não se faz por encomenda. Um país pode estar "maduro" para a ditadura do proletariado e, contudo, não o estar ainda para a construção independente do socialismo ou mesmo para grandes medidas de socialização ... nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus quadros nacionais; a isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização."*

Os teóricos do socialismo num só país, para justificar essa concepção aplicada à Rússia, viram-se forçados a estender a todo o mundo uma política de colaboracionismo que, levada a consequências extremas, passou efetivamente a negar o papel revolucionário do proletariado nos países atrasados, transferindo à burguesia nacional a missão de libertar toda a sociedade da servidão feudal e imperialista. O envoltório "teórico" dessa doutrina é a alegada debilidade industrial desses países e, conseqüentemente, a fraqueza numérica do proletariado. Ouçamos a lição de Lenin a propósito do proletariado:

*"A força do proletariado é relativa e infinitamente maior que a proporção do proletariado na população total. Por isso, o proletariado é o centro e o nervo do sistema da economia capitalista e é por isso, também, que no campo econômico e político o proletariado representa, sob o domínio capitalista, os interesses reais da enorme maioria dos trabalhadores. "Igualmente o proletariado, mesmo constituindo uma minoria da população (ou quando é a vanguarda do proletariado consciente verdadeiramente revolucionário a que constitui essa minoria), é capaz de derrubar a burguesia e de atrair imediatamente para o seu lado numerosos aliados das massas semiproletárias e pequeno-burguesas que nunca se pronunciarão a princípio pela dominação do proletariado, nem compreenderão as condições e as tarefas dessa dominação; porém, se convencerão somente por sua experiência ulterior da inevitabilidade, justiça e legitimidade da ditadura proletária." (Obra Completas, vol. XVI)*

*a única força que desempenha realmente um papel revolucionário na sociedade contemporânea é o proletariado*

O proletariado cresce e se fortifica à medida que se desenvolve o capitalismo. Considerado nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, a evolução do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem diretamente do nível das forças produtivas, e sim da relação da luta de classe, da situação internacional e, finalmente, de uma série de elementos subjetivos, sobretudo a tradição revolucionária, a iniciativa, a preparação da batalha.

A história recente provou que a burguesia nacional e "progressista", como está em moda dizer-se hoje, é incapaz de encabeçar toda a nação na luta contra o domínio imperialista; de um lado porque a unidade orgânica da economia mundial faz dessa burguesia um parente pobre do capital financeiro e, de outro lado, porque muito mais que ao imperialismo a que, em parte, está submetida a burguesia, teme seu próprio proletariado. No problema da terra igualmente não ousa tocar, porque não ignora que a violência do sacrossanto direito de propriedade, se praticada por ela, poderia colaborar para o desencadeamento da torrente proletária que ela sabe como se inicia, mas não em que marco se deterá. Os teóricos do socialismo num só país apresentam as coisas como se do jugo colonial decorresse de modo absoluto o caráter revolucionário da burguesia nacional e se põem, então, à procura de forças democrático-burguesas para colocá-las à frente da revolução. A realidade é mais tenaz que todas as elucubrações dos cérebros oportunistas. As lições dos movimentos revolucionários de nosso século, particularmente no Oriente, estão a provar que a burguesia "progressista" é um mito nefasto que vem entorpecendo de modo trágico a ação independente de classe do proletariado.

Quero encerrar fazendo uma síntese do que seja a revolução permanente: supressão do absolutismo e da servidão quando os haja, solução dos problemas democráticos penderes, tudo isso entrelaçado à revolução socialista, por meio de uma série de conflitos sociais crescentes, da insurreição de novas camadas populares, de ataques incessantes do proletariado aos privilégios políticos e econômicos das classes dominantes. A vitória completa da revolução significa a vitória do proletariado. E esta por sua vez significa a continuidade ininterrupta da revolução. O proletariado, apoiado pelo semiproletariado rural e pelo camponês pobre, realiza as tarefas fundamentais da democracia e a lógica de sua luta direta pela consolidação de sua dominação política faz surgir diante dele, a um dado momento, problemas puramente socialistas. "Entre o programa mínimo e o programa máximo, – afirma Trotsky – estabelece-se, assim, uma continuidade revolucionária. Não se trata de um só golpe nem de um dia ou um mês, mas de toda uma época histórica, cuja duração seria absurda definir de antemão".

É ao proletariado, única força autenticamente revolucionária dos dias presentes, que compete, apoiado pelo campesinato, sobretudo pelos trabalhadores rurais, colocar-se à testa de todas as camadas populares para o derrocamento do sistema capitalista, sobretudo pelos trabalhadores rurais, colocar-se à testa de todas as camadas populares para o derrocamento do sistema capitalista.

# TESES E ACRÉSCIMOS SOBRE AS QUESTÕES NACIONAL E COLONIAL

2º CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

O 2º Congresso da Internacional comunista dedicou uma parte do seu tempo a discutir as consequências da dominação imperialista sobre os países coloniais e semicoloniais, os países atrasados.

A dominação imperialista é a dominação para a pilhagem, para a extração de mais valia e usurpação das riquezas nacionais a tal ponto que só pode provocar a revolta das massas pelo agravamento das suas condições de vida. E esta situação só pode ser modificada pela luta das próprias massas contra o imperialismo e as classes dominantes nativas e, em última instância, pela revolução proletária. Há muito tempo que as tarefas democráticas e nacionais não conseguem ser resolvidas pelas burguesias locais e passaram para as mãos do proletariado.

É isso que dá atualidade à revolução proletária, inclusive nos países mais atrasados, coloniais, semicoloniais ou ex-colônias,

como Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Chile, e tantos outros países nas Américas e em outros continentes.

A luta contra o imperialismo é uma necessidade das massas trabalhadoras do campo e da cidade e para isso necessitam realizar sua unidade. Este sentimento Anti-imperialista é muitas vezes utilizado pelos revisionistas, pelas organizações e partidos pequeno-burgueses, pelos stalinistas e sociais-democratas para construir Frentes Populares apresentadas como frentes anti-imperialistas e assim bloquear a luta das massas.

Essa subordinação ao imperialismo se conhece tanto pela história do PCB, do PCdoB, como do PT. José Genoíno e Zé Dirceu explicaram muitas vezes que não havia no Brasil uma verdadeira burguesia capaz de desenvolver o país e que, portanto, a tarefa dos petistas no governo era impulsionar o desenvolvimento de uma burguesia

poderosa. Isso foi feito durante todos os governos Lula e Dilma. Quando a estrutura do Estado, o dinheiro público foi utilizado para enriquecimento de setores burgueses. E já se sabe no que terminou.

Mas, comprovando totalmente a tese do enfeudamento das burguesias nativas ao imperialismo, não foi só para os setores burgueses nacionais que o dinheiro público foi desviado. Também se viu a farra dos grandes bancos, dos especuladores locais e internacionais, das multinacionais, com o dinheiro público. A ida de Lula, Zé Dirceu e Palocci a Washington para encontrar George Bush, ainda antes da posse em 2003, já mostrava que eles exatamente tinham consciência de quem era o patrão e o mestre e que eles desenvolveriam sua tarefa no governo do Brasil de forma subordinada aos interesses do principal imperialismo do mundo.

A Redação



Domínio Público

**1º** A posição abstrata e formal da questão da igualdade - a igualdade das nacionalidades inclui-se aí - é própria da democracia burguesa sob a forma da igualdade das pessoas em geral; a democracia burguesa proclama a igualdade formal ou jurídica do proletário, do explorador e do explorado, induzindo assim as classes oprimidas ao mais profundo erro. A ideia da igualdade, que não é outra coisa que o reflexo

das relações criadas pela produção para o comércio, torna-se, nas mãos da burguesia, uma arma contra a abolição das classes em nome da igualdade absoluta das pessoas humanas. Quanto ao verdadeiro significado da reivindicação igualitária, ela reside apenas na vontade de abolir as classes;

**2º** Em conformidade com seu objetivo essencial - a luta contra a democracia burguesa, na qual se trata de desmascarar a hipocrisia - o

Partido Comunista, intérprete consciente do proletariado em luta contra o jogo da burguesia, deve considerar como formando a chave de abóbada da questão nacional, não os princípios abstratos e formais, mas: 1º - uma noção clara das circunstâncias históricas e econômicas; 2º - a dissociação precisa dos interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores, dos explorados, com rejeição à concepção geral dos pretensos interesses nacionais, que

significam, na realidade, os interesses das classes dominantes; 3º - a divisão mais clara e precisa das nações oprimidas, dependentes, protegidas, opressoras e exploradoras, gozando de todos os direitos, contrariamente à hipocrisia burguesa e democrática que dissimula a submissão (própria da época do capital financeiro e do imperialismo), pelo poder financeiro e colonialista, da imensa maioria das populações do globo a uma minoria de ricos países capitalistas.

3º A guerra imperialista de 1914-1918 colocou em evidência diante de todas as nações e todas as classes oprimidas do mundo a falsidade dos rebuscados democráticos e burgueses - o tratado de Versalhes, ditado pelas famosas democracias ocidentais, sancionou, em relação às nações fracas, as violências mais covardes e mais cínicas do que aquelas dos junkers e do Kaiser em Brest-Litovski. A Liga das Nações e a política da Entente em seu conjunto apenas confirmam este fato e põem em andamento a ação revolucionária do proletariado dos países avançados e das massas operárias dos países coloniais ou dominados, levando assim à bancarrota as ilusões nacionais da pequena burguesia quanto à possibilidade de uma vizinhança pacífica, de uma igualdade verdadeira das nações sob o regime capitalista;

4º O ponto central da política da Internacional Comunista, nas questões colonial e nacional, deve ser a reaproximação dos proletários e trabalhadores de todas as nações e de todos os países para a luta comum contra os patrões e a burguesia. Pois essa reaproximação é a única garantia de nossa vitória sobre o capitalismo, sem a qual não podem ser abolidas nem a opressão nacional, nem a desigualdade;

9º No domínio das relações sociais no interior dos Estados constituídos, a Internacional Comunista não pode fazer o reconhecimento formal, puramente oficial e sem consequências práticas, da igualdade das nações, com o que se contentam os democratas burgueses que se intitulam socialistas.

Não é suficiente denunciar incansavelmente em toda propaganda a agitação dos Partidos Comunistas - e do alto da tribuna parlamentar e fora dela -, as violações constantes do princípio da igualdade das nacionalidades e dos direitos das minorias nacionais, em todos os Estados capitalistas (a despeito de suas "constituições democráticas"). É necessário também demonstrar incessantemente que o governo dos Soviéticos só pode realizar a igualdade das nacionalidades, primeiro unindo os proletários, depois o conjunto dos trabalhadores na luta contra a burguesia, mas também é necessário demonstrar que o regime dos soviéticos assegura uma colaboração direta, por intermédio do Partido Comunista a todos os movimentos

Domínio Público



revolucionários dos países dependentes ou lesados em seus direitos (por exemplo, a Irlanda, os negros da América etc...) e as colônias.

Sem esta condição particularmente importante da luta contra a opressão dos países escravizados e colonizados, o reconhecimento oficial de seu direito à autonomia é apenas uma mentira, como vimos na 2ª Internacional.

10º É a prática habitual, não apenas dos partidos do centro da 2ª Internacional, mas também dos que abandonaram esta Internacional para reconhecer o internacionalismo em palavras e para substituí-lo, na realidade, na propaganda, na agitação e na prática, pelo nacionalismo e pelo pacifismo pequeno burguês. Isto se verifica também entre os partidos que hoje se intitulam comunistas. A luta contra este mal e contra os preconceitos pequeno-burgueses mais profundamente consolidados (que se manifestam sob formas variadas, tais como a diferença entre as raças, o antagonismo nacional e o antissemitismo) adquire uma importância cada vez maior no problema da transformação da ditadura proletária nacional que não existe apenas num país e que, por consequência, é incapaz de exercer uma influência sobre a política mundial em ditadura proletária internacional (aquela que realizarão vários países avançados e que serão capazes de exercer uma influência decisiva sobre a política mundial) se torna cada vez mais atual. O nacionalismo pequeno-burguês restringe o internacionalismo ao reconhecimento do princípio da igualdade das nações e sem insistir sobre seu caráter puramente verbal conserva intacto o egoísmo nacional, ao passo que o internacionalismo proletário exige:

a. - A subordinação dos interesses da luta proletária em um país ao interesse desta luta no mundo inteiro;

b. - Da parte das nações que venceram a burguesia, o consentimento para os maiores

sacrifícios nacionais em função da derrubada do capital internacional. No país onde o capitalismo já se desenvolveu completamente, onde existem partidos operários formando a vanguarda do proletariado, a luta contra as deformações oportunistas e pacifistas do internacionalismo, pela pequena burguesia, é também um dever imediato dos mais importantes;

...  
IIº -

f. - É necessário desmascarar para a classe trabalhadora de todos os países e, sobretudo dos países e nações atrasadas, a mentira organizada pelas potências imperialistas, com a ajuda das classes privilegiadas - nos países oprimidos as quais sempre apelam para a existência dos Estados politicamente independentes que, na realidade, são vassallos -, do ponto de vista econômico, financeiro e militar. Como exemplo gritante das mentiras praticadas com relação à classe trabalhadora nos países subjugados pelos esforços combinados do imperialismo dos aliados e da burguesia desta ou daquela nação, podemos citar o caso dos sionistas na Palestina, onde sob pretexto de criar um Estado judeu, num país onde os judeus são em número insignificante, o sionismo abandonou a população de trabalhadores árabes à exploração da Inglaterra. Na conjuntura internacional atual não há saída possível para os povos fracos e subjugados fora da federação das repúblicas soviéticas.

12º A oposição secular das pequenas nações e das colônias às potências imperialistas fez nascer, entre as massas trabalhadoras dos países oprimidos, não somente um sentimento de rancor para com as nações opressoras em geral, mas também um sentimento de desconfiança em relação ao proletariado dos países opressores. A infame traição dos chefes oficiais da maioria socialista em 1914-1919, quando o socialismo chauvinista qualificou de "defesa nacional" a defesa dos "direitos" de "sua burguesia", a submissão das colônias e dos países financeiramente dependentes, só pode tornar essa desconfiança completamente legítima. Os preconceitos só podem desaparecer com o desaparecimento do capitalismo e do imperialismo nos países avançados, e depois da transformação radical da vida econômica dos países atrasados, sua extinção será muito lenta, de onde o dever do proletariado consciente de todos os países de se mostrar particularmente circunspeto diante dos resíduos de sentimento nacional dos países oprimidos durante um longo tempo, e de fazer também algumas concessões úteis a fim de promover o desaparecimento desses preconceitos e dessa desconfiança. A vitória sobre o capitalismo está condicionada pela boa vontade de entendimento do proletariado em primeiro lugar, e depois da classe trabalhadora de todos os países do mundo e de todas as nações.

# SOBRE A QUESTÃO UCRANIANA<sup>1</sup>

LEON TROTSKY

Em abril de 1939, há poucos meses da 2ª Guerra Mundial, Trotsky escreveu este artigo. Há 7 anos Stálin tinha empreendido a coleta forçada das terras na Ucrânia e, durante 1932 e 1933, escravizado milhões de ucranianos com trabalhos forçados e realizado um massacre de mais de 3 milhões de camponeses através do terror burocrático e da fome. Foi o que se chamou Holodmor (Matar pela fome, em ucraniano).

Christian Rakovsky, líder da República Soviética da Ucrânia, alertou o Partido Bolchevique, em 1923, que o partido bolchevique estava "... confrontado com a questão de como realizar a aliança entre nosso internacionalismo proletário e comunista e o desenvolvimento nacional de amplas camadas das massas camponesas com suas aspirações a uma vida

nacional, a sua própria cultura nacional, ao seu próprio estado nacional. É essencialmente para através do desenvolvimento nacional das repúblicas e territórios separados, autônomos e independentes, é essencialmente através dessas novas repúblicas que levaremos ao poder soviético e ao Partido Comunista os sessenta milhões de camponeses não russos que agora se sentem alienados. Esta é precisamente a tarefa do partido".

Neste Congresso estava Stálin, que defendia uma posição do tipo "Grão-russa", mas, como sempre, não a apresentava abertamente e agia nos corredores.

Já a posição de Lenin era outra: "Nós queremos uma união voluntária das nações, uma união que não admita nenhuma violência de uma nação sobre outra, uma união baseada

numa confiança absoluta, numa clara consciência da unidade fraternal, num acordo completamente livre. Não é possível realizar uma tal união de repente; até chegar a ela é necessário trabalhar com a maior tolerância e prudência para não estragar tudo, para não provocar a desconfiança, para fazer desaparecer a desconfiança deixada por séculos de opressão dos latifundiários e dos capitalistas, da propriedade privada e das hostilidades causadas pelas suas sucessivas partilhas".

A situação de hoje na Ucrânia é inteiramente ilustrada por este artigo. De um lado o reacionário Putin que, em 2015, promoveu uma conferência mundial de extrema direita, em São Petersburgo, e de outro o reacionário Zelensky, bandos fascistas, com apoio da OTAN.

A redação



A questão ucraniana, que muitos governos e tantos "socialistas" e mesmo "comunistas" têm tratado de esquecer ou relegar às profundidades da história, acha-se novamente na ordem do dia, desta vez com força redobrada. O recente agravamento da questão ucraniana relaciona-se intimamente com a degeneração da União Soviética e da Comintern, os êxitos do fascismo e a iminência de uma nova

guerra imperialista. Crucificada por quatro estados, a Ucrânia ocupa agora no destino da Europa a mesma posição que uma vez ocupou a Polônia, com a diferença de que as relações mundiais atualmente são realmente muito mais tensas e os ritmos do processo muito mais acelerados. No futuro imediato, a questão ucraniana está destinada a jogar um papel importante na vida europeia. Por alguma razão Hitler propôs tão ruidosamente a criação

de uma "Grande Ucrânia"; e foi também por algo que deixou de lado esta questão com tão cauta rapidez.

A Segunda Internacional, exprimindo os interesses da burocracia e da aristocracia operária dos estados imperialistas, ignorou completamente a questão ucraniana. Inclusive a sua ala esquerda não lhe dedicou a necessária atenção. Basta lembrar que Rosa Luxemburgo, apesar de seu intelecto brilhante e do seu

espírito genuinamente revolucionário, julgou admissível afirmar que a questão ucraniana era invenção de um punhado de intelectuais. Esta posição deixou uma profunda marca até no próprio Partido Comunista Polaco. Os dirigentes oficiais da seção polaca da Comintern viram a questão ucraniana mais como um empecilho do que como um problema revolucionário. Daí vêm as constantes tentativas oportunistas de desviar esta questão, suprimi-la, passá-la silenciosamente por alto ou postergá-la para um futuro indefinido.

O Partido Bolchevique, não sem dificuldade e apenas gradualmente sob a pressão constante de Lenin, pôde adquirir um enfoque correto da questão ucraniana. O direito à autodeterminação, ou seja, à separação, foi estendido igualmente por Lenin tanto para os polacos quanto para os ucranianos. Ele não reconhecia nações aristocráticas. Ele considerava toda tentativa de evadir ou postergar o problema de uma nacionalidade oprimida a expressão do chauvinismo grão-russo.

Após a tomada do poder, teve lugar no partido uma séria luta pela solução dos numerosos problemas nacionais herdados da velha Rússia czarista. No seu carácter de comissário do povo para as nacionalidades, Stalin representou invariavelmente a tendência mais burocrática e centralista. Isto tornou-se especialmente evidente na questão da Geórgia e na da Ucrânia<sup>2</sup>. Até hoje, a correspondência sobre estas questões não foi publicada. Esperamos poder editar a pequena parte do que temos. Cada linha das cartas e propostas de Lenin vibram com a urgência de conformar na medida do possível aquelas nacionalidades que foram oprimidas no passado. Em troca, nas propostas e declarações de Stalin, destacava-se invariavelmente a tendência para o centralismo burocrático. Com o fim de garantir "necessidades administrativas", quer dizer, os interesses da burocracia, as mais legítimas reclamações das nacionalidades oprimidas foram declaradas manifestações de nacionalismo pequeno-burguês. Estes sintomas já podiam ser percebidos bem cedo, em 1922-1923. Desde essa altura, tiveram um monstruoso crescimento, levando a uma completa asfixia qualquer tipo de desenvolvimento nacional independente dos povos da URSS.

Na concepção do velho Partido Bolchevique, a Ucrânia Soviética foi destinada a se converter no poderoso eixo à volta do qual se uniriam as outras seções do povo ucraniano. Durante o primeiro período da sua existência, é indiscutível que a Ucrânia Soviética foi uma poderosa força de atração a respeito das nacionalidades, além de estimular a luta



dos operários, dos camponeses e da intelectualidade revolucionária da Ucrânia Ocidental escravizada pela Polônia. Mas, durante os anos da reação termodoriana, a posição da Ucrânia Soviética e, com ela, a colocação da questão ucraniana em seu conjunto, mudou bruscamente. Quanto mais profundas foram as esperanças despertadas, mais tremendas foram as desilusões.

---

*“a independência da Ucrânia Soviética significaria sua separação da URSS?”. Ao que respondemos: “O que isso tem de terrível?”*

---

A burocracia também estrangulou e saqueou o povo da Grande Rússia. Mas, nas questões ucranianas as coisas complicaram-se ainda mais pelo massacre das esperanças nacionais. Em nenhuma outra parte, as restrições, purgas, repressões e, em geral, todas as formas de palhaçadas burocráticas assumiram dimensões tão assassinas como na Ucrânia, ao tentar esmagar os poderosos anseios de maior liberdade e independência profundamente arreigados nas massas. Para a burocracia totalitária, a Ucrânia Soviética tornou-se uma divisão administrativa da unidade econômica e de uma base militar da URSS. Que não fique qualquer dúvida: a burocracia de Stalin erige estátuas à memória de Shevchenko, mas o faz apenas como fim de esmagar mais minuciosamente o povo ucraniano sob o seu peso e obrigá-lo a cantar hinos à camarilha violadora do Kremlin no idioma do Kobzar<sup>3</sup>.

A respeito das partes da Ucrânia que hoje estão fora das suas fronteiras, a atitude atual do Kremlin é a mesma que para com todas as nacionalidades oprimidas, colônias e semicolônias: são moedas de troca nas suas combinações internacionais com os governos imperialistas. No recente 18º Congresso do "Partido Comunista", Manuilski, um dos mais repugnantes renegados do comunismo ucraniano, explicou com bastante franqueza que não só a URSS, como também a Comintern (a "falsa-união", segundo Stalin), se negavam a lutar pela emancipação dos povos oprimidos desde que seus opressores não fossem inimigos da camarilha moscovita no poder. Stalin, Dimitrov e Manuilski atualmente defendem a Índia contra o Japão, mas não contra a Inglaterra. Os burocratas do Kremlin estão prontos a ceder definitivamente a Ucrânia Ocidental à Polônia em troca de um acordo diplomático que lhes pareça proveitoso. Estamos longe dos dias em que não se atreviam mais que a episódicas combinações.

Não sobra rastro da confiança anterior e simpatia das massas ucranianas pelo Kremlin. Desde a última "purga" assassina na Ucrânia, ninguém no Ocidente quer passar a fazer parte da sátrapa do Kremlin, que continua levando o nome de Ucrânia Soviética. Como massas operárias e camponesas da Ucrânia Ocidental, da Bucovina, dos Cárpatos ucranianos, estão confundidas: a quem recorrer? O que pedir? Esta situação desvia naturalmente a liderança para as camarilhas ucranianas mais reacionárias, que exprimem o seu "nacionalismo" tentando vender o povo ucraniano a um ou outro imperialismo em pagamento de uma promessa de independência fictícia. Nesta trágica confusão, Hitler baseia sua política na questão ucraniana. Já dissemos uma vez: se não fosse por Stalin (por exemplo, a política fatal da Comintern na Alemanha), não haveria Hitler. A isso pode acrescentar-se agora: se não fosse pela violação da Ucrânia Soviética por parte da burocracia stalinista, não haveria política hitlerista na Ucrânia.

Aqui não vamos demorar analisando os motivos que levam Hitler a descartar, ao menos por um tempo, a palavra de ordem da "Grande Ucrânia". Estes motivos devem ser procurados, por um lado, nas combinações fraudulentas do imperialismo germânico e, por outro, no medo de evocar um espírito maligno que poderia ser difícil de exorcizar. Hitler presenteou os sanguinários húngaros com os Cárpatos ucranianos. Embora não o fizesse com a aprovação expressa de Moscou, ao menos o fez com a segurança de que esta aprovação haveria de chegar no futuro. É como se Hitler tivesse dito a Stalin: "Se eu estivesse me preparando para atacar a Ucrânia soviética amanhã, teria mantido os Cárpatos nas minhas mãos". Em resposta, Stalin, no 18º Congresso, saiu abertamente em defesa de Hitler contra as calúnias das "democracias ocidentais": Hitler tenta atacar Ucrânia? Nada disso! Lutar contra Hitler? Não há uma menor razão para fazer tal. Obviamente, Stalin interpreta como um ato de paz a entrega dos Cárpatos ucranianos à Hungria.

Isto significa que parte do povo ucraniano se tornou moeda de troca para os cálculos internacionais do Kremlin. A Quarta Internacional deve compreender com clareza a enorme importância da questão ucraniana, não apenas no destino do Leste e Sudeste europeus, mas da Europa em seu conjunto. Trata-se de um povo que demonstrou a sua viabilidade, numericamente igual à população da França e que ocupa um território excepcionalmente rico e, aliás, da maior importância estratégica. A questão da sorte da Ucrânia está colocada em todo o seu alcance. Falta uma palavra de ordem clara e definida que corresponda à nova situação. Em minha opinião há na atualidade uma única palavra de

ordem: por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.

Este programa está, acima de tudo, em irreconciliável contradição com os interesses das três potências imperialistas: Polônia, Romênia e Hungria. Só pacifistas irrecuperavelmente imbecis são capazes de julgar que a emancipação e unificação da Ucrânia pode levar-se a termo por meio de pacíficas conversas diplomáticas, referendos ou decisões da Liga das Nações etc. Com certeza, não são melhores as soluções propostas pelos "nacionalistas", que consistem em se colocar em serviço de um imperialismo contra o outro. A tais aventureiros, Hitler deu-lhes uma impagável lição entregando (por quanto tempo?) os Cárpatos aos húngaros, que imediatamente exterminaram não poucos ucranianos leais. Enquanto a questão dependa do poderio militar dos estados imperialistas, a vitória de um bando ou outro só pode significar um novo desmembramento e uma vassalagem ainda mais brutal do povo ucraniano. O programa de independência da Ucrânia na época do imperialismo está direta e indissolúvelmente ligado ao programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar qualquer ilusão sobre outra possibilidade.

Mas, gritarão em coro os "amigos" do Kremlin: "*a independência da Ucrânia Soviética significaria sua separação da URSS?*". Ao que respondemos: "*O que isso tem de terrível?*". Nos é alheio o culto apaixonado pelas fronteiras estatais. Não sustentamos a posição de uma totalidade "una e indivisível". Depois de tudo, inclusive a Constituição da URSS reconhece o direito dos seus povos federados à autodeterminação, quer dizer, à separação.

Assim, nem mesmo a própria oligarquia do Kremlin ousa negar tal princípio, embora só tenha vigência no papel. A mínima tentativa de apresentar abertamente a questão de uma Ucrânia independente significaria a imediata execução sob a acusação de traição. Mas é precisamente este desprezível equívoco, esta desapiadada perseguição de todo pensamento nacional livre, o que tem levado as massas trabalhadoras da Ucrânia, em grau muito maior do que como da Grande Rússia, a considerar monstruosamente opressivo o domínio do Kremlin. Diante de tal situação interna, é naturalmente impossível falar sobre a união voluntária da Ucrânia Ocidental à URSS, do modo como esta é atualmente. Em consequência, a unificação da Ucrânia pressupõe a libertação da Ucrânia Soviética da bota stalinista. Também nesta questão a camarilha bonapartista colherá o que tem semeado.

"*Mas, isto não significaria o debilitamento militar da URSS?*", uivarão com horror os "amigos" do Kremlin. Respondemos que o debilitamento da União Soviética se deve às tendências centrífugas em crescimento permanente geradas pela ditadura bonapartista. Em caso de guerra, o ódio das massas à camarilha governante pode levar ao colapso das conquistas de Outubro. A fonte dos sentimentos derrotistas acha-se no Kremlin. Em troca, uma Ucrânia Soviética independente se converteria, embora fosse apenas por interesse próprio, num poderoso baluarte sul ocidental da URSS. Quanto mais rápido seja socavada, derrubada, esmagada e varrida a atual casta bonapartista, mais firme se tornará a defesa da República Soviética e mais seguro estará o seu futuro socialista.

Naturalmente, uma Ucrânia de operários e camponeses independente poderia logo unir-se a Federação Soviética; mas voluntariamente, sob condições que ela mesma julgasse aceitáveis, o que por sua vez pressupõe uma regeneração revolucionária da URSS. A autêntica emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou uma série de revoluções no Oeste, que possam conduzir, em última instância, à criação dos Estados Unidos Soviéticos da Europa. Uma Ucrânia independente poderia unir-se a esta federação como membro igualitário e indubitavelmente o faria. A revolução proletária na Europa, por seu turno, não deixaria em pé nem uma pedra da repugnante estrutura do bonapartismo stalinista. Nesse caso, seria inevitável a estreita união dos Estados Unidos Soviéticos da Europa e a URSS regenerada, e isto representaria infinitas vantagens para os continentes europeus e asiáticos, incluindo, obviamente, a Ucrânia. Mas, aqui já estamos nos desviando para





questões de segunda ou terceira ordem. A questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia dos operários e camponeses na luta contra o imperialismo, de uma parte, e contra o bonapartismo moscovita, de outra.

A Ucrânia é especialmente rica em experiências de falsos caminhos de luta para atingir a emancipação nacional. Ali todo foi testado: a Rada [governo] pequeno-burguesa e Skoropadskyi, Petliura, uma "aliança" com os Hohenzollern e combinações com a Entente<sup>4</sup>. Após estes experimentos, só cadáveres políticos podem continuar depositando esperanças em qualquer fracção da burguesia ucraniana como líder da luta nacional pela emancipação. Somente o proletariado ucraniano pode realizar essa tarefa revolucionária em essência, mas também tomar a iniciativa para conquistar esta solução. O proletariado e só o proletariado pode congrega à sua volta as massas camponesas e a intelectualidade nacional genuinamente revolucionária.

*A Ucrânia é especialmente rica em experiências de falsos caminhos de luta para atingir a emancipação nacional*

No começo da última guerra imperialista, Melenevski ("Basok") e Skoropis-Yeltujovski tentaram colocar o movimento de libertação ucraniano sob a ala de Ludendorff, general dos Hohenzollern. Para isso, disfarçaram-se de esquerdistas. Os marxistas revolucionários os expulsaram com um pontapé. Eis a forma como devem agir os revolucionários no futuro.

A iminente guerra criará uma atmosfera favorável a todo o tipo de aventureiros, caçadores de milagres e buscadores do Velocino de Ouro. Estes cavalheiros, que têm especial preferência por aquecer as mãos no fogo da questão nacional, não devem ser admitidos nas fileiras do movimento operário. Nem o mais mínimo compromisso com o imperialismo, seja fascista ou democrático! Nem a mais mínima concessão aos nacionalistas ucranianos, sejam clerical-reacionários ou liberal-pacifistas! Não à "Frente Popular"! Completa independência do partido proletário como vanguarda dos trabalhadores!

Penso que esta é a política correta para a questão ucraniana. Falo aqui pessoalmente e em meu próprio nome. Há que abrir a discussão internacional sobre o tema. O primeiro lugar nesta discussão corresponderá aos marxistas revolucionários ucranianos. Nós os escutaremos com grande atenção. Mas, convém se apressar! Resta pouco tempo para os preparativos.

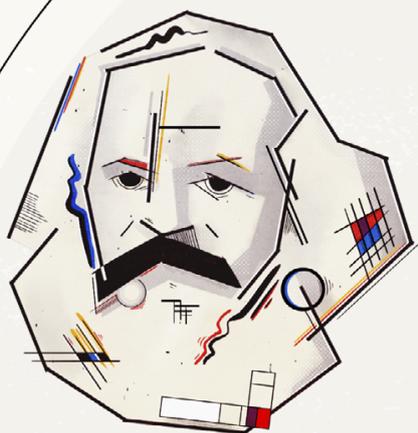
## NOTAS E REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> Título - *Uma questão ucraniana. Socialist Appeal*, 9 de maio de 1939, onde é intitulado "O problema da Ucrânia". A política que propõe é muito mais explicada em *Escritos*, Tomo XI (1939-1940).

<sup>2</sup> No verão de 1922 surgiram desacordos sobre a maneira com que a Rússia controlava as repúblicas não russas da Federação Soviética. Stálin defendia apresentar uma nova Constituição, muito mais centralista que a sua antecessora de 1918, que restringia os direitos das nacionalidades não russas transformando a Federação de Repúblicas Soviéticas numa União Soviética, ao qual se opunham com toda

a força os georgianos e os ucranianos. Lenin, desta vez, apoiou Stálin. Mas, em dezembro de 1922, depois de receber o relatório de uma comissão de inquérito independente que tinha enviado à Geórgia, mudou de opinião sobre os acontecimentos nessa região. Propôs então que os direitos dos georgianos, ucranianos e outras nacionalidades não russas eram mais importantes que as necessidades de centralização administrativa que propunha Stálin. Lenin exprimiu esta opinião no seu artigo "Sobre a questão nacional e a 'autonomização'" (*Obras Completas*, T. 36).

<sup>3</sup> Taras Shevchenko (1814-1861): Poeta ucraniano que chegou a ser considerado o pai da literatura nacionalista do seu país. Fundou uma organização para promover a igualdade social, a abolição da escravatura etc. Continua ser o símbolo das aspirações e objetivos do povo ucraniano. Kobzar foi seu primeiro livro de poesias (publicado em 1840), considerado como uma das maiores obras da literatura ucraniana. O título foi tomado de um antigo instrumento de cordas e simboliza a variada herança ucraniana.



# UNIVERSIDADE MARXISTA INTERNACIONAL

23 A 26 DE JULHO

**INSCREVA-SE**

[WWW.MARXISMO.ORG.BR/UNIVERSIDADE/](http://WWW.MARXISMO.ORG.BR/UNIVERSIDADE/)  
NO BRASIL COM CAIO DEZORZI  
(11) 98110 1336

# TEMPO DE REVOLUÇÃO

Um novo jornal, para um novo tempo

## TEMPO DE REVOLUÇÃO

29 DE MARÇO DE 2022

EDIÇÃO 17

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA. SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI)

ACIONAL (CMI) EDIÇÃO 01

### Unidade para salvar o capital



Novo Ensino Médio:  
Propaganda versus realidade  
Pg 04

Centenário de fundação do PCB,  
lutas operárias e os impactos da  
Revolução Russa no Brasil  
Pg 11

**Assine agora!**

[www.livrariamarxista.com.br](http://www.livrariamarxista.com.br)

